

QUEER

ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM,
GÊNERO E SEXUALIDADE EM PERSPECTIVA

QUEER:
ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM,
GÊNERO E SEXUALIDADE EM
PERSPECTIVA

**JOMSON VALOZ
(ORGANIZADOR)**

**QUEER:
ESTUDOS SOBRE LINGUAGEM,
GÊNERO E SEXUALIDADE EM
PERSPECTIVA**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Jomson Valoz [Org.]

Queer: estudos sobre linguagem, gênero e sexualidade em perspectiva.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 201p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1655-3 [Digital]

1. Queer. 2. Estudos sobre linguagem. 3. Gênero e sexualidade. 4. Pesquisas queer. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

AGRADECIMENTOS

Uma obra como esta é fruto de um imenso trabalho realizado de forma coletiva em diversos aspectos, por isso agradeço primeiramente aos queridos autores que dedicam suas pesquisas ao estudo da relação entre linguagem, gênero e sexualidade e suas implicações sociais por terem acreditado na realização deste livro e, assim, abrilhantaram-no com seus belíssimos textos.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa em Variação Linguística, Ensino de Língua Portuguesa e Teorias Linguísticas - VAELP-TL e seus líderes, os Professores Doutores Marcus de Sene e Fernando Oliveira, pela abertura ao tema e pelo incentivo às pesquisas queer.

Agradeço ao Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais – NuQueer e seu líder, o Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo, pela discussão e aprendizagem constantes e pela importante atuação e difusão dos estudos sobre linguagem, gênero e sexualidade em Pernambuco e no Brasil.

Agradeço à Universidade de Pernambuco/Garanhuns, especialmente à Coordenação Setorial de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação pelo apoio constante às minhas pesquisas sobre a temática em tela.

Agradeço a Júnio Valoz, meu esposo, pelo apoio sem o qual não seria possível a realização deste projeto.

Agradeço, por fim, a todes que mesmo relegades à margem, considerades doentes, perturbades, demonizades, lutam pelo direito de viver. A todes vocês queer, meu muito obrigade.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a todas as vidas queer, a todas as cifras do abjeto, a todes que representam a diferença, a todes que são transgressives e perturbadores, a todes que lutam pelo direito de uma “vida vivível”.

PREFÁCIO

UM LIVRO COMO REVOLUÇÃO

Iran Ferreira de Melo (UFRPE)¹

De acordo com a pesquisadora gaúcha Guacira Lopes Louro (2001), “queer” pode ser compreendido como “estranho”, talvez “ridículo”, “excêntrico”, “raro”, “extraordinário”. Mas essa palavra também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais e pessoas não cisgênero. Trata-se de um insulto que tem – para usar um argumento da filósofa Judith Butler (2003) – a força de uma invocação sempre repetida; uma injúria que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos LGBTQIAPN+, ao longo do tempo, conferindo um lugar discriminado e abjetificado a quem é dirigido.

O significado da palavra “queer” é extremamente difícil de traduzir em português e, entre nós, para além de alguns círculos de especialistas, a expressão vem se divulgando – nos termos de Carrara e Simões (2007) – como empacotada em seriados estadunidenses e ingleses (por exemplo, *Queer Eye for the Straight Guy* ou *Queer as Folk*). Esse vocábulo faz, historicamente, parte do arcabouço de qualificativos estigmatizantes com os quais, na linguagem comum, delimita(va)-se o lugar socialmente desvalorizado (misto de desonra e perversão) que a homossexualidade – e, nesse caso, sobretudo a homossexualidade masculina – é/era obrigada a habitar.

O vocábulo “queer”, com toda uma carga de estranheza e de deboche, passa a ser assumido, no entanto, por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade para caracterizar uma

¹ Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer-UFRPE).

perspectiva de oposição e contestação por parte dessas pessoas, que começam a significá-lo como uma ação de antinormalização – venha esta de onde vier. **Queer** vira uma representação claramente da diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora do que geralmente se pensa.

Sob essa esteira, além da valorização de uma certa marginalidade heróica, de uma postura antiassimilacionista e fortemente crítica das estratégias políticas voltadas para a conquista de direitos e liberdades civis para gays e lésbicas, uma **Teoria Queer** (como passou a ser chamado o conjunto de epistemes queer) se caracteriza por um antiessencialismo radical e pela recusa ao fechamento identitário no plano principalmente da orientação sexual e do gênero. É uma teoria-prática pós-estruturalista, pois faz confronto com grandes narrativas da humanidade.

Veio com a famigerada década do desbunde, os anos 1970. Naquele momento histórico, segundo Teresa de Lauretis (1994), passávamos pela efervescência de certos movimentos socioculturais identitários nos EUA – *Panteras Negras*, *Black Power*, o *Free Speech Movement* e coletivos gays e lésbicos. Nesse contexto, no Brasil, Guacira Lopes Louro (2001) nos lembra que o movimento LGBTQIAPN+ – antes apenas Movimento Homossexual – pressionou a universidade para criar currículos sobre gênero e sexualidade e daí nascem os Estudos Culturais e os chamados departamentos de Estudos Gays e Lésbicos e Estudos sobre a Mulher em diversas universidades. Essa forma de demandar reconhecimento, típico das políticas identitárias, busca comumente a assimilação às estruturas sociais vigentes. Os ativismos queer, que nascem simultaneamente à denominada Teoria Queer, vão se dar na cisão com esses movimentos de igualdade.

Contudo, já que o queer como categoria de ação epistêmica não quer se assimilar, não quer o reconhecimento da diferença, para permitir que ela seja percebida como normalidade, ele rechaça os discursos de políticas que inventam a diferença entre

normal e anormal, periferia e centro. O queer fica então atento ao fato de que a identidade demanda a exclusão de outros sujeitos. É bom não esquecer que a identidade como resistência demanda externalidade. Ela define quais são os sujeitos que podem caber dentro deste conjunto e quantos podem significar esse conjunto. O exterior da identidade garante a normalidade da identidade. O outro da identidade é criado pela própria identidade. Já o queer – lembremos – é contranormativo. É contraproducente. Busca desmontar as lógicas discursivas tecnopolíticas que constroem o estigma nascido da identidade.

Advirto que o queer é uma crítica, mas também é uma operação discursiva que propõe o reconhecimento dessa crítica. Nesse sentido e em diálogo com todas as questões que o queer enseja, nos estudos da linguagem, nasce a **Linguística Queer** (LQ), que visa a examinar e criar inteligibilidades sobre processos discursivos de reforço e subversão da heteronormatividade e outros sistemas de normalização, tendo como tarefa contribuir, mormente, para a transformação de discursos dominantes sobre gênero e sexualidade.

As pessoas que fazem estudos em LQ têm históricos de pesquisa e lotações departamentais as mais diversas. E isso, entretanto, não é um problema. Muito pelo contrário, é o que lhe dá força teórica e política visto que permite a LQ não se restringir a temas consagrados de áreas específicas ou a metodologias que podem engessar o fazer científico. E por isso ela causa estranhamento – necessário à revolução. Nesse caminho, se encontra esta obra organizada pelo professor **Jomson Valoz**, *Queer: Estudos sobre linguagem, Gênero e Sexualidade em Perspectiva*, que nos presenteia com uma gama rica de escritos sobre o tema.

Em consonância com pesquisas de várias partes do mundo, este livro vem na esteira dos trabalhos que têm surgido, nos dez últimos anos e que configuram uma profusão de estudos sobre o assunto, um verdadeiro manancial até então apagado pelos rumos da história, invisibilizado ou pouco estudado pela academia *mainstream*.

Nesta obra, você encontra não somente a queerificação de temas já debatidos na Linguística, mas ainda novas abordagens que dão corpo à Linguística Queer, “preferindo a celebração de uma diferença à insinuação de uma dúvida constante; a erosão insaciável, lúdica e política, das fronteiras convencionais” (Cusset, 2002, p. 9-10). Os capítulos aqui, com efeito, interrogam “o normal, o dominante, o legítimo. [...] uma posição com relação ao normativo – posição [...] acessível a qualquer pessoa que é ou se sente marginalizada” (Halperin, 2000, p. 75-76). Este livro esforça-se por observar, na senda de Monique Wittig (2001) e Adrienne Rich (2010), como os estudos da linguagem conseguem abalar as noções de identidade sexual e de gênero, o binômio homem/mulher, assim como as oposições natureza/cultura, sexo/gênero, hetero/homo.

Todos os textos que compõe esta obra são aqui verdadeiras práticas queer de resistência à homogeneização cultural, uma resistência mais firme perante os regimes da normalidade, nomeadamente a heteronormatividade. Podemos dizer que Jomson e toda equipe que reúne para realizar este livro apontam com clareza questões do nosso tempo sobre o lugar que a linguagem, e em particular as línguas, tem de controlar o campo das significações sociais e de produzir, promover e implementar representações do gênero e sexualidade. Afirimo que *Queer: Estudos sobre Linguagem, Gênero e Sexualidade em Perspectiva* descortina as tecnologias de poder importantes do discurso. Nasce já como um material de referência na Linguística Aplicada e áreas afins.

Esta obra nos coloca em perspectiva, como também intitula. Nos faz ver, reparar que a LQ é um ângulo importantíssimo de investigação da Linguística Aplicada com a preocupação epistemológica e analítica de entender de que maneiras a linguagem é utilizada para sustentar ou desafiar a heteronormatividade como regime político de subjetivação. Como uma Linguística Aplicada, este livro é teoricamente mestiço, epistemologicamente desobediente e metodologicamente

indisciplinado, aos moldes do que já prevê Luiz Paulo da Moita Lopes (2006). Não se preocupa com objetividade ou distanciamento; prefere estabelecer seus objetos de estudos a partir de uma proximidade crítica e reconhece que fazer pesquisa é fazer política.

Assim sendo, você que nos lê está diante de uma grande chance. Esta obra mais do que nos convida, nos provoca, nos invoca a pensar sobre dicotomias convencionais, encarando as práticas queer como uma política contra à normatividade como dispositivo para alimentar ódio à diferença humana. Boa leitura! A sua chance é de uma importante revolução!

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito & História)
- CARRARA, S.; SIMÕES, J. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**. n. 28, jan-jun. p. 65-99. 2007.
- CUSSET, F. **Queer critics**. Paris: PUF, 2002. p. 9-10.
- DE LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural** Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- HALPERIN, D. **Saint Foucault**. Paris: EPEL, 2000. p. 75-76
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, p. 541-553.
- MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.
- RICH, A. **La Contrainte à l'hétérosexualité et autres essais**. Genève-Lausanne: Mamamélis-Nouvelles Questions Féministes, 2010
- WITTIG, M. **La Pensée Straight**. Paris: Balland, 2001

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, tem crescido significativamente, em diversas áreas, a discussão sobre a relação entre linguagem, gênero e sexualidade. Internamente a essa temática, o termo “queer” aparece como uma chave que abre portas para que problemáticas antes ideologicamente silenciadas possam ser debatidas não apenas em círculos particulares de convivência, mas também dentro da própria academia, lugar em que normas são estabelecidas como padrão a ser seguido, influenciadas por um positivismo científico que higieniza tudo aquilo que foge a essas normatividades.

É fora dessas normatividades que se encontra o *queer*. Proveniente da língua inglesa, já foi traduzido como estranho, excêntrico, bizarro, esquisito. Já serviu de insulto homofóbico contra sujeitos homossexuais. Foi ressignificado politicamente por grupos ativistas que se apropriaram desse significante como forma de subverter o insulto e se reafirmarem como sujeitos que assumem outras possibilidades de viver suas sexualidades para além da heterossexualidade que determina que a sociedade seja dividida entre machos e fêmeas, homens e mulheres que apresentem comportamentos de gênero, sexualidade e corporeidade considerados coerentes com esse padrão heterocisgênero de existência.

Como destaca Melo (2020), o termo *queer*, então, passou a adjetivar vários campos do conhecimento: Pedagogia Queer, Letramento Queer, Teatro Queer, Currículo Queer. De certa forma, esse cenário nos mostra que mesmo que ainda a passos lentos, certas camadas começaram a entender que as questões sobre gênero e sexualidade precisam ser urgentemente questionadas e pesquisadas, uma vez que os sujeitos que não se entendem dentro das normatividades heterossexuais existem em

todos os espaços e precisam ser representados política e linguisticamente.

Contudo, há ainda grandes barreiras a serem transpostas, uma vez que são as próprias instituições sociais como a escola, a mídia, a igreja, o sistema jurídico, o discurso médico que constroem e reproduzem padrões de sexualidade e de gênero que perpetuam visões consideradas “corretas”, “normais” e “naturais” e, assim, ditam como os sujeitos devem falar, agir, desejar, se vestir e viver. Louro (1997), por exemplo, afirma que a escola se apresenta como uma das primeiras instituições que produzem diferenças e desigualdades quando classifica os indivíduos a partir de divisões das mais diversas naturezas como a raça, a classe, a etnia e o gênero.

É interessante destacar que mesmo antes de virmos ao mundo, desde a notícia da concepção de um bebê, cria-se uma expectativa sobre ele, sobre seu sexo – menino ou menina – e desde aí, uma expectativa sobre seu o corpo. Espera-se assim que, o sexo revelado expresse uma harmonia com a identidade de gênero e com tudo que essa relação exige: sendo revelado num exame médico o pênis e, assim, o sexo masculino, esse corpo deve agir como homem, se vestir como homem, falar como homem e desejar como homem. Sendo revelada a vagina, e assim, o sexo feminino, esse corpo deve agir como mulher, se vestir como mulher, falar como mulher e desejar como mulher.

Nesse sentido, o olhar sobre o corpo se baseia em sua estrutura anatômica, na funcionalidade de suas partes, numa interpretação metonímica segundo a qual membros do corpo representam sua totalidade: o pênis representa o corpo masculino e a vagina o corpo feminino. É assim que o médico afirma o sexo da criança, olhando para seus órgãos genitais.

Os Estudos Queer, dessa forma, destacam-se como uma forma de questionar, desnaturalizar e desontologizar essas supostas naturalidades, assim como todas as normalidades consideradas como portadoras de uma essência. Esses estudos buscam entender a

diferença como constitutiva das vivências humanas, de forma que essas diferenças não precisem ser toleradas, mas apreendidas como fazendo parte da relação intersubjetiva do eu com o outro no mundo.

É sob essa perspectiva, que Butler (2008 [1990]), com a publicação de sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” é considerada como uma das principais autoras a difundir uma nova ordem de estudos ao teorizar sobre os conceitos de gênero e sexo. A autora vai de encontro à assunção de que sexo é biológico e de que gênero é a expressão cultural do sexo. Para ela, tanto sexo quanto gênero são culturalmente constituídos a partir de atos performativos e pela repetição estilizada dos corpos. Butler, assim, chancela a Teoria Queer como uma área que adota uma visão crítica e subversiva sobre práticas discursivas que dividem sujeitos a partir de gêneros e de sexualidades normais e anormais. Nesse caminho, desde a publicação da obra “Queerly Phrased: Language, Gender and Sexuality”, em 1997, de Anna Livia e Kira Hall, o campo de estudos da linguagem denominado de Linguística Queer vem se consolidando como uma área que tem como

[O]bjetivo principal investigar como indivíduos considerados não-normativos negociam suas identidades dentro dos constrangimentos discursivos da heteronormatividade ao repeti-la ou desafiá-la em suas performances linguísticas (Borba, 2015, p. 99-100).

Para Melo (2020)

Trata-se de uma nova perspectiva de investigação social que adota a linguagem como um elemento tão essencial e constitutivo quanto, muitíssimas vezes, imperceptível aos nossos olhos agudos sobre as desigualdades sociais e faz dela um objeto e um saber sobre as operações que tornam determinados corpos precários, principalmente aquelas operações que exterminam vidas por ódio à diferença de gênero e sexualidade (p. 13).

Este livro é, assim, fruto deste estado da arte. Parte de reflexões e discussões realizadas a partir de dois projetos pilotos realizados na Universidade de Pernambuco, Garanhuns, intitulados “Linguística Queer: estudos sobre gênero e sexualidade” e “Perspectivas e epistemes de gênero, sexualidade e linguagem: da sociolinguística à linguística queer” liderados pelos professores Marcus de Sene e Jomson Valoz. Nestes projetos, nosso objetivo é difundir, especialmente em nosso campus, estudos queer e sua relação com a linguagem, inicialmente, através de pesquisas de Iniciação Científica, como forma de abrir espaços para que temas que relacionem o fenômeno da linguagem a questões de gênero, sexualidade e normatividades que são perpetuadas discursivamente na sociedade e, especialmente, na sala de aula.

Convidamos, assim, autores que têm se debruçado sobre a temática para compor esta obra que reúne sob a perspectiva queer estudos que tomam como objeto de pesquisa diversas semioses tais quais o cinema, a literatura, o currículo e o livro didático e os estudos antroponímicos.

No capítulo que abre esta obra, Humberto Soares da Silva Lima (IFAL) entrevista o professor Iran Ferreira de Melo (UFRPE). Com o tema “Os (Possíveis) Direcionamentos dos Estudos do Discurso em Relação aos Gêneros, aos Corpos e às Sexualidades”, a entrevista explora os rumos dos estudos do discurso relacionados à linguagem, ao gênero e à sexualidade, com ênfase na construção de subjetividades e nas práticas linguísticas como mecanismos de resistência às normatividades de gênero. Melo, destaca a importância de se pensar a linguagem como ferramenta de inclusão e resistência, enfatizando a necessidade de mais pesquisas sobre Linguagem Inclusiva de Gênero e suas implicações nas esferas sociais e acadêmicas

O capítulo dois, “Performatividades LGBTQIAPN+ e Currículo Escolar: Gestos de Análise de um Contexto Público da

Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio" escrito por Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti, João Pedro Fradique de Lima e Gustavo Matheus Moreira de Gonzaga, analisa as narrativas de estudantes LGBTQIAPN+ em relação ao currículo da educação profissional e sua inserção no mundo do trabalho, focando na exclusão de pessoas transgêneras e travestis. Os autores concluem que o currículo escolar ainda reflete a exclusão da população LGBTQIAPN+ e defende a necessidade de uma formação docente eficaz para promover maior inclusão no mundo do trabalho.

No capítulo três, "O desejo dos monstros: língua, discurso e masculinidade", Isaac Itamar de Melo Costa investiga a construção do desejo e da masculinidade a partir de uma perspectiva discursiva, analisando como os significados são moldados na linguagem e nas lacunas que a própria língua apresenta, ao deslocar o conceito de *real* da psicanálise e adaptá-lo para a análise discursiva e subverter a noção de "monstro", frequentemente utilizada para descrever aqueles cujas identidades sexuais ou de gênero desviavam das expectativas heteronormativas. A análise do autor revela como o discurso sobre masculinidade está enraizado em normas sociais rígidas e propõe uma crítica à doxa, ou senso comum, na construção da identidade masculina.

Em "O livro didático de língua portuguesa e a temática da sexualidade na escola", capítulo quatro, Silvio Nunes da Silva Júnior estuda como a sexualidade é apresentada em livros didáticos de Língua Portuguesa, examinando a presença ou "ausência" desse tema no material didático utilizado no ensino médio. O estudo mostra que a sexualidade é tratada de forma limitada e muitas vezes invisível nos livros didáticos, o que reforça a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e ampla sobre o tema nas escolas.

O capítulo cinco, "Abjeção e personagens travestis em narrativas brasileiras" de Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes apresenta um panorama da representação de personagens travestis na literatura brasileira, destacando a violência, exclusão e

pobreza enfrentadas por essas figuras literárias. O autor destaca que a literatura brasileira (especialmente de vertente realista) reflete as tensões socioculturais e a marginalização das travestis, perpetuando estereótipos que reforçam a violência e a abjeção dessas personagens.

No capítulo seis, intitulado "Linguística, pedagogia e currículo queer: Problematizando questões sobre gênero e sexualidade na sala de aula" Jomson Teixeira da Silva Valoz e Larissa Fernanda de Almeida Amorin discutem a importância e a necessidade de integrar a Linguística Queer e a Pedagogia Queer ao currículo escolar, promovendo uma educação inclusiva e crítica sobre gênero e sexualidade. Compreendendo com Louro (2001) que a Pedagogia Queer busca subverter práticas normativas educacionais, o autor e a autora concluem o texto propondo uma abordagem que não apenas tolera, mas compreende a diversidade de gênero e sexualidade, principalmente em ambiente escolar.

O capítulo sete "Discurso, dominação e a construção da identidade masculina no filme *Close*, de Lukas Dhont" escrito pelos autores John Kevin Lopes de Araújo da Silva e Isaac Costa tem como objetivo apresentar uma análise sobre a dominação masculina e a performatividade de gênero no filme *Close* de Lukas Dhont, com foco nas relações de poder e na construção de identidades. Os autores, através de suas análises, colocam em tela o fato de que o filme destaca as tensões em torno da masculinidade e da homofobia, e assim problematizam essas questões, mobilizando uma crítica ao sistema binário de gênero e à (falta da) educação sobre diversidade.

No oitavo e último capítulo "Uma investigação sócio-onomástica sobre antropônimos de transsexuais e travestis: Uma agenda de trabalho" de autoria de Marcus Garcia de Sene e Diego Fernando Alves de Andrade, analisa-se o processo de escolha de nomes próprios entre transsexuais e travestis discutindo suas implicações sociais e culturais. Os autores destacam em seu estudo o modo pelo qual esses nomes significam como parte da

construção identitária. Concluem, dessa forma, que o nome é um elemento essencial na construção da identidade desses sujeitos, e a escolha dos antropônimos revela as tensões entre aceitação social e resistência pessoal.

Como podemos perceber, os oito capítulos que compõem esta obra apresentam distintos enfoques sobre o queer em sua relação com a linguagem pode ser operacionalizado na sala de aula, nas narrativas midiáticas, nas representações literárias, na análise de discurso e no campo da onomástica. Esta obra, portanto, se configura como um convite para um diálogo necessário sobre a relação que envolve a linguagem e questões de gênero e de sexualidade nas diversas práticas sociais. Por meio da contribuição dos diferentes autores e da autora, é possível observar a complexidade das abordagens queer e sua intersecção com as diferentes áreas do conhecimento como a linguística, a literatura, a semiótica, a educação.

Esperamos que esta miscelânea possa oferecer aos leitores e às leitoras uma incursão teórica e analítica sobre as práticas discursivas aqui analisadas, mas também em seus próprios contextos na busca pela transformação social através de uma abordagem inclusiva e crítica de estudos que dão voz aos corpos marginalizados e às vidas aliadas.

Jomson Teixeira Da Silva Valoz
Organizador

REFERÊNCIAS

- BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitárias para os estudos da linguagem. **Entrelinhas**. vol. 9, n. 1, jan./jun., 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1990].

LIVIA, A; HALL, K. **Queerly Phrased: language, gender and sexuality**. New York: Orford University Press, 1997.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, p. 541-553.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópoles, RJ: Vozes, 1997.

MELO, Iran Ferreira de. Linguística Queer Que tiro é esse, via In.: **Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à l** Campina Grande: Realize eventos, pp. 11-24, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: OS (POSSÍVEIS) DIRECIONAMENTOS DOS ESTUDOS DO DISCURSO EM RELAÇÃO AOS GÊNEROS, AOS CORPOS E ÀS SEXUALIDADES	25
Humberto Soares da Silva Lima Iran Ferreira de Melo	
CAPÍTULO 2: PERFORMATIVIDADES LGBTQIAPN+ E CURRÍCULO ESCOLAR: GESTOS DE ANÁLISE DE UM CONTEXTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO	41
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti João Pedro Fradique de Lima Gustavo Matheus Moreira de Gonzaga	
CAPÍTULO 3: O DESEJO DOS MONSTROS: LÍNGUA, DISCURSO E MASCULINIDADE	73
Isaac Itamar de Melo Costa	
CAPÍTULO 4: O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NA ESCOLA	101
Silvio Nunes da Silva Júnior	
CAPÍTULO 5: ABJEÇÃO E PERSONAGENS TRAVESTIS EM NARRATIVAS BRASILEIRAS	115
Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes	
CAPÍTULO 6: LINGUÍSTICA, PEDAGOGIA E	137

**CURRÍCULO QUEER: PROBLEMATIZANDO
QUESTÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA
SALA DE AULA**

Jomson Teixeira Da Silva Valoz

Larissa Fernanda De Almeida Amorin

**CAPÍTULO 7: DISCURSO, DOMINAÇÃO E A 159
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA NO
FILME CLOSE DE LUKAS DHONT**

John Kevin Lopes de Araújo da Silva

Isaac Itamar de Melo Costa

**CAPÍTULO 8: UMA INVESTIGAÇÃO SÓCIO- 181
ONOMÁSTICA SOBRE ANTROPÔNIMOS DE
TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS: UMA AGENDA DE
TRABALHO**

Marcus Garcia de Sene

Diego Fernando Alves de Andrade

CAPÍTULO 1

ENTREVISTA

OS (POSSÍVEIS) DIRECIONAMENTOS DOS ESTUDOS DO DISCURSO EM RELAÇÃO AOS GÊNEROS, AOS CORPOS E ÀS SEXUALIDADES

Iran Ferreira de Melo (UFRPE)²

Humberto Soares da Silva Lima (IFAL/UFAL)³

Em face dos contextos sociais e políticos que estamos imersos, ainda que diante do cenário atual que o Brasil se encontra: retomada do governo nacional o qual está inclinado às pautas sociais e políticas das populações socialmente minoritárias, podemos pensar que muitas questões urgentes podem ser retomadas e colocadas ao centro como “proposta de vida” de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, compreender as dinâmicas que circundam as realidades vigentes em nosso país é um exercício-atitude que promove novos

² Pós-doutorando em Linguística (USP). Escritor. Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer) e do Observatório Brasileiro da Linguagem Inclusiva de Gênero. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP). E-mail: iranmelo@hotmail.com

³ Doutorando e Mestre em Linguística, na área da Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da UFAL e professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – *campus* Piranhas (alto sertão alagoano: às margens do Velho Chico). Integrante e pesquisador do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/CNPq). E-mail: letrasbeto@gmail.com / humberto.lima@ifal.edu.br

comportamentos, entendendo a pluralidade de seres que coexistem em diversas conjunturas culturais, políticas, sociais, regionais, linguísticas e ideológicas. Assim, diante do cenário que estabelecemos como legítimo (a construção das subjetividades como manifestação de vida e de sobrevivência) e partindo da compreensão de que a linguagem é um movimento que nos constituímos e nos fazemos através dela, apropriando-nos de posturas de resistência e resiliência, vislumbramos que os estudos da linguagem funcionam como mecanismos de observação, compreensão e intervenção por meio das suas construções linguísticas que promovemos. A linguagem, por sua vez, na perspectiva do “estranhamento” e na implicação direta em questões de identidade, de acordo com Santos Filho (2020), traz transversalmente práticas sociais que subvertem a lógica das normatividades, essas entendidas como hegemônicas; porém, assumindo uma postura contrária, discutimos que ela serve para nos posicionarmos no mundo, como movimento e valorização de todos os seres. Dessa forma, é com imensa alegria e satisfação que inicio esta entrevista com o professor, nordestino, gay e pesquisador-referência nos estudos da linguagem com interface entre gênero, sexualidade e corpos, a saber: Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (UFRPE), trazendo aproximações e distanciamentos que funcionam como pontos de partida para construção de um diálogo promissor tanto dentro dos muros da academia quanto fora dela. Esta entrevista foi iniciada em 10 de julho e finalizada em 21 de agosto de 2024, por meio de mensagens por e-mail, possibilitando, assim, tempo e reflexão para as questões e, conseqüentemente, para as respostas.

Humberto – Primeiramente muito obrigado por se disponibilizar a este empreendimento: construção do gênero textual entrevista, entendendo que muitas são as demandas que circulam a atuação do/a docente universitário/a, sobretudo, quando se trata das formações inicial e continuada de professores/as em universidade pública. Novamente, muito

obrigado! Sendo assim, gostaria de iniciar perguntando como foi a sua trajetória acadêmica diante dos estudos e das reflexões sobre as questões de gênero e sexualidade.

Iran – Olá, Humberto. Obrigado pelo convite em ser seu interlocutor. Estou feliz em estar aqui.

A minha trajetória acadêmica diante dos estudos das reflexões sobre gênero e sexualidade se deu desde a minha graduação em *Letras* (primeira formação) na *Universidade Federal de Pernambuco* (UFPE), ainda em meu terceiro período, quando tinha acabado de me reconhecer como homem gay. À altura eu me interessava em saber *como homens homossexuais eram tratados em propagandas do Ministério da Saúde*. Nesse momento, eu achava importante investigar a linguagem persuasiva da propaganda. Fiz alguns estudos individualmente sobre o tema, com orientação não formal de diferentes professoras que me ensinavam.

Perto do fim do curso, me importei pelo discurso jornalístico e desenvolvi uma pesquisa sobre *a construção de homens gays quando representados na então Parada da Diversidade de Recife por jornais pernambucanos*, sob orientação da professora *Ângela Dionísio*. Aprofundei esse tipo de trabalho em meu mestrado, também na UFPE, e sob orientação de *Luiz Antônio Marcuschi* e *Maria da Piedade Sá*.

No doutorado, desenvolvi, na *Universidade de São Paulo*, com orientação da profa. *Maria Lúcia Andrade*, um projeto parecido, desta vez analisando *a construção da população LGBTQIAPN+ na imprensa dominante brasileira*. Em seguida, atuei como pesquisador da *Universidade de Pernambuco* (UPE) e da *Universidade Federal Rural de Pernambuco* (UFRPE), onde trabalho atualmente, primeiramente pesquisando novamente a imprensa brasileira e depois a *linguagem inclusiva de gênero* (LIG).

Atualmente, coordeno o *Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais* (NuQueer) na UFRPE, sou professor/pesquisador permanente do *Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem* (Progel) dessa

mesma instituição e do *Programa de Pós-Graduação em Letras* da UFPE e estou começando meu pós-doutorado na USP, sob supervisão também de Maria Lúcia Andrade, investigando a *LIG* por meio do *contrabando discursivo de gênero*.

Humberto – Que trajetória potente, Iran! Sempre imerso nas questões que atravessam corpos em dissidência e com a proposta de estabelecer diálogos com outras questões que tocam a existência de pessoas que não pertencem à matriz cis-heteronormativa. A sua atuação, nesse sentido, é de constante militância, dentro de um movimento de (des)construção de sentidos acerca da população que pertencemos – LGBTQIANP+ –, compreendendo que muitas são as possibilidades de existir e ser no mundo. Assim, como você tem pensado, juntamente com seus/suas orientandos/as, sobre a *Linguagem Inclusiva de Gênero (LIG)*? Ou seja, quais são os desafios e as aproximações que vocês têm enfrentado?

Iran – Humberto, compreendi com as pesquisas que desenvolvo atualmente que *a LIG é um conjunto de recursos para democratizar gênero*. Ela acontece quando os textos fazem duas coisas:

- (1) negam o *homem e a masculinidade como maneiras de representar pessoas em geral* (isto é, negam o *masculinismo*);
- (2) negam a *binariedade masculino e feminino e homem e mulher como maneiras de representar as pessoas em geral* (isto é, negam a *duonormatividade*).

Constatei que ela pode ser *binária*, quando nega o masculinismo apenas, e *não-binária*, quando nega o masculinismo e a duonormatividade.

Como desafio, Humberto, encontro a *deslegitimação de cientistas da linguagem no Brasil sobre esse tema*. São poucas pessoas da Linguística, seja ela Aplicada ou não, que consideram a importância dessa pesquisa e sua aplicabilidade. Percebo que os argumentos de deslegitimação têm duas características: (1)

desconsideram que as gramáticas linguísticas são discursos, ou seja, práticas políticas que representam culturas e ideologias; (2) são duonormativas, ou seja, não admitem que a realidade do gênero não é apenas binária. Essas características serão descritas por um orientando meu de iniciação científica, *Gustavo Paraíso*, que está prestes a sistematizá-las num novo projeto de pesquisa.

Por outro lado, uma fatia importante da sociedade tem se interessado em entender e aplicar este meu estudo, a exemplo de instituições de arte, como o *Instituto Moreira Salles* e o *Museu do Homem do Nordeste*; da sociedade civil organizada, como a *Mídia Ninja* e o *Movimento Católicas pelo Direito de Decidir*; do Estado, como o *Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania* e a *Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco*, dentre outras importantes instituições que se tornaram parceiras na extensão de minha pesquisa.

Humberto – A desconstrução dos binarismos é, de fato, uma atividade constante em discussões que se comprometem a pensar diversas questões sociais, entendendo que muitas são as subjetividades para além das representações do masculino e feminino. A parceria de diversos setores da sociedade na compreensão dos estudos sobre as questões de gênero, sexualidade e corpo é muito significativa, principalmente, quando estamos nos referindo a grupos socialmente desfavorecidos e alijados. Assim, em Paraíso e Melo (2024), somos afetados pela seguinte passagem “criar um território mais inclusivo é o que estamos sempre em busca”. O que se seria esse território?

Iran – Esse território de que falamos no estudo é o espaço da prática de pesquisa da *Linguística Queer* (LQ), isto é, uma abordagem dos estudos da linguagem que questiona o papel do discurso na manutenção ou na subversão dos sistemas de violência a pessoas historicamente marginalizadas. A nossa pesquisa almeja possibilitar que a *Linguística Aplicada* se comprometa dessa maneira.

Uma LQ é o posicionamento de profissionais da linguagem que, ao exercer esse papel questionador, reflete sobre como estabelecemos o que normal e anormal, observando mecanismos de linguagem. Esse olhar requer pensar na representação e na construção de identidades, pois é nesses processos que mantemos, criamos ou transformamos modelos de normalidade.

Nós a entendemos como um território de inclusão por ser uma prática de pesquisa por meio da qual pessoas comumente abjetificadas que são investigadas e/ou que investigam aparecem com suas singularidades sem serem tratadas como anormais.

Humberto – Excelente, Iran. A Linguística Queer, nesse sentido, nos possibilita um entendimento de vários territórios que podem ser estabelecidos por meio das práticas sociais de linguagem. Assim, o “normal” e o “anormal” são questionados por uma construção social de novas compreensões do contemporâneo. Sob os estudos da Linguística Queer, além das suas reflexões, quais pesquisadores/as nacionais e internacionais você nos indicaria?

Iran – A LQ pode ser entendida como (1) *uma teoria-método da Linguística* ou como (2) *um campo de atuação sobre a linguagem no qual atuam diferentes pessoas que investigam a (não)normalização do corpo*. Para a primeira perspectiva, do Brasil, indico *Ismar Inácio dos Santos Filho* (Universidade Federal de Alagoas) e *Rodrigo Borba* (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, de fora do país, *Kira Hall* (Universidade da Califórnia – Estados Unidos) e *Alejandro Ballesteros* (Universidade de Córdoba – Argentina). Para a segunda perspectiva, indico *João Nemi Neto* (Universidade de Columbia – Estados Unidos) e *Judith Butler* (Universidade da Califórnia – Estados Unidos).

Humberto – Nomes que representam, Iran, sem dúvida. Tenho acompanhado as discussões de Santos Filho (UFAL), Borba (UFRJ) e Butler (EUA) sobre as construções do discurso em meio

às populações socialmente minoritárias e desfavoráveis. As conexões e consequentemente os diálogos que as/os pesquisadoras/es estabelecem sobre a (não)normalização dos corpos atendem a diversas questões que nos são caras, principalmente, as que nos atravessam sobre a construção das nossas subjetividades. Nesse sentido, enquanto um pesquisador nordestino, militante e gay, como você vê as pesquisas que são desenvolvidas na região Nordeste sobre a população LGBTQIAPN+? Ou seja, quais direcionamentos metodológicos, epistemológicos e discursivos estão ganhando proporção nas diversas áreas?

Iran – Gostei muito de sua pergunta, Humberto. Inclusive coloquei o nome de Ismar no começo da lista que fiz porque quis dar destaque a ele, por ser nordestino.

Aqui no Nordeste há poucas pessoas debruçadas sobre os estudos de uma LQ, mas as que temos são boas e comprometidas. Ainda há resistências sobre nós quando queremos furar a bolha de nossa região. Creio, por isso, que precisamos nos unir.

Sinto, porém, que, não só no Nordeste, mas no Brasil todo, temos apenas aplicado teorias estrangeiras. O ideal é construirmos praxeologias próprias ao lermos as manifestações de linguagem de nosso país e de nossa cultura.

No campo dos estudos de interface entre gênero e sexualidade com a linguagem, temos muito a colaborar para nossa área e para outras, mas ainda categorizamos pouco a realidade. É nosso papel produzirmos categorias para elucidar os fenômenos que estudamos. Atualmente, por exemplo, eu estou colocando em teste três epistemes que considero importantes e julgo virem tarde para nós: (1) o conceito de *contrabando discursivo* (a subversão do discurso do outro, algoz da violência de gênero e sexualidade, usando a mesma materialidade linguística que esse outro usa) – tenho pensado nessa categoria como um mecanismo performativo de resistência; (2) o conceito de *duonormatividade*, empregado para pensar um modo de representar a binariedade compulsória de

gênero no interior da transgeneridade; (3) o *sistema da matriz colonial de gênero e sua relação com o discurso*, que é o processo pelo qual nasce toda a estrutura de violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Sobre o contrabando discursivo, estou produzindo a minha pesquisa de pós-doutorado. A duonormatividade é uma categoria que vou sistematizar na conferência de 2025 da *International Gender and Language Association* (IGALA). O sistema da matriz, estou elaborando para um livro que devo lançar no ano que vem.

Sinto falta desse esforço de construção por parte de colegas também da LQ. Essa lacuna acaba aparentando que tal perspectiva é um ativismo fisiológico da ciência da linguagem.

Humberto – “*Furar a bolha de nossa região*”. Gosto disso, sabe, Iran! As discussões aqui no Nordeste, entendendo as diversas realidades locais, em torno dos gêneros, sexualidades e dos corpos, visando a uma proposta não normativa de uma gramática corporificada, estão promovendo categorias e construindo relações palpáveis entre a teoria e a prática, sempre com um olhar para a justiça social. Assim, furamos a bolha enquanto pessoas em processo de dissidência sobre as lentes das nossas subjetividades. Nesse caso, poderia nos exemplificar um pouco, quando você fura a bolha, sobre a categoria da duonormatividade que vai detalhar no pós-doutorado? Poderia nos apresentar algumas exemplificações em relação às identidades LGBTQIAPN+?

Iran – A duonormatividade é uma categoria útil para pensar a linguagem inclusiva de gênero. Já que o gênero é entendido como efeito do corpo (se somos do sexo masculino, nosso gênero é masculino e somos homens; se somos do sexo feminino, nosso gênero é feminino e somos mulheres), as pessoas não respeitam a transgeneridade (subversão da relação de significado de correspondência entre determinadas formas do corpo com a biologia).

Essa percepção e prática de que existe uma congruência entre corpo e gênero, que é uma norma e chamamos cisnormatividade (cis), é binária e afeta todas as pessoas. Mas, quando uma pessoa transgênero também não permite a existência de mais de duas possibilidades de gênero, repete o padrão da binariedade cis e pratica a *duonormatividade*, que é a binariedade no interior da vivência transgênero.

Para o estudo de uma LIG que seja não binária é importante definir essa diferença, pois a linguagem não-binária quer propor que existem múltiplas maneiras de não seguir a matriz de correspondência corpo-gênero.

Humberto – Interessante. A transgeneridade, como um guarda-chuva para pensar nas travestilidades, nas transexualidades e nas transmasculinidades é uma população que está tomando os protagonismos nos estudos em diversas áreas e determinando as dinâmicas de discussão sobre seus corpos e suas subjetividades. Nesse caso, a categoria que você mobiliza em seus estudos recentes é necessária para pensar sobre as maneiras individuais e coletivas entre corpo e gênero. Nesse caso, como podemos subverter a cisnormatividade em nossas relações diárias?

Iran – Por meio de *glotopolíticas* (políticas cujo objeto é a língua) diárias que desconstruam a hipótese de que nosso gênero é masculino e feminino e que isso é oriundo do nosso corpo. Essa desconstrução acontece em falas que não se adequam ao pressuposto de que há uma relação natural entre biologia humana e gênero.

Ela se realiza por meio de falas como a ação de perguntar de que maneira uma pessoa se identifica, indagando seu gênero em questões como “Qual o seu pronome?”. Ou acontece ainda quando usamos formas não marcadas por gênero gramatical para se referir a pessoas em geral ou a alguém cujo gênero não é conhecido, que significa justamente a LIG.

Quando ações do cotidiano assim acontecem, as chamo de glotopolítica interna.

Tenho dividido as glotopolíticas, ou políticas linguísticas, nos seguintes tipos e alguns de seus exemplos.

1. *Glotopolítica externa* (afeta as pessoas, mas não a língua em si): oficialização de idioma; regulamentação do uso de uma língua oficial ou variedade linguística de prestígio no mercado; curricularização escolar que promova a diversidade linguística, normatização de estrangeirismos, regulamentação da democratização de gênero social na gramática por instituições oficiais etc.

2. *Glotopolítica interna* (afeta as pessoas e as línguas e sistemas de linguagem): controle de terminologia nas ciências e nas tecnologias; reforma ortográfica; criação de sequências fonológicas para robôs, uso da linguagem inclusiva de gênero como conduta ética etc.

A cisnormatividade, da mesma forma que qualquer outra norma, acontece no discurso e é nele que também a subvertemos.

Humberto – Que subvertamos a lógica da cisnormatividade cotidianamente! As suas compreensões referentes ao entendimento das glotopolíticas externa e interna para a formação de professores/as e para a educação básica são necessárias, porque possibilitam discussões que corroboram para novos comportamentos de empatia, de inclusão e de respeito às diferenças. Então, como você nos apontaria a um ensino das glotopolíticas voltadas para a discussão sobre a linguagem de gênero?

Iran – O *ensino de glotopolíticas* não está dissociado ao ensino de língua, visando à construção de saberes necessários que já conhecemos, Humberto. Ele está conjugado ao ensino de compreensão, produção e análise linguística, pois essa *educação glotopolítica* é uma *pedagogia do discurso*, que significa o ensino desses três eixos funcionando na prática social.

A diferença é que a educação glotopolítica exige um *aprendizado crítico*, isto é, que possamos *saber usar e analisar textos com posturas não alienantes*.

Por exemplo, é preciso ensinar que, mesmo a tradição cultural dizendo que existem apenas os pronomes “eu”, “tu”, “ele”, “nós”, “vós” e “eles”, no Brasil há também em circulação os pronomes pessoais “você”, “vocês”; “ela” e “elas” (para demarcação do feminino quando generalizamos as pessoas no masculino gramatical); e “ile”, “elu” e muitos outros neopronomes para nos referirmos a pessoas não binárias e a pessoas em geral. Esses registros gramaticais não apenas devem ser ensinados em textos reais – como a Linguística Aplicada já preconiza –, mas também sob a reflexão de para que eles servem num mundo em que a tradição dos pronomes canônicos, muitas vezes, homogeneiza as pessoas e apaga a diferença. Nesse ensino, conhecer e usar pronomes é glotopolítico.

Humberto – O ensino das glotopolíticas, abrangendo possibilidades outras no processo de ensino e aprendizagem, promove conhecimentos que apontam para discussões abrangentes sobre os movimentos que a linguagem realiza. Maravilha, Iran! Muito seria plausível que esse ensino estivesse distante dos ataques de ódio que sofre, em se tratando da linguagem não binária de gênero e de outras questões sociais e políticas em que a língua se serve, levando em consideração as tentativas argumentativas da extrema direita. Nesse sentido, alargando a discussão para o campo da Linguística Aplicada, nos estudos críticos do discurso, como você pensa sobre os movimentos discursivos (sempre apontando para projetos de ódio) que vem crescendo nos últimos anos, promovidos pela extrema direita, sobre os estudos de gênero e sexualidade?

Iran – Penso, como afirma *Judith Butler*, Humberto, no livro dela traduzido aqui para o Brasil como “*Discurso de ódio. Uma política do performativo*”, que o que conhecemos como *discursos de ódio* da extrema direita são práticas culminantes de violência. Eles

devem estar no escopo da Linguística sim, mas, como essa autora afirma, recebemos interpelação dos discursos de violência desde o momento em que nos nomearam ao nascermos. Os discursos de ódio são parte de uma rede regular de violências que nos assola. O que isso quer dizer?

Num mapeamento dos discursos de ódio, vemos as seguintes características: (1) *são desumanizadores*, pois abjetificam reificando os grupos minorizados; (2) *são necropolíticos*, porque destituem esses grupos melancolizando-os com políticas de morte ou morbidade físico e simbolicamente. Do ponto de vista discursivo, isso se realiza por exclusões, depreciações, assaltos de linguagem e outros recursos. Precisamos de atenção a eles.

Mas, o que devemos ressaltar, numa abordagem da LQ – sobretudo porque esta é parte de um programa da *Teoria Queer* –, é que o discurso de ódio acontece não apenas nas casas legislativas, em projetos contra a população dissidente de gênero; nas falas de púlpito da direita; ou em templos religiosos. Ele se realiza também na destituição de nós quando nos definem pela *racionalidade heteronormativa*. Quando as pessoas nos nomeiam, tais discursos, em certa medida, já nos atravessam.

Me chamaram de Iran, me deram uma roupa lida como de menino, esperaram que eu namorasse meninas e que fosse ativo socialmente, exigiram de mim “postura de homem”. Tudo isso aconteceu por jogos de linguagem e tudo isso é também discurso de ódio na medida em que é um discurso que não abre para as possibilidades do que eu posso vir a ser. Definem-me.

Não vemos essas práticas como violentas porque elas são parte da nossa norma de ser em nossa cultura. Já o impedimento de casamento civil entre pessoas do mesmo gênero ou a injúria LGBTfóbica que um líder político faz são vistos como odiosos porque estão numa margem de compreensão nossa como inadmissíveis. Essa margem não vê necessariamente a heteronormatividade em si como um problema, uma violência. Ela enxerga apenas a camada mais externa da abjeção, que é a lâmpada na cara do rapaz que parecia ser gay.

Um compromisso da LQ é ver a *margem profunda do ódio*. E observe, Humberto, que essa margem está, por exemplo, não apenas nos discursos que negam a linguagem não-binária, mas também, e sobretudo, naqueles que dizem que ela poderia ser importante, mas apaga as mulheres; nos que afirmam que ela é capacitista; ou naqueles que defendem que ela não prima por uma linguagem simples. Isso porque esses discursos são ambivalentes. Eles toleram a inclusão pela linguagem, mas desde que ela não “dispute” com outros valores, sem sequer perceber que essa inclusão, por ser exatamente inclusão, não descobre nenhuma identidade já marginalizada.

Na verdade, a LIG, em sua versão de linguagem não-binária, está sempre à beira da exclusão para esses discursos ambivalentes, mas não exatamente por ter qualquer tipo de potencial para desacobertar outros direitos (e reafirmo que isso ela não tem), mas porque critica a base fundamental de nossa sociedade colonial: a heteronormatividade. *É ela, a heteronorma, a margem profunda de qualquer discurso de ódio à linguagem que possibilita gênero e sexualidade de maneira dissidente*. E eu convido à Linguística Aplicada a olhar mais para esse domínio.

Humberto – Que aprofundamento necessário sobre as margens que compõem os discursos de ódio! Você e a Butler são incríveis! Refleti sobre as expectativas que são lançadas sobre nossos corpos e que, muitas vezes, porém, não são correspondidas ao longo das nossas trajetórias identitárias. Muitos são os discursos que nos rodeiam em relação à reprodução de violências sobre as nossas dissidências de gênero e sexualidade, principalmente quando estamos nos referindo sobre possibilidades outras de existir e compreender o mundo fora da “base fundamental da nossa sociedade colonial: a heteronormatividade”. Assim, poderia dar exemplos do que você compreende acerca da heteronormatividade em nossa sociedade e como podemos subvertê-la?

Iran – A heteronormatividade se manifesta na norma cisgênero (a cisnormatividade), ou seja, sempre que exigimos uma correlação entre corpo físico considerado normal e o gênero de alguém, atribuindo a categoria homem ao corpo do chamado sexo masculino e a categoria mulher ao corpo do denominado sexo feminino. Além disso, estabelece que esses corpos devem ser heterossexuais, quer dizer, se unir eroticamente exclusivamente entre si, bem como ela ordena que, nessa relação, o homem seja ativo e a mulher passiva. Em resumo, são esses os preceitos da heteronormatividade. Trata-se de um conjunto de normas que prima pela dualidade das relações entre corpo, gênero, desejo e papel.

Entretanto, podemos romper alguma característica dessas congruências que citei, mas, mesmo assim, manter a racionalidade heteronormativa. Por exemplo, a transgeneridade é uma ruptura com a heteronormatividade na medida em que subverte a cisnormatividade, porém uma pessoa transgênero pode performar a cisnormatividade. Isso acontece quando ela busca, mesmo sendo transgênero, reconhecimento, visibilidade, passabilidade, de uma pessoa cisgênero. Outro exemplo da heteronormatividade no interior de alguma disrupção da matriz de traços que mencionei acontece quando pessoas não heterossexuais, como as homossexuais, performam heterossexualidade (apagando comportamentos ou marcando performances condizentes com a heteronormatividade) para não serem percebidas como quem tem sexualidade dissidente. Isso quer dizer que a heteronormatividade é uma estrutura de poder que atravessa a nossa maneira de ser, a nossa subjetivação. Ela pode afetar todas as pessoas e comumente afeta. Por isso, cabe olharmos para ela como discurso, modelo de prática que assumimos quanto mais quisermos nos alinhar ao poder dominante numa sociedade como a nossa.

Humberto – Exemplos acessíveis e palatáveis. Muito obrigado, querido Iran! E para finalizar esta entrevista, quero

agradecer por seu envolvimento, sempre brilhante e rico, em nos apresentar posicionamentos tão importantes e necessários, porque sabemos que a nossa existência é um movimento coletivo de andar contra às ideias ditas como hegemônicas de pensar a sexualidade, o gênero, o desejo e o corpo. Assim, novamente agradeço-lhe por sempre ser mais que um pesquisador preocupado com questões que nos são caras, mas por ser um companheiro nas lutas para produção das nossas vidas. Por fim, peço que teça as suas considerações finais sobre esta experiência. Abração, querido!

Iran – Ah, Humberto. Eu só agradeço pela oportunidade em conversarmos. Eu acredito muito no poder do diálogo. Ter esse papo aqui foi muito bom. Espero que quem for ler curta também.

REFERÊNCIAS

PARAÍSO, Gustavo José B.; MELO, Iran Ferreira de. Linguagem não binária como (re)existência de gênero e prática inclusiva. **ANAIIS do V Congresso Internacional de Educação Inclusiva e V Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva**. ISSN: 2359-2915. (2024) Acesso em 13 de julho de 2024: https://editora.realize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV196_MD1_ID3672_TB927_04072024183622.pdf

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Linguística queer**. Recife, PE: Pipa Comunicação, 2020.

CAPÍTULO 2

PERFORMATIVIDADES LGBTQIAPN+ E CURRÍCULO ESCOLAR: GESTOS DE ANÁLISE DE UM CONTEXTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti (Ifal)¹

João Pedro Fradique de Lima (Ifal)²

Gustavo Matheus Moreira de Gonzaga (Ifal)³

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla e tem utilizado o método da pesquisa-ação colaborativa e os instrumentos direcionados a estudantes e a docentes de um dos *campi* da Rede Federal de Ensino no Nordeste brasileiro. A pesquisa visa a analisar narrativas de estudantes LGBTQIAPN+ de 52 turmas, do nível médio integrado ao técnico, na consideração do currículo escolar que lhes é ofertado e a sua inter-relação com o mundo do trabalho, tendo em vista que, em 2022 e 2023, não houve contratação formal de pessoas transgêneras e travestis em Alagoas. A discussão em tela se assenta na Linguística Aplicada Queer/Cuir e trabalha com categorias ligadas à performance e à performatividade de

¹ Doutor e Pós-Doutor em Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada e Formação de Professores/as. Professor do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus* Maceió. Docente Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal). Líder do Digeneri (CNPq/Ifal). E-mail: ricardo.cavalcanti@ifal.edu.br

² Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus* Maceió. Bolsista Titular do PIBIC (2023-2024), com bolsa financiada pelo CNPq/Ifal, sob a orientação do Prof.Dr.Ricardo Jorge de S.Cavalcanti. Membro integrante do Digeneri (CNPq/Ifal). E-mail: jpfl2@aluno.ifal.edu.br

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), *Campus* Maceió. Bolsista Voluntário do PIBIC (2023-2024), sob a orientação do Prof.Dr.Ricardo Jorge de S.Cavalcanti. Membro integrante do Digeneri (CNPq/Ifal). E-mail: gmmg1@aluno.ifal.edu.br

gênero; além de contar com a categoria Polêmica, numa inter-relação com a Nova Retórica. Com efeito, abordagens ligadas ao currículo, numa vertente pós-estruturalista, são acessadas para proceder às análises dos dados coletados, com a utilização de questionários semiestruturados, destinados a estudantes e a docentes. Os resultados têm nos levado a problematizar o fosso que há, tanto do ponto de vista das políticas educacionais quanto de ações mais efetivas localmente, voltados a esse público, a necessidade da inserção de egressos/as no mundo do trabalho. Esses resultados, ainda, têm sinalizado que ações de formação docente visam a possibilitar, a partir de problematizações sobre tais dados, uma inserção quantitativa e uma maior permanência qualitativa dos/as estudantes no contexto escolar investigado.

Palavras-chave: Performatividades LGBTQIAPN+; Currículo; Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio; Mundo do trabalho; Formação Docente

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo é parte de uma discussão mais ampla, ligada a uma pesquisa em desenvolvimento, que compreende setembro de 2023 e agosto de 2024, intitulada "Performatividades LGBTQIAPN+: Narrativas autobiográficas e percepções sobre o mundo do trabalho", que conta com o financiamento do CNPq e está inscrita em um Edital de fomento a pesquisas, das mais variadas áreas do conhecimento, no âmbito do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), de modo que, com base nas etapas relativas à seleção de projetos de pesquisa, obtivemos destaque, tanto pela necessidade de pesquisar tal temática quanto pelo aspecto inovador, em alguma medida, institucionalmente, que a temática apresenta.

A investigação, de base qualitativa, com a interligação entre os métodos de Análise Documental e da Pesquisa Colaborativa, propôs-se, em sua projeção inicial, a analisar aspectos relativos às performatividades LGBTQIAPN+, com o aparato teórico-conceitual predominantemente centrado na Linguística Queer/Cuir, tendo em conta dados colhidos em repositórios que tratam da

empregabilidade da comunidade LGBTQIAPN+, com especial ênfase, nos segmentos formados por pessoas transgêneras e travestis no mundo do trabalho. Tal inquietação emergiu por estarmos inseridos numa instituição de ensino de formação de nível médio e termos cerca de 40 estudantes que utilizam o nome social, sendo que, destes, pela condição de menores, precisam de autorização dos/das seus/suas pais/mães e/ou responsáveis, conforme Resolução CS n. 17, de 11/12/2017. No primeiro trimestre de 2024, segundo dados obtidos via Coordenação de Registro Acadêmico (CRA), do maior *campus* do mencionado Instituto, contam-se com 09 estudantes com os nomes sociais autodeclarados (neste caso, estudantes maiores) e/ou autorizados por seus/suas pais/mães e/ou responsáveis.

A princípio, os dados dispostos na Plataforma Transempregos⁴, tanto quando nos foi motivada a submissão da pesquisa quanto no atual desenvolvimento dos estudos relativos a tal tônica, faz nos inquietar ao constatar que, lamentavelmente, tanto em 2022 quanto em 2023, a partir dos dados já consolidados desses dois últimos anos, não houve contratação formal de pessoas transgêneras e travestis formalmente no mercado de trabalho⁵ alagoano.

A levar em conta as discussões atinentes à Educação Profissional e Tecnológica de nível médio, a partir de seu Documento-Base (2010), de modo que se compreenda que a finalidade precípua de formação da Rede é a oferta de uma educação com formação humana integral, ou seja, uma formação omnilateral na qual todas/os devem ter os seus direitos

⁴ Ver dados em: <https://www.transempregos.com.br>

⁵ Embora nesta passagem utilizemos a expressão "mercado de trabalho", cabe destacar, em filiação ao campo epidemiológico ao qual estamos ligados, a considerar as Bases da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal de Ensino, que mercado de trabalho assume um viés reducionista, especialmente, ao se conjugar com as demandas de atendimento ao capital, para o qual formamos mas superamos a dicotomia homem e mercado de trabalho, tendo em vista o trabalho como categoria fundante do ser humano, elevando-lhe a um profissional com dimensão social, cultural, filosófica e ideológica.

assegurados, inclusive na promoção de ações voltadas à formação docente, especialmente, neste caso, a professoras/es da nomeada formação profissional, para os quais devem-se promover reflexões a respeito da oferta de um currículo legitimamente reparador, especialmente, a grupos sociais historicamente invisibilizados, em atendimento a um ideário machista, misógino, LGBTQIAPN+fóbico, racista, entre outras nuances de intolerância nessa direção. Reiteramos que, desde então, nos causa estranhamento, não apenas no lócus de desenvolvimento da pesquisa, mas no âmbito dos 16 *campi* do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) não se terem, a considerar o seu público-egresso, essa comunidade, especialmente, aquilo que nos chama atenção Bento (2017), em resposta à heteronormatividade do CISTema, corpos/os dissidentes contratadas/os formalmente em variados segmentos empregatícios alagoanos.

A pesquisa tem nos possibilitado acessar dados a partir de questionários aplicados aos grupos compostos por estudantes, de variadas séries de nível médio, e por docentes, responsáveis pela formação profissional desses estudantes. Os questionários foram elaborados de modo semiestruturado, de modo que, para as questões estruturadas, adotaram-se critérios relacionados à Escala Likert⁶.

Nesse sentido, aspectos motivadores da pesquisa estão entrelaçados, especialmente, pelo reconhecimento da importância de debater essa temática, tanto no âmbito da formação docente quanto na reflexão do currículo ofertado na Rede Federal de Ensino, levando-se em conta dados coletados num dos 16 *campi*, sendo o maior em infraestrutura e no número de matrículas, tendo a oferta de cursos de nível médio, subsequentes de nível médio, graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos),

⁶ A Escala Likert é um tipo escala que normalmente possui 5 pontos de respostas e deriva de conceitos da Psicologia Social, que pode ser caracterizada como uma escala por meio da qual o respondente indica seus graus de concordância e de discordância em relação a um objeto ou temática, fornecendo ao/à pesquisador/a informações sobre a posição do/a entrevistado/a mediante as suas afirmações.

totalizando mais de 7.000 alunos, em 2024, distribuídos nos três turnos de funcionamento desse espaço.

Outro aspecto impulsionador desse debate é o interesse em construir conhecimentos e alianças sobre o tema, a fim de que as contribuições viabilizadas por essas reflexões possam auxiliar nos processos formativos dos sujeitos, em nível macro, tendo em vista a recém instalação do Nugedis - Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade, a partir da Resolução CS n. 116, de 27/06/2023, no *campus* do qual fazemos parte; bem como a nossa atuação, na condição de membros pesquisadores, no Digeneri - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Diversidade, Gênero e Inclusão (CNPq/Ifal), concomitantemente inscrito institucionalmente entre meados de agosto e início de setembro de 2023.

Tendo em vista essa contextualização, neste capítulo, pretendemos, entre os objetivos que alicerçam o nosso curso investigativo, centrarmos-nos naquele que elegemos como o geral, que é: compreender as percepções de estudantes e de docentes a respeito de gênero, identidade e mundo do trabalho e suas ressonâncias no contexto escolar. Para tanto, os instrumentos aplicados nos dão subsídios para a promoção de tal debate, uma vez que, além de termos respostas concernentes a cada grupo, composto por estudantes LGBTQIAPN+ e por docentes da formação profissional, intencionamos cruzar os dados nas questões que, especialmente, se voltam à performatividade dessa comunidade em sua formação profissional e, por extensão, a sua futura atuação no mundo do trabalho.

Para tanto, amparamo-nos nas discussões de Moita Lopes (2022), tendo em vista que, em grande monta, o presente debate está inserido no âmbito da Linguística Aplicada Queer/Cu-ir (LAQ), conforme já anteriormente anunciamos. Ademais, com base nas reflexões viabilizadas por Butler (2003 [1990]) e Borba (2020), que lançam reflexões acerca das Performance e Performatividade, autoras/es que questionam os processos de essencialização impostos socialmente para os gêneros, pretendemos trazer à baila questões que atravessam o currículo

escolar, principalmente, a levar em conta a escola na condição de agência de formação dos sujeitos e promotora da cidadania (Silva, 1999).

Portanto, com isso, precipuamente, almeja-se lançar olhares para o papel da formação docente como mecanismo de combate aos silenciamentos vivenciados pela comunidade LGBTQIAPN+, em especial, no que tange ao debate qualificado numa instituição de ensino centenária, que, há muito, atende às/aos filhas/os da classe trabalhadora e, por isso, deve estar atenta ao combate de práticas regulamentadoras, numa perspectiva essencialista, a corpos/os que foram/são socialmente invisibilizadas/os em detrimento da manutenção de um *status quo* que tangencia e expulsa aquelas/es que não se fixam em processos normativos, logo regulatórios.

2. LINGUÍSTICA APLICADA QUEER/CU-IR (LAQ): NOÇÕES SOBRE O CAMPO EPISTEMOLÓGICO

Os movimentos sociais do século XX, movimentos feministas, negros, LGBTQIAPN+, entre outros, que emergem a partir da segunda metade desse século, foram essenciais para questionar as estruturas sociais vigentes e diminuir, em alguma medida, os preconceitos e as opressões realizadas a esses grupos sociohistoricamente minorizados.

Tais mudanças sociais dão margem a repensar comportamentos que se figurem como repressivos e redutores de pautas, além de possibilitar a revisão de práticas sociais em diversas instâncias da Sociedade Ocidental, incluindo-se, nesse sentido, a esfera discursiva escolar.

No contexto brasileiro, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, pela primeira vez um texto constitucional delimita a educação como um direito de todo cidadão e um dever do Estado. Nessa direção, grupos historicamente minorizados, que foram privados, inclusive, do acesso à educação pública, demarcam-se nos ambientes escolares do Brasil.

É nesse contexto que se percebe a necessidade de ser discutida a pluralidade, a diversidade e a inclusão presentes no âmbito escolar, com o fito de minimizar estereótipos e conflitos entre as identidades plurais que se fazem valer, legitimamente, desse espaço público.

Ainda nessa perspectiva, os PCNs (1997; 1998) são publicados com diretrizes progressistas visando à condução de práticas educativas no âmbito escolar. Com efeito, há abertura a abordagens sobre temas, a partir dos prismas da pluralidade e da diversidade em sala de aula, além da inclusão de tópicos ligados à sexualidade na transversalidade curricular.

No entanto, há de se salientar que a sexualidade, a partir disso, começa a ser mais presentemente abordada em sala de aula em componentes curriculares como Ciências Naturais (Ensino Fundamental) e Biologia (Ensino Médio), mediante um viés positivista e biologizante, logo, essencialista, no tratamento da sexualidade exclusivamente sob as lentes de uma matriz hegemonicamente eurocentrada, enaltecendo o prisma do campo médico, e a heterossexualidade como medida comportamental aos seres humanos, de forma generalista.

Com isso, ante essa perspectiva, a escola assume, em grande monta, um papel de reprodutora de discursos sobre gênero e sexualidade, que fazem parte de um longo processo de construção social, e institui, em seu funcionamento, aquilo que, nos dizeres de Louro (2000), alcunha-se como as pedagogias da sexualidade.

Por meio dessas pedagogias da sexualidade, saberes formais e informais de uma dada sociedade são mobilizados de forma a construir e reproduzir um imaginário ideal, ligados ao "ser homem" e ao "ser mulher" naquele contexto social, silenciando, constringendo e deslegitimando todos as/os corpos/os que não se adequam àquilo tido como um comportamento normal e legítimo às/aos corpos/os e, por extensão, às suas sexualidades.

É nesse sentido que Louro (1997) se refere à escola como uma instituição generificada, um ambiente atravessado e produzido por relações de gênero e sexualidade e que, em muito, também

produz o gênero e a sexualidade tidos como legítimos socialmente, ou seja, a instituição escolar endossa os discursos hegemônicos não só por meio de sua construção curricular, mas também mediante as dinâmicas internas inerentes a esse lócus.

Por meio de atos ligados à língua(gem), em suas mais diversas formas, que estudantes - e também docentes - são continuamente educados/formados, na tentativa de imprimir em suas/seus corpos/os discursos que são socialmente legitimados, atribuindo-se valores a comportamentos, vestimentas, entonação de voz, entre outros aspectos tomados como normatizadores e que, por conseguinte, são atrelados à identidade de gênero. Com isso, é importante reconhecer o caráter performativo que a linguagem assume no meio social. É por intermédio da linguagem que as identidades são constituídas, bem como os discursos são legitimados e naturalizam-se as performances dos sujeitos.

Com o propósito de tratar de aspectos e/ou categorias que possam se voltar ao curso performativo das identidades, as noções de Linguística Queer/Cu-ir (LAQ) são acessadas para subsidiar discussões pautadas em gênero, sexualidade e educação, no intercuro com a linguagem como categoria essencial aos seres humanos, a partir de contribuições ligadas a Moita Lopes (2022). Nesse prisma, Linguística Queer/Cu-ir investiga as particularidades nas quais a vida social ocorre e onde os valores hegemônicos de gênero, sexualidade e língua marcam as/os corpos/os e as subjetividades dos sujeitos.

Em consonância com esse autor, posicionamo-nos que há uma necessidade de, nos Estudos *Queer*, compreender o sujeito como um conjunto de performances e estilizações marcadas, atravessadas e renegociadas com os valores hegemônicos. Nesse sentido, não cabe a análise de suas performances por meio de uma única categoria, visto que é a interseccionalização de suas estilizações que a sua identidade constantemente se assenta.

2.1 Performatividades LGBTQIAPN+: combate à visão normativo-essencialista de gênero

De forma a suprir e aprofundar as concepções não essencialistas da LAQ, a nossa pesquisa conta com a contribuição das noções da teoria da Performatividade, de Butler (2003 [1990]), e com a contribuição de autores/as pós-estruturalistas e de estudos que se inclinam às contribuições *foucaultianas* sobre os estudos das relações de poder, especificamente, no contexto da escola pública.

As discussões ligadas a gênero, majoritariamente, foram um campo de teorizações filosóficas, biológicas e voltadas aos estudos sobre a psique humana. Fatores morais, religiosos e ideológicos foram primordiais para as suas definições e problematizações ao longo da história.

Na pesquisa em tela, que atualmente desenvolvemos no âmbito do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entende-se gênero como um dos elementos constitutivos aos seres humanos e que é produto de um longo processo de construção social, sofrendo variações culturais, discursivas e ideológicas no curso desse processo de evolução humana.

Butler (2003 [1990]), a partir de sua teoria das performatividades, contribui com o debate sobre gênero como constructo social, na compreensão de gênero como uma categoria de disputa, que está sob um constante processo de monitoramento, de modo a direcionar as performances dos sujeitos aos parâmetros socialmente aceitos e tido como legítimos.

Esses parâmetros performativos são responsáveis tanto pela dicotomia masculino *versus* feminino quanto por delimitar as fronteiras entre o masculino e o feminino. Nesse sentido, valores e significados são estabelecidos, e diversas instâncias discursivas e instituições sociais são mobilizadas de forma a moldar as performances comportamentais, emotivas e linguísticas para enquadrar esses sujeitos em categorias socialmente tidas como “legítimas” e “naturais”, em acordo com a reflexão de Bento

(2017). Outra contribuição dada por Butler (2003 [1990]) para os estudos pós-estruturalistas sobre gênero, que rompem com o viés essencialista e biologizante, diz respeito às noções de Performance e Performatividade.

A Performatividade pode ser compreendida como um conjunto de limitações aos atos performáticos dos sujeitos, por intermédio de um sistema de regulamentação dos corpos, comportamentos e práticas linguísticas, parafraseando Borba (2020, p. 399), que complementa definindo a performatividade como uma “estrutura altamente rígida”. Em vista das limitações impostas pelas performatividades, é que num sistema binarista, essencialista e biologizante que são delimitadas as nuances e as práticas sociais que separam o masculino do feminino, nessa visão dicotômica de gênero.

Com isso, compreende-se que a performatividade está relacionada ao padrão estabelecido discursivamente entre os sujeitos sociais, isto é, as limitações por ela impostas fazem parte do ideário social de quais comportamentos são “adequados” aos sujeitos mediante o seu gênero e a sua sexualidade. A exemplo disso, temos a idealização no imaginário social de que mulheres têm de demonstrar delicadeza, sentimentalismo e submissão em relação ao seu parceiro. O homem, por sua vez, deve sempre tomar posições de liderança, não demonstrar sentimentalismo ou fraqueza. Esse conjunto de atos comportamentais, linguísticos, políticos, exercidos pelos sujeitos em diferentes contextos, configuram aquilo que é nomeado de Performance. Para Borba (2020, p.399), as performances são concebidas como a “estilização repetida do corpo, conjunto de atos repetidos”. Ainda nessa direção, as performances podem ser compreendidas como um repertório de atos discursivos, que mobilizam recursos tanto linguísticos quanto semióticos de modo a demarcar a identidade daquele sujeito no contexto social em que está inserido.

Nesse sentido, quando as performances de um sujeito não correspondem aos parâmetros performativos atribuídos ao seu gênero e à sua sexualidade, tidos como legítimos, são mobilizados discursos coercitivos que questionam a legitimidade de seu

gênero e da sua sexualidade, que precisarão ser constantemente reafirmados ou o sujeito será constante e pedagogicamente coagido a assumir os contornos performativos socialmente tidos como “adequados”.

Portanto, há de se levar em conta a premente necessidade de o currículo escolar ser repensado para erradicar essa visão essencialista que, em razão de discursos que enaltecem a família tradicional, a moral e a manutenção de princípios cristãos, excluem, constantemente, corpos/os, num espaço que fora legitimamente, e a duras penas, conquistado para promover a inclusão qualitativa de todas/es/os.

3. FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR

Na perspectiva a que nos filiamos voltada à formação docente, faz-se necessário reconhecer que existe uma disputa político-ideológica que cerceia as discussões acerca da temática de gênero e de diversidade, principalmente, pelo apagamento dessas na BNCC (2018), como bem analisa Barros (2021). Ocorre que, de modo consensual, a construção do currículo de um processo educacional, seja ele para a Educação Básica ou para a Educação Superior, assume um caráter político inerente à sua natureza, bem como envolve questões de poder (Silva, 1999, p. 16), tendo em vista que é por meio dos conteúdos a serem discutidos e das reflexões proporcionadas que o sujeito se insere em um procedimento de formatação de sua identidade profissional. Na docência, especificamente, ao se tratar da prática docente, oriunda a partir dos saberes profissionais historicamente constituídos, numa amálgama de saberes (Tardif, 2002), isso não é diferente.

Isso porque o primeiro espaço de formação docente é, por excelência, a universidade. É nela que ocorrem os “estudos cognitivos estabelecidos através das disciplinas que compõem a grade curricular” (Felício, 2014). Por extensão, é por meio desse processo, que é pautado em escolhas de práticas, procedimentos,

recursos e conteúdos, que é desenvolvida a criticidade do sujeito nesse lócus.

Ainda na promoção dessa discussão sobre a escola e o seu papel no desenvolvimento cognitivo e social do sujeito, chamamos a atenção para o cenário ultraconservador por que vem o Brasil a passar, cujos documentos direcionadores da educação carecem de lançar olhares a relevância da temática, tanto de modo a abordar essas discussões na transversalidade curricular, conforme era percebido nos PCNs (1997), quanto no que diz respeito à inserção de tais temática nos variados componentes curriculares que, atualmente, compõem a matriz curricular da Educação Básica brasileira.

Refletimos que um dos fatores que impulsionam esse debate é a visibilidade que as ditas “minorias sexuais” necessitam receber nas mais diversas esferas sociais. Noutros termos, ao oportunizar que tais grupos possam usufruir de seus direitos de existir, a luta entre estes e os chamados grupos “conservadores” se torna ainda mais acirrada (Louro, 2008), como temos percebido na última década mais acentuadamente. Ademais, existe uma forte resistência social em reconhecer a importância desse debate, principalmente pelo dissenso criado popularmente sobre a falaciosa “ideologia de gênero”, divulgada de forma equivocada e ludibriosa a fim de causar algum “pânico” na população, que passou a acreditar que as discussões acerca de gênero e diversidade, em alguma medida, assumiriam a missão de converter ou modificar a sexualidade dos/as estudantes, quando, a bem da verdade, tais deturpações, com fins nada velados, têm o propósito de continuar a excluir corpos/os condicionados socialmente à abjeção, que, há muito, requerem a sua legitimidade de tratamento e de efetivação de políticas públicas, inclusive, no âmbito escolar, como uma das medidas de reparação histórico-social.

Em razão desses apontamentos, acaba que ao debate acerca do tema é atribuído um tom pejorativo, tanto pela escola, que prefere neutralizar-se e não viabilizar quaisquer discussões, seja pelo receio da reação dos/as pais/mães ou até mesmo dos/as

professores/as, que podem não demonstrar a necessária apropriação do assunto, como pelo Estado, que omite essas possibilidades e, por extensão, garante a manutenção do *status quo* da exclusão das discussões de gênero e sexualidade, que vimos, lamentavelmente, a observar/participar no cenário brasileiro.

Quanto à escola, alinhamo-nos ao pensamento de Nóvoa (2019), para quem esse ambiente passa por constantes mudanças, mesmo diante das dificuldades enfrentadas para a construção de um ideal diferente do que conhecemos, que enaltece e privilegia a escola tradicional. Tal feito tem ocorrido, principalmente, em razão da necessária visibilidade alcançada por grupos historicamente minorizados, que possibilitaram ter uma maior diversidade, inclusive, nas salas de aula.

A presença e a reivindicação discursiva de tais grupos fazem com que o professor, na figura de mediador desse processo, precisa ter, minimamente, um conhecimento acerca do assunto, além da relevante sensibilidade para a promoção da ruptura de visões estereotipadas ligadas ao tema. É fulcral discutir a formação docente, principalmente no âmbito teórico-curricular, tendo em vista que é por meio da relação entre os conhecimentos construídos na universidade, saberes culturais e científicos que se dá o núcleo formativo do/a professor/a (Nóvoa, 2019).

Nóvoa (2019) também defende a importância de construir novos espaços de formação docente para além dos que estão postos. Entretanto, ele aponta:

Fazer essa afirmação é reconhecer, de imediato, que os ambientes que existem nas universidades (no caso das licenciaturas) ou nas escolas (no caso da formação continuada) não são propícios à formação dos professores no século XXI. Precisamos reconstruir esses ambientes, tendo sempre como orientação que o lugar da formação é o lugar da profissão (Nóvoa, 2019, p. 7).

Em grande monta, esse reconhecimento também preconiza uma reformulação da matriz curricular das Instituições de Ensino

Superior (IES), a fim de valorizar as diferentes possibilidades de existir e, no âmbito da formação profissional, garantir que o/a docente acesse discussões com essa tônica e que, com isso, possibilite-lhe lidar o tratamento dessa temática em sala de aula e na sua vida social, resetando a visão essencialista que, por muito, foi imperante nas instituições formadoras.

Assim, tendo em vista a metamorfose pela qual a escola tem passado (Nóvoa, 2019) e a necessidade de o/a professor/a conseguir adaptar-se às mudanças, faz-se necessário que a formação docente passe por essa reformulação, para que, assim, alcance um caráter mais ampliado e dialogue com as atuais demandas socialmente estabelecidas.

3.1 Teoria pós-estruturalista de currículo escolar e os estudos de gênero

Historicamente, o processo de pensar a educação esteve muito focado em discuti-la de modo atrelado às relações de classe e às hierarquias sociais presentes em nosso meio. Entretanto, o emergir das problematizações reclamadas pelos estudos feministas preconizou que essa abordagem fosse modificada (Silva, 1999), acrescentando aí abordagens voltadas às vozes dos sujeitos, que já estavam inseridos na escola, mas que, por motivos evidentes, foram silenciados em detrimento de um currículo branco, misógino, heterossexual, cristão e, atrelado a isso, vêm os seus desdobramentos.

Segundo Silva (1999, p. 91), “a crescente visibilidade do movimento e da teorização feminista, entretanto, forçou as perspectivas críticas em educação a concederem importância crescente ao papel do gênero na produção da desigualdade”. Nesse processo, é importante reconhecer a contribuição que as teorias pós-estruturalistas apresentaram no processo de discussão do currículo, haja vista que é por meio dela que um olhar mais aguçado é dedicado aos processos discursivos que envolvem os sujeitos. “Um discurso, em troca, produz seu próprio objeto: a

existência do objeto é inseparável da trama linguística que supostamente o descreve." (Silva, 1999, p. 12). É no âmbito desses procedimentos discursivos que as teorias pós-estruturalistas discutem a importância de pensar o gênero. No entanto, antes de aprofundar este aspecto, vale destacar a diferença que este termo possui quando comparado à palavra "sexo".

Nessa perspectiva, sexo se associa às questões biológicas humanas, isto é, às características ligadas, de modo estrito, às identidades sexuais dos sujeitos. Gênero, por seu turno, alinha-se aos aspectos que se constroem no âmbito social como parte do processo sexual (Silva, 1999, p. 91). Desse modo, a emergência de debater esses pontos emerge, principalmente, da importância de olhar para outras categorias de desigualdades, enfrentadas socialmente, estando estas para além da condição de classe dos sujeitos, atravessando outras interseccionalidades, como as de gênero e de raça. Isso ocorre, de modo precípua, em razão das reivindicações apresentadas pelo movimento feminista, que, a partir de suas análises, percebeu e denunciou que "as linhas do poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado" (Silva, 1999, p. 91).

Além disso, foi também o feminismo quem trouxe à baila as problematizações acerca dos espaços tomados pelos homens e que, em alguma medida, isso se reverbera em vários níveis da sociedade, inclusive no currículo, elegendo-se conteúdos, inclusive, que coloquem as mulheridades em condições de submissão e de misoginia.

Em diálogo com a teoria *queer*, que questiona os processos de naturalização e normatização das/os corpos/os em seus fazeres discursivos, a perspectiva pós-estruturalista também se propõe a indagar a verdade. Desse modo, este ideal é destacado a fim de que seu processo de construção, na condição de verdade, seja analisado. "[...] a questão não é, pois, a de saber se algo é verdadeiro, mas, sim, de saber por que esse algo se tornou verdadeiro" (Silva, 1999, p. 124).

Outra contribuição pertinente dada pelas teorias pós-estruturalistas teve o intuito de promover uma reparação social de sujeitos que vivenciam o apagamento histórico-cultural de suas identidades em detrimento de uma matriz etnocêntrica, isto é, eurocentrada, burguesa e, logo, excludente às/aos corpos/os que não refletem tal paradigma. Nesse sentido, Silva (1999) se propõe a debater como, apesar de haver uma gama de movimentos artístico-culturais de diferentes grupos sociais, existe uma maior visibilidade à arte e a ações empenhadas pela iniciativa estadunidense. Além do mais, o autor também critica que, apesar das diferentes vertentes que reafirmam a diversidade cultural que constitui nossa sociedade, existe uma tentativa constante de homogeneização.

Dessa forma, esse autor lança mão de um conceito que tem sua origem nos países do Hemisfério Norte: multiculturalismo. Para ele, o termo “pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os "problemas" que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante” (Silva, 1999, p. 85). Ele também aponta que a terminologia figura como um instrumento importante na luta política, pois traz à evidência um olhar mais crítico acerca das diferenças culturais que, por muito, estiveram limitadas como objetos de estudos de algumas áreas, a exemplo da Antropologia (Silva, 1999).

Portanto, o Pós-Estruturalismo emerge como uma resposta às demandas socialmente construídas, lançando luz para uma crítica mais complexa ao currículo e, além disso, propondo formas de ampliar os processos de formação dos sujeitos em diálogo com essas reivindicações, como a pedagogia do multiculturalismo e os debates acerca de gênero e sexualidade.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada em nossa pesquisa está pautada numa abordagem de natureza qualitativa de investigação

(Minayo, 2012). Por sua vez, intencionamos, por meio da análise de narrativas produzidas por estudantes LGBTQIAPN+, com base em suas livres adesões aos instrumentos de pesquisa, estabelecer análises categóricas a partir de dispositivos da Linguística Aplicada Queer, mais especificamente, a respeito das dimensões de gênero, sexualidade e das condições por que passam estudantes no curso de sua formação escolar/profissional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio na Rede Federal de Ensino. Os instrumentos eleitos para a coleta de dados embora intencionam análises processuais majoritariamente, também nos servem para verificar a recorrência com que ocorreram algumas situações no contexto analisado, tendo em vista gráficos e outros elementos, que nos auxiliaram quantitativamente para a promoção das análises qualitativas mais bem delineadas. No momento de escrita do manuscrito, reiteramos que a análise qualitativa recai sobre as narrativas dispostas, a partir de questões semiestruturadas, presentes no questionário aplicado ao público de estudantes e de docentes da formação profissional.

Quanto ao método, em um primeiro momento, pautamo-nos em discussões voltadas à análise documental (Lüdke; André, 1986), tendo em conta documentos oficiais relacionados à temática no contexto escolar, a exemplo, como já citamos dos PCN (1997; 1998) e da BNCC (2018), além de outros dispositivos que têm nos levado a refletir e a propor ações, a exemplo de trabalhos já apresentados e minicursos promovidos, que se voltam a categoria Polêmica (Amossy, 2017) tendo em vista a proibição do uso da linguagem neutra nas escolas e em documentos oficiais.

Posteriormente ao primeiro momento de coleta de dados, numa perspectiva de ação integrativa entre os achados da pesquisa e o compromisso com a formação inicial docente, temos empreendido esforços para levar tais dados e as categorias eleitas para o estudo em contextos formativos docentes, neste caso, em cursos de licenciatura, especificamente, a de Letras-Português, ofertada em um dos *campi* do Ifal, nosso lócus mais ampliado de

investigação. Tais pressupostos formativos, no sentido de promoção do debate qualificado sobre a temática, estão alicerçados nas abordagens lançadas por Ibiapina (2008), para quem a escola e os espaços formativos docentes, tanto no âmbito da formação inicial quanto no da continuada, são repletos de necessidades que, processualmente, se apresentam e que precisam de tais momentos para a minimização de noções estereotipadas, enviesadas e que, pelo tempo e dadas as circunstâncias, tendem a se cristalizar no discurso pedagógico vigente.

4.1 Instrumentos de coleta de dados

Para o momento da escrita deste capítulo, atemo-nos aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, tendo em conta dois questionários aplicados aos públicos de estudantes LGBTQIAPN+, inseridos no contexto investigado e que aceitaram livremente participar da investigação, e o público de professores da formação profissional, por entendermos, tendo em vista os dados lançados para a realização desse estudo, que os/as docentes podem possibilitar discussões que promovam, não somente no contexto formativo no qual estão inseridos, mas também na interlocução com as empresas que recebem os/as estudantes estagiários anualmente e que, potencialmente, podem ser empregadoras dos/as estudantes egressos/as. Os instrumentos de coleta utilizados no primeiro momento de nossa pesquisa se apresentaram aos grupos por meio do *Google Forms*, de modo que planejamos questões estruturadas e semiestruturadas, tendo a escala tipo Likert como padrão de distribuição para as respostas, numa escala de 5 pontos, em sua grande maioria.

O primeiro questionário, aplicado em outubro de 2023, foi divulgado pessoalmente pelos pesquisadores nas salas de aula do lócus investigado, tanto no período matutino quanto no período vespertino, que, para percorrer as 52 turmas, carecem de 4 dias.

A disponibilização do questionário contou com uma atitude colaborativa com por parte dos/as representantes das turmas-alvo,

no sentido de difundir, em seus grupos, o link do formulário para que, caso se sentissem interessados/as em contribuir para dados relativos ao tema da pesquisa, que o fizessem. Além do link, foi enviado um breve texto-síntese para que, antes de responderem ao formulário, ou mesmo acessá-lo, pudesse compreender de que se tratava a pesquisa, o instrumento a que tinham tido acesso, bem como, em nível amplo, quais os objetivos lançados para proceder à pesquisa e, sobretudo, os critérios éticos lançados para a coleta e a promoção da discussão, levando em conta os pretensos dados a serem colhidos.

O questionário dos/as estudantes teve um total de 16 perguntas, sendo nove dessas perguntas semiestruturadas (abertas) e 7 estruturadas (fechadas). Dentre o total de perguntas estruturadas do questionário, 4 delas possuíam escala do tipo Likert de 3, 4 e 5 pontos. O questionário obteve um total de 38 respostas e foi fechado no dia 27 de outubro de 2023, levando-se em conta a participação de turmas, de diversos cursos de nível médio, do lócus da investigação.

O segundo questionário, direcionado a docentes que atuam em componentes da formação profissional, intencionou a compreensão a respeito das percepções dos/as docentes em relação à temática da pesquisa, além do tratamento dado ao currículo durante o seu exercício profissional como um/a dos/as responsáveis por componentes da formação profissional discente. Esse instrumento foi divulgado, inicialmente, no dia 26 de fevereiro de 2024, e tendo sido repetidamente reforçada a sua adesão durante 2 semanas, período em que ficou aberto para as respostas, que teriam, igualmente, adesão livre.

Esse questionário voltado aos/as docentes foi intermediado pelas coordenações dos cursos do ensino técnico integrado ao médio. No primeiro contato, acessamos os contatos das coordenações e divulgamos por meio dos e-mails institucionais. No segundo momento, especificamente, no fim do mês de fevereiro de 2024, o grupo de pesquisadores foi pessoalmente a 8 coordenações a fim de sensibilizar sobre a importância do

instrumento na promoção do estudo que nos dispusemos a realizar.

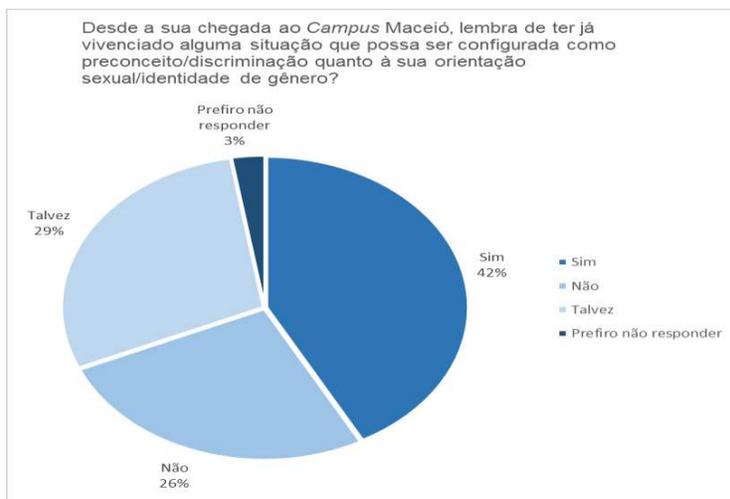
O contato com os coordenadores contou com variáveis intervenientes, uma vez que houve desencontros e programações simultâneas, de modo que alguns/mas desses/as coordenadores/as somente foram acessados via e-mails institucionais e, uma parte, por meio do acesso aos seus números de whatsapp.

O questionário dos docentes possui um total de 19 perguntas, sendo 8 semiestruturadas (abertas) e 10 estruturadas (fechadas), tendo 5 questões estruturadas se utilizando de escala do tipo Likert de 5 e/ou 6 pontos. Um dado interveniente na aplicação desse instrumento de pesquisa foi a baixa adesão por parte dos docentes do campus alvo de nossa investigação, mesmo com os esforços mobilizados pelos pesquisadores e coordenadores de área da formação profissional para tanto.

5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No questionário voltado aos discentes, aplicado em outubro de 2023, parte significativa dos 38 alunos, que compõem as 52 turmas do Ensino Médio Integrado ao Técnico (EMI), afirmam ter sofrido algum tipo de preconceito ou fobia dentro da instituição, conforme se pode verificar por meio dos dados levantados e expostos no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: situação de homofobia vivenciada por estudantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na seção do questionário, que foi aberta para que os/as discentes que fazem parte da população LGBTQIAPN+ relatassem o ocorrido, caso se sentissem à vontade, a maioria afirmou não ter buscado suporte por não se sentir acolhida. Ainda nesse âmbito, muitos relatam terem sofrido olhares de julgamento e repreensões por parte dos funcionários desse lócus onde estudam, conforme pode-se observar nos Quadros 1 e 2, em que constam excertos de relatos de estudantes, mediante o instrumento de pesquisa que lhes foi subsidiado.

Quadro 1 - Relato correspondente a atitudes de LGBTQIAPN+fobia institucionalizada

“Estava perto do bloco administrativo com meu ex-namorado, os dois sentados... Sem fazer nada demais. Ele estava com a cabeça apoiada no meu ombro e a todo momento passavam servidores olhando feio para a gente, até que uma coordenadora de algum setor (segundo ela) pediu para a gente se afastar e que o pessoal (servidores) estavam se sentindo "desconfortáveis" com tal situação.”

Fragmento de resposta de Discente 1

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quadro 2 - Relato correspondente a atitudes de LGBTQIAPN+fobia institucionalizada

“Uma professora em sala de aula insistiu em me chamar de MULHER diversas vezes, além de me por como exemplo para explicar para a turma que existe apenas XX e XY enquanto eu chorava abraçado com minha amiga. Outro caso que me ocorreu foi um aluno utilizar meu nome morto no aumentativo para falar comigo em tom de piada, sendo que eu entrei no IFAL já com o nome social no sigaa, ele viu meu rg e começou com as piadas, que só pararam quando eu chorei para meus colegas pedindo pra fazerem algo.”

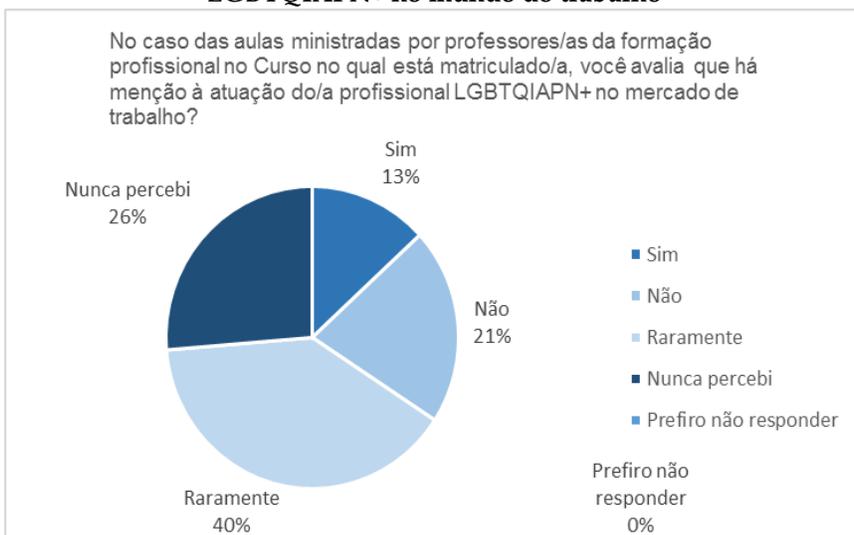
Relato de Discente 2

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Tais dados nos levam a constatar que apesar de frequentarem uma instituição pública, os preceitos do art.5º, da Constituição Federal de 1988, que garantem a igualdade de todos perante essa carta magna, não são seguidos. Os/As estudantes que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, pela necessidade de inserção de temas como diversidade, inclusão e pluralidade no currículo escolar, ainda são alvos das pedagogias da sexualidade, que, nesse caso, apresentam-se como normatizadoras e, por extensão, disciplinadoras (Louro, 2000). Suas performatividades são alvos de repreensões, julgamentos e piadas, colocando à prova a legitimidade de suas/seus corpos/os, gêneros e sexualidades, que, por irem de encontro com os parâmetros hegemônicos, tensionam-se nesse ambiente, anseia-se que seja de acolhimento e de alianças.

Ademais, os dados apontam que, de forma pouco frequente, mesmo a se considerar o *locus* da investigação - que é uma instituição de ensino que se volta a formação profissional - não perceber, por meio desses dados, alusão, nas aulas dos docentes, especialmente, voltados à formação profissional, aspectos inerentes à abertura do debate quanto a estágios e a inserção da comunidade em foco no mundo do trabalho, com as alianças necessárias para tanto. O Gráfico 2, a seguir, oriundo das respostas dadas, evidencia tal situação:

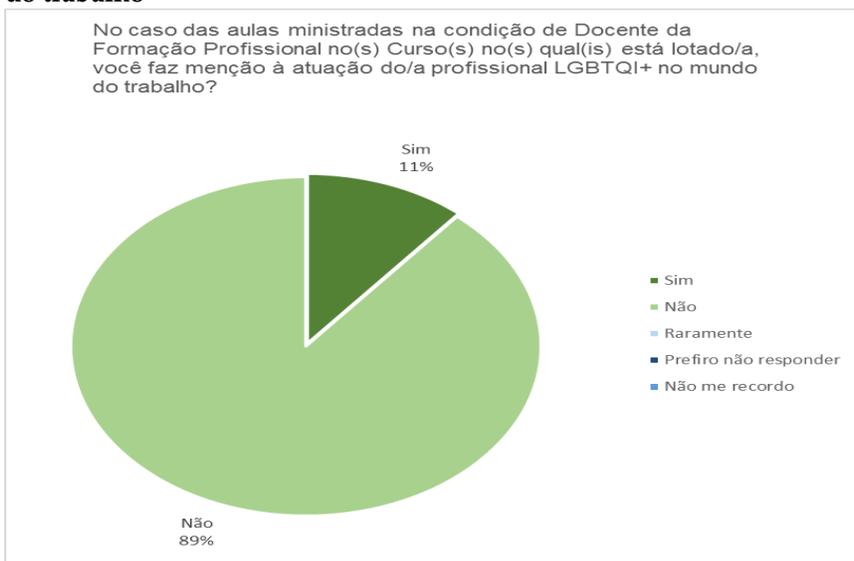
Gráfico 2 - Percepção quanto à menção da inserção da comunidade LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O questionamento, quando respondido por docentes que atuam nesses cursos de formação profissional, assume uma proporção ainda mais problemática quanto às respostas, uma vez que indagamos aos/as docentes, na perspectiva de cruzamento de dados com as respostas oriundas dos/as estudantes. Nesse sentido, 89% desses profissionais afirmaram não mencionar, em suas aulas, a atuação de profissionais LGBTQIAPN+. O Gráfico 3, a seguir, a partir do questionário aplicado a esse segmento responsável pela formação profissional dos/as estudantes, traz tal panorama.

Gráfico 3 - Menção, por parte dos/as docentes da formação profissional, sobre a atuação do profissional LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho

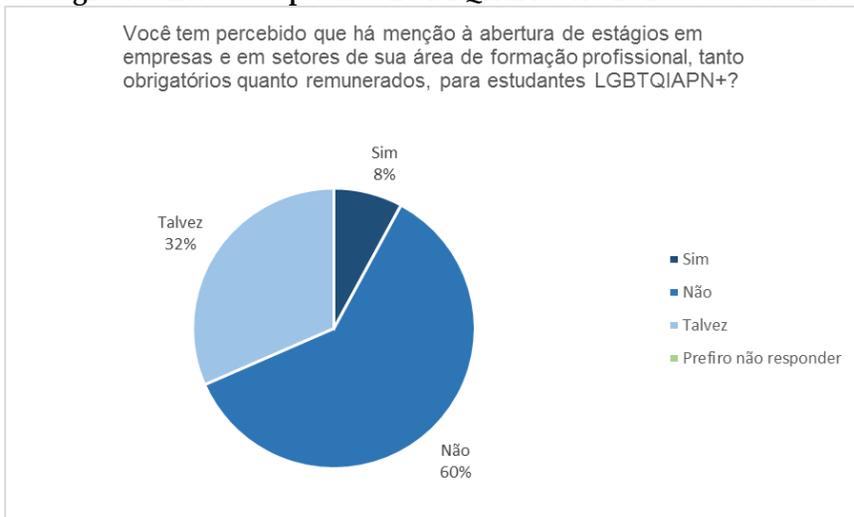


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Além disso, os dados obtidos por intermédio dos dois questionários apontam para a pouca ou nenhuma abordagem mais inclusiva em sala no que tange à formação de estudantes inseridos/as na população foco de nosso estudo, tendo em vista que não há discussões voltadas à inserção desses/as estudantes no mundo do trabalho, tampouco um processo voltado à abertura de vagas ligadas a ações afirmativas em instituições e em empresas parceiras/aliadas no mundo do trabalho.

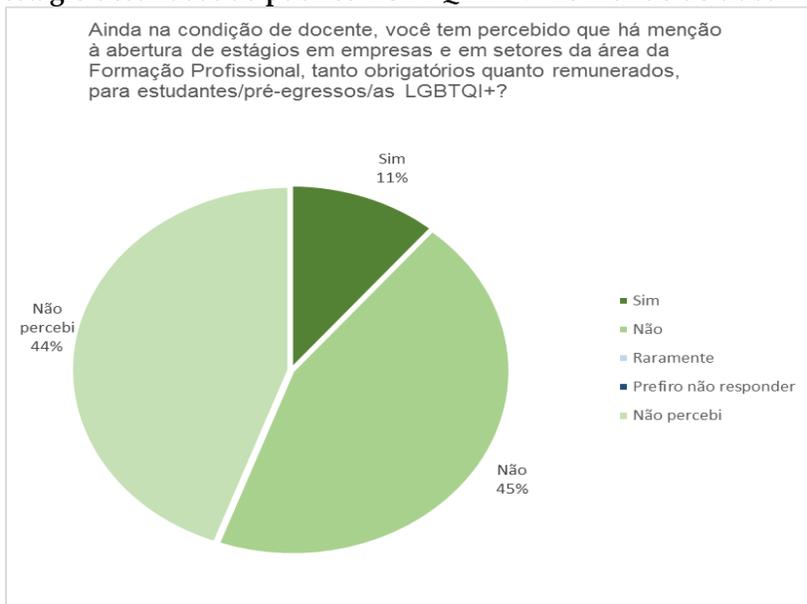
Os Gráficos 4 e 5, seguidamente, ilustram como a temática sobre a abertura de estágios para estudantes que fazem parte da população em tela é tratada.

Gráfico 4 - Percepção dos/as estudantes quanto à abertura de vagas de estágio destinadas ao público LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Gráfico 5 - Percepção dos/as docentes quanto à abertura de vagas de estágio destinadas ao público LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ao cotejarmos os dados apresentados nos Gráficos 4 e 5, constatamos que, tendo em vista a semelhança do questionamento aos dois segmentos de respostas, que o sim (8%), relativo às respostas dadas por estudantes, e o sim (11%), pertinente às respostas dadas por docentes, que tais ações que visam à inserção dessa comunidade em vagas de emprego e de estágio são, ainda, lamentavelmente, insuficientes.

Ainda nesse viés, foi perguntado aos estudantes quais ações eles/as consideravam relevantes tendo em vista a inserção e a permanência da comunidade LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho e, em grande monta, suas respostas tiveram enunciados que nos levam a considerar que suas sugestões podem ser entendidas como medidas instrucionais, de orientação ao tratamento à comunidade LGBTQIAPN+ (Quadro 3), além de sugestões voltadas a medidas reparadoras por meio de cotas (Quadro 4).

Quadro 3- Sugestão dada por estudantes para uma maior inclusão da população LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho

Para fazer uma maior inserção das pessoas da nossa comunidade dentro do mercado do trabalho, teria que ser feito uma inclusão a práticas não discriminatórias, seguindo um ramo de incentivos ao respeito e a importância da valorização dos nossos esforços como profissionais. Outra maneira de visar a inserção da comunidade, seria a criação de uma plataforma digital ou física, no qual estaria disponíveis diversas informações a respeito da comunidade LGBTQIA+, como exemplo, o nome social usado por pessoas não Não-binárias, o que seria a bissexualidade, o que seria uma pessoa Assexual e etc.

Fragmento de resposta de Discente 3

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Quadro 4 - Sugestão dada por estudantes para uma maior inclusão da

população LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho

talvez a existência de cotas, pois assim eles teriam de contratar e quebrar o preconceito vendo que a pessoa contratada era sim capacitada, talvez a existência de cotas, pois assim eles teriam de contratar e quebrar o preconceito vendo que a pessoa contratada era sim capacitada.

Fragmento de resposta de Discente 4

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Na direção daquilo que enunciamos antes da apresentação dos Quadros 3 e 4, estudantes têm a dimensão a respeito da necessidade de uma mudança paradigmática que, certamente, entre tantos espectros, poder-se-á ter presente no lócus formativo que frequentam, sobretudo, por ser uma instituição formativa voltada à Educação Profissional e Tecnológica de nível médio e, por extensão, com um compromisso de promover a formação de todas/es/os de forma integral. Isso perpassa não somente pela oferta de uma educação gratuita, laica e de qualidade, mas, sobretudo, que prime por condições de igualdade, em meio à pluralidade, com medidas reparadoras a essa população, que historicamente teve os seus direitos cerceados, inclusive, no acesso à escola pública.

Ainda nessa esteira, os/as estudantes sugeriram a relevância de um trabalho pautado na conscientização como um fator chave para que tal inserção ocorra; acrescentaram, bem como, a necessidade de promoção de palestras e a viabilização de discussões sobre o tema, tanto nos ambientes formativos quanto nos profissionais. Ademais, houve propostas sobre o desenvolvimento de projetos voltados à compreensão das diversidades, entre outras, nesse tocante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anunciamos na introdução deste capítulo, a discussão em tela está atrelada a uma visão mais ampliada, uma vez que, no momento em que nos dispusemos a escrever o presente

manuscrito, havíamos coletado alguns dados, que, em grande medida, integram maior parte daquilo a que nos propusemos pesquisar, embora tenhamos a necessária consciência que, dado o recorte que demos para a promoção desta discussão, outros dados nos são igualmente relevante para uma compreensão mais acurada a respeito das performatividades de gênero e de sexualidade no contexto no qual, como pesquisadores e como agentes formadores, estamos inseridos.

Urge, a partir daquilo que trouxemos à baila, pensar um currículo na formação docente, tanto inicial quanto na continuada, especificamente no que diz respeito àquela voltada aos/as docentes atuantes na Rede Federal de Ensino responsáveis pela formação profissional, a partir do *locus* investigado, principalmente na promoção de alianças com o mundo do trabalho para a comunidade LGBTQIAPN+, que tem a escola como uma das principais agências de formação cidadã e que, logo, está atenta à promoção da diversidade e à reparação histórica às/aos corpos/os que, por muito, lhes foram negadas.

A categoria Performatividade neste debate se coaduna com reflexões ligadas a relevância do estabelecimento paradigmático de um currículo, ligado àquilo que discutimos no que diz respeito às teorias pós-estruturalistas, que combata visões reducionistas e estereotipadas das populações ao longo dos tempos invisibilizadas, com especial concentração, em *loci* de baixa escolaridade de extremas desigualdades sociais, cuja monocultura da cana de açúcar ainda é fator predominante para, em grande monta, essa realidade alagoana observada a partir da falta de abertura de postos de trabalho à população transgênera e travesti, especialmente.

Os dados apresentados e debatidos ainda nos levam a refletir sobre a LGBTQIAPN+fobia presente na instituição escolar em tela, a considerar os discursos, atos performativos, que visam ao disciplinamento e ao enquadramento das/os corpos/os que foram, por um considerável tempo, invisibilizados e, até, enxotados da instituição escolar. É imprescindível, pelas reflexões que vimos a

fazer, que nos prestemos a compreender os enunciados que nos circulam, mas, principalmente, podemos ter uma atitude responsiva ativa, nos dizeres bakhtinianos, de modo a refletir e refratar a respeito das condições (dis)postas. A escola, por seu turno, não pode continuar a privilegiar um currículo que negue a presença dessas/es corpos/os e, mais ainda, que não lhes possibilite o acesso a espaços formais de empregabilidade que, no caso da instituição de ensino em foco, dar-se-á a partir de reflexões e de interlocuções contínuas entre escola - agência formadora - e o mundo do trabalho.

Portanto, há de se refletir sobre práticas escolares que tenham como fito o respeito à pluralidade, que perpassa, indubitavelmente, por um currículo reparador, socialmente engajado, problematizador e, sobretudo, anti machista, classista, misógino, racista e LGBTQIAPN+fóbico. Em prol de tais propósitos, é que nós temos nos mobilizado.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

BARROS, Roberto Idalino. **Identidades LGBTQIA+ silenciadas: rodas de conversa sobre diversidade sexual e de gênero na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio**. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12DZYXtUlmC9g4eCbwft1Qghg2Y1TvrJI/view> Acesso em: 29 jun.2023.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BORBA, Rodrigo. Falantxs Transviadxs: Linguística Queer e performatividades monstruosas. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 388–409, 2020. DOI: 10.26512/

les.v21i2.35211. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35211> . Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003 [1990].

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. O PIBID como “terceiro espaço” de formação inicial de professores. **Educa**, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189131701006.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2024.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa: Investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Resolução n. 017/CS**, de 11/12/2017. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/ensino/legislacao-e-normas/arquivos-legislacao/direcao-de-politicas-estudantis/resolucao-no-17-cs-2017-aprova-o-regulamento-sobre-a-utilizacao-do-nome-social-no-ambito-do-ifal.pdf/view>. Acesso em: 18 abril. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Resolução n. 116/CS**, de 27/06/2023. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/orgaos-colegiados/com-selho-superior/arquivos/resolucao-no-116-2023-institui-o-nucleo-de-genero-diversidade-e-sexualidade-nugedis-do-instituto-federal-de-alagoas-ifal.pdf/view> Acesso em: 18 abril. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2.ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, etapas e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/> Acesso em: 29 jun. 2023.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar**: gênero, sexualidade, raça e classe. São Paulo: Parábola, 2022.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019, e84910, p. 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/#> Acesso em: 29 jun. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPÍTULO 3

O DESEJO DOS MONSTROS: LÍNGUA, DISCURSO E MASCULINIDADE

Isaac Itamar de Melo Costa (UPE/UFPE)¹

Resumo: O texto aborda a análise do desejo do sujeito gay sob uma perspectiva que transcende a simples aceitação do óbvio, propondo uma investigação dos processos que moldam os significados na linguagem. Destaca-se a necessidade de deslocar o foco das estruturas explícitas da língua para explorar os significados que são quase ditos ou desconhecidos. Essa abordagem reconhece a linguagem não apenas como um meio de comunicação de ideias pré-concebidas, mas como um campo dinâmico onde os significados são constantemente negociados e redefinidos. O conceito de *real* da psicanálise é adaptado para a análise discursiva, sugerindo que a língua comporta falhas e lacunas que refletem a presença de algo inacessível, não formulável, evidenciado em fenômenos como lapsos, contradições e arremedos. Essa percepção instiga o analista a refletir sobre a produção de significado nas falhas e contradições da linguagem, destacando a interferência de ordens externas na construção do sentido ordinário.

Palavras-chave: Desejo; Sujeito; Discurso.

¹ Professor colaborador do Programa de Mestrado em Letras da Universidade de Pernambuco (PROFLETRAS - UPE) e professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Linguística pela UFPE. É membro do Grupo de Pesquisa Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento, liderado pela Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso Pecheutiana (GepAD/UPE). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4635-2824>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0452353225402463>. E-mail: isaac.itamar@upe.br.

1. INTRODUÇÃO

Não se faz análise sem passar pelo que provoca o pensamento, pelo que o produz. Desconfiar da significação e da produção da obviedade, alocar os seus pormenores como *produtos*, isto é, descrevê-los em seus efeitos e passar a identificar os *processos* pelos quais eles se dão a ver pela língua, é uma posição sustentada por aqueles que se movimentam nas bordas da sintaxe, no campo do quase-dito, do que está verdadeiramente desconhecido ou que não se pode jamais saber. Trata-se de um movimento constante, mas não para diante, para os lados. Esta conduta incansavelmente crítica e de desconforto permanente com a linguagem, põe o analista em julgo constante da *doxa* (do que acostumou-se chamar de senso comum, a maneira como se significa, se fala, se escuta e como se organiza a experiência social e linguageira; a *doxa* refere-se àquilo que, se bem entendido, é construído para ser bem entendido sem muito esforço).

Desse desalento com a significação do ordinário decorrem duas constatações: a primeira é a de que a língua só não basta. Para compreender a compreensão e a significação é preciso recorrer à *linguagem*, ao que se exclui do sistema da *língua*² para que ele possa ser arregimentado; é preciso olhar, também, para o *real* da língua, como o diria Jean-Claude Milner n' *O amor da língua* (2012a). O *real* é um conceito que faz referência a um registro psicanalítico que diz sobre o impossível de ser simbolizado, de ser acessado ou bem formulado; ele não é a realidade, é o que a gente exclui dela para poder suportá-la. O *real*, como disse, não é simbólico, não é expresso por signos, mas dá indícios de sua existência pelo simbólico, nas falhas, tropeços, no lapso, no sonho, enfim, em fragmentos de língua. A segunda constatação, que decorre da primeira, é a de que esse exercício hercúleo convoca o

² Tratei da diferença entre língua e linguagem no verbete *Linguagem*, do *Glossário de termos do discurso*, inspirado e tornado possível pela Profa. Maria Cristina Leandro Ferreira (2020).

linguista para refletir sobre os seus próprios limites e o pône, assim, em contato com outros campos do conhecimento. Foi Paul Henry, que n' *A Ferramenta imperfeita*, de 2013, constatou formalmente a necessidade de uma *complementariedade* do campo dos estudos da linguagem com outros domínios de saber, dentre eles, e isso destaca o próprio Henry, desta vez nos *Encontros na Análise de Discurso* (2019), com a *psicanálise*.

Aqui é preciso dizer que análise do discurso não se confunde com a análise psicanalítica, porque chuchu não é laranja, e também porque, e Michel Pêcheux (o fundador da Análise do discurso na França) estava bem consciente sobre isso, não se apreende o inconsciente numa situação alheia à da clínica, à escuta do sujeito que fala por outro que o ouve, seu interpretante, neste caso, o psicanalista. Paul Henry (2019) comenta que o interesse pelo inconsciente e pela psicanálise, por parte da análise do discurso de Pêcheux, se concentrou numa investigação de tipo intelectual: “eu penso que, efetivamente, para ele isso ainda era uma referência muito intelectual, ao passo que para nós era diferente, porque nós estávamos implicados nisso como sujeitos! É diferente” (2019, p. 223). O que, na mesma direção, Marie-Anne Paveau (2019) reforça ao indicar que o *real* a que aludem Milner e Pêcheux, conceito que figura como cerne de algumas das mais profícuas inserções psicanalíticas na teoria do discurso, não é simbolicamente formulado (porque não formulável), e por isso não está *na* língua.

De fato, Pêcheux indica o real como ponto de fratura, e não só da língua. No discurso, o real aponta para um exercício político e filosófico sobre a impossibilidade das estruturas totalitárias (não se pode ser todo) e, ao mesmo tempo, atesta que o não-dito sustenta a possibilidade do dizer (não se pode dizer tudo). Além disso, pela via da incidência do real, os vestígios que ele deixa na língua, sabemos que o inconsciente comparece na lógica regular

do sentido, tecendo, também, relações com a ideologia³. Sobretudo, o desdobramento da ideia de real (que é impossível na Psicanálise) foi realizado por Pêcheux nas *Questões iniciais* do Colóquio Materialidades Discursivas, momento em que ele nos diz que “há um real da língua. Há um real da história. Há um real do inconsciente” (2016, p. 17). Esta abertura teórica fornece espaço para encarar o real como *tremor* nos campos da língua, da história e da psicanálise. Um tremor numa estrutura que a informa sobre o terreno movediço em que foi erguida. No discurso, o real é como um tremor, e o tremor denuncia a ferrugem. Uma ferrugem de oxidação lenta, inaudita, solitária e invisível que corrói as estruturas com palavras de intranquilidade, desassossego e desconfiança, conjurando a exterioridade e a alteridade do sujeito pela via do inconsciente.

Quando se é analista do discurso não se vai à psicanálise, então, mas chega-se a ela, junto dela. A crítica de Paveau, que não vê como “um linguista que faz análise de discurso, o mais frequentemente sobre textos escritos, mas também sobre o oral, poderia decidir, fora de uma situação analítica, que uma forma discursiva seja a manifestação do inconsciente do sujeito” (2019, p. 280), se traduz como estado de cautela sobre o exercício todo-poderoso e inconsequente de se tentar acessar o inconsciente de

³ Como exemplo desse funcionamento, penso, principalmente, em como Luciana Vinhas, em texto de 2017, alinha à voz a uma manifestação do inconsciente. Ela aborda como a voz pode ser vista como um efeito do real da língua, emergindo do inconsciente e manifestando-se antes da linguagem simbólica. A voz é associada a falhas como gagueira e afonia, que ocorrem quando o excluído do Simbólico retorna no Real. A discussão se aprofunda na relação entre angústia e voz, onde a angústia é descrita como um constrangimento que impede a expressão vocal, manifestando-se em sintomas como rouquidão e dispneia, típicos da histeria. Ela descreve, a partir daí, a relação entre a falha na voz de Michel Temer, vice-presidente do Governo Dilma Rousseff, em seu primeiro pronunciamento enquanto Presidente Interino. A proposta é a de que a falha na voz denuncia a posição de Temer sobre a inadequação ética do golpe. Esse momento de falha, portanto, é visto como uma expressão inconsciente que emerge do real do corpo, indicando falhas de controle sobre o desejo e marcando a subjetividade dividida entre inconsciente e ideologia.

um sujeito por meio de recortes de língua isolados, o que além de contraintuitivo me parece ser contraproducente, já que a) todo o aparato teórico erigido por Pêcheux considera, antes, um exercício além-língua, um que reconheça os seus limites; e b) não se acessa o real. É bem verdade, entretanto, que a relação entre a linguística e o inconsciente não cessa, e que se pode operar *com* a psicanálise para interpretação de alguns significados, já que “a análise deve pensar o que não se deixa pensar”, como nos diz Milner (2012b, p. 45). Além disso, “tanto em um caso, quanto em outro, a frase cuja via era aberta pelo *isso* só podia se concluir no regime da linguagem, pois *isso* só existe nesse regime, quer se trate de um falar, quer se trate de um estar escrito” (2012b, p. 52). A queixa essencial de apropriação indevida do inconsciente pelo analista se dissipa rapidamente se bem lido o uso que fez Pêcheux da psicanálise: como meio de regressar, com dúvidas e tremores, ao que é anterior a nós e que, portanto, nos excede.

No discurso persiste, sobretudo, uma linguagem feita de padrões quase invisíveis, que conectam estruturas que parecem alheias umas às outras por meio de um fio, cosido com palavras e sem palavras. Essa estranha intimidade entre os enunciados se desvela por um gesto, uma leitura analítica, que captura por um instante um estado determinado de coisas no mundo. Estas coisas, por seu turno, dizem respeito a questões complexas, que respondem, na teoria, por palavrões como ideologia, inconsciente, cultura, imaginário, mas também desejo, sujeito e vontade. Olhar para um discurso é tentar perceber suas possibilidades e impossibilidades, identificando de que forma todos esses palavrões se conectam para produzir um significado e um sujeito. Os pontos que tento reunir nesse texto nos informam sobre a relação do sujeito do discurso com o próprio desejo e com a percepção que tem de si. Existir desejo é persistir numa linguagem psicanalítica. E existir uma linguagem *perceptiva* quer dizer haver uma linguagem feita com o corpo, a partir dele, utilizando-se dele como matéria. Além disso, um corpo, como afirma Vladimir Safatle no *Alfabeto das colisões*, de 2024, “é sempre

a história de suas quebras, da maneira como ele precisa se quebrar para se deixar afetar pelo que lhe atravessa” (2024, p. 48). Como materialidade do sujeito, o corpo é cindido, quebrado e remontado pelo discurso que lhe confere significado.

Os corpos quebrados e desejosos que procuro investigar aqui são corpos *queer* e de seu esfacelamento nasce um sujeito. Sujeito e sentido surgem juntos num mesmo ato, nos orienta a Análise do discurso. Tanto aí como no desejo, deparamo-nos com uma tentativa de união. No discurso, se reúnem identificação e posição; no desejo, toda união passa pela insatisfação de não se poder ser um, ser todo, retornar ao ventre materno, ao lugar de cuidado, de amparo; no desejo, assim, a união é *monstruosa* porque impossível, essa reunião é do campo do real. Tudo o que se pode fazer é tentar sem sucesso, continuar desejando, trocando, numa cadeia metonímica, um significante e mais outro. Essas ditas divisões e as tentativas de reunião “são apenas modos de construir monstros, de tentar dar forma ao que é dramaticamente disforme. O desejo se move através de uniões monstruosas” (Safatle, 2024, p. 49). O que esfacela esses corpos que tentam resistir como quimeras é um dizer, ou melhor, uma *gramática*, a gramática que rege termos em *binarismos* apoiados na *heterossexualidade* e na *heteronormatividade*, naquilo que impõe ao sujeito como e o que se deve ser. Essa gramática dita as formas como a dinâmica do desejo se restringe a reconhecer homens e mulheres, sujeito e objeto, dominação e submissão. Essa gramática é feita de imaginários e de ideologias, e se enraíza no inconsciente quase que como uma estrutura, como uma linguagem. Ela persiste celerada e nós, como sujeitos, assentimos ou resistimos a ela, tomamos ou não partido pela sua perpetuação. Encontramos modos de nos relacionarmos com esse saber e esses modos dizem sobre a nossa posição: anuída ou monstruosa, mais ou menos consciente.

Aqui é importante dizer que o conceito de monstro tem atravessado a história cultural como uma representação do outro, do anormal e do marginalizado. Na análise do sujeito monstruoso

como equivalente ao sujeito gay, particularmente no cinema contemporâneo, esse termo tem sido reapropriado e transformado de uma marca de estigma e exclusão para um símbolo de resistência e empoderamento. Exemplo disso é o filme *Hideous*, de Yann Gonzalez (2022), que oferece uma visão astuta dessa transformação, explorando a identidade gay através de uma estética que combina o grotesco com o belo, realocando o monstro de uma posição de marginalização para uma de valorização. Além dele, *Monster*, de Hirokazu Koreeda (2023) explora a afetividade, a agressividade e as percepções sobre o que seja, de fato, um monstro e uma relação homossexual.

Historicamente, o monstro é uma figura que desafia as normas estabelecidas, representando o que é considerado anormal ou inaceitável pela sociedade, como retratado no clássico *O corcunda de Notre Dame*, de Victor Hugo, por exemplo. Nas condições de produção dos sentidos associados ao movimento LGBTQIAPN+, o monstro foi frequentemente usado para descrever aqueles cujas identidades sexuais ou de gênero desviavam das expectativas heteronormativas. Este uso pejorativo reflete uma visão patologizante e demonizadora do sujeito gay, associando-o a algo a ser temido e reprimido. Não raro, são as figuras vilanescas as que mais frequentemente estão associadas à performatividade homossexual e à leitura *queer* nas histórias infantis, como Capitão Gancho (*Peter Pan*), Hades (*Hércules*), Jafar (*Aladdin*) e Ratcliffe (*Pocahontas*), Scar (*O rei leão*), Úrsula (*A pequena sereia*), Malévola (*A Bela adormecida*) etc.

A proposta aqui é a de subverter esta noção ao celebrar a diferença e a singularidade; abrir espaço para que o reconhecimento dê vazão à identificação pela resistência. Com a adoção termo, pretendo não apenas desafiar a representação tradicional de sujeitos monstruosos, mas também empregar a monstruosidade como uma metáfora para a beleza inerente à diferença. A transformação do monstro ilustra como a monstruosidade pode ser reimaginada como uma forma de resistência. Ao invés de simbolizar algo a ser corrigido ou

escondido, o monstro pode apontar para uma celebração da identidade e da expressão autêntica (porque dissidente). Isso reflete uma mudança mais ampla na cultura *queer*, onde termos e imagens anteriormente pejorativos são redefinidos como ícones de orgulho, a exemplo das *demônias* da cultura paraense, das quais Tristan Soledade é uma das representantes mais proeminentes.

Este reposicionamento do monstro, assim, tem implicações na reconsideração das percepções de normalidade e de aceitação. O monstruoso aqui se insere na mesma esteira pavimentada por Soledade, Gonzalez e Koreeda: a reapropriação semântica serve como um exemplo de como a língua pode oferecer um espaço para que sujeitos gays reivindiquem sua identidade e singularidade, desafiando normas culturais que têm historicamente marginalizado e estigmatizado o diferente. O monstro, nestas condições, deixa de ser uma figura de medo para se tornar uma de afirmação, resistência e diversidade, epítome do que ocorre na experiência subjetiva *queer*.

2. O SUJEITO MONSTRUOSO

De minha parte, assim, reúno enunciados que denunciam o que tento delimitar, com a ajuda da análise do discurso e da psicanálise, como *desejo do sujeito monstruoso*: uma posição ocupada por um sujeito onde o desejo de ser e o de repudiar comparecem amalgamados num tropo, e se alinham, ao mesmo tempo, às imposições da heteronormatividade. Em primeiro lugar, é preciso dizer, não me volto sobre o *indivíduo*, à escuta clínica numa sessão orientada por uma prática psicanalítica, mas, sim, opero com a psicanálise, na tentativa de bordejar um funcionamento específico a uma categoria ocupada por um *sujeito* do discurso, por intermédio da linguagem. Em segundo lugar, e mais detidamente sobre o objeto, a leitura que faço recobre um recorte, eleito como corpus, a partir de um arquivo digital oriundo do site X. Este arquivo é formado automaticamente pelo algoritmo do site e pode remeter a uma miríade de temas. Na

situação que tento delimitar, estes temas circundam um nicho, o de homens gays. Existem diferentes maneiras de conceber esse arquivo, pelo uso de *hashtags*, por *temas*, ou, ainda, por meio de um fluxo atualizável numa *timeline* secundária chamada *for you*.

Cada entrada para formulação de arquivo é definida pelas diretrizes do site como um *signal*. Segundo o *disclaimer* na central de ajuda do X, “quando identificamos um post, uma conta para seguir ou outro conteúdo que seja popular ou relevante, podemos adicioná-lo à sua timeline. Seleccionamos cada post usando uma variedade de sinais, inclusive a popularidade dele e como as pessoas em sua rede estão interagindo com ele⁴”. O mecanismo de reunião por tema é, assim, diferente daquele elencado pelas *hashtags*, que se concentram sobre um único termo específico, como uma palavra ou frase. O sistema de nicho fornecido pelo *for you* agrega, por intermédio do uso de inteligência artificial, conteúdos relevantes para um grupo identificado com um tema, e o faz a partir do cálculo de sinais: dados como número de curtidas, conteúdo cruzado a partir de perfis seguidos pelo usuário, tempo de tela num *post*, *pins* (que são indicativos de salvamento de um post numa área pessoal e reservada), alcance da informação, engajamento etc.

Concentro-me em três vias de acesso ao problema do desejo, eleitas a partir desse mecanismo de identificação por nicho do X, sob os auspícios do segmento homossexual masculino. Os três posts dizem respeito a um enunciado, “família Tonho reunida”; uma interação entre postagens, “a) – beleza é um bglh mto relativo né, pras mulheres ele é um 3 enquanto pros viados é 300; b) – três palavras explicam isso: fetiche em masculinidade”; e, finalmente, um vídeo curto, extraído de uma apresentação de *Stand Up* de Victor Martyn, cujo título é “padrão de beleza dos gays”. A proposta é a de conferir uma leitura discursiva dos mecanismos que atuam na constituição do significado dessas materialidades, identificando de que maneira elas se conectam, e,

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/49IvnpD>. Acesso em abr. 2024.

nesse processo, investigar o que, do ponto de vista do sujeito, as filia ao desejo do sujeito monstruoso. Minha investigação é de tipo bibliográfico e segue algumas determinações do campo da análise do discurso, essencialmente relacionadas aos procedimentos metodológicos.

Seguindo o que fora elencado por Freda Indursky (2019), a análise compreende, em um primeiro momento, a identificação de pontos de estranhamento na superfície da língua, que remetam à linguagem. O estranhamento se apresenta como desarranjo em um conjunto ou norma, o que fere alguma regra ou gramática interna, tudo o que aponte para essa incidência de outra ordem na regularidade do sentido ordinário. Tradicionalmente operamos com metáforas, mas também lapsos, falhas, ambiguidades e metonímias. Esses elementos revelam uma quebra na compreensão ou na ilusão de controle operada pelo sujeito do discurso. O estranhamento refere-se, assim, à interrupção ou perturbação do significado comum, aos indícios do real da língua, que dão a ver a existência de outra cena, nova ordem, ação determinativa. O segundo passo é a reunião do corpus a partir de um arquivo localizado, ao que se segue a *deslinearização* desses enunciados: refiro-me a deslocamentos, inversões e à formação de paráfrases e outros mecanismos linguísticos que tornem possível alinhar os dizeres a uma matriz de sentido, uma *formação discursiva*, o lugar de onde partem os significados que são corporificados na língua. Aprofundam-se esses pontos para revelar outras camadas de significado, considerando aspectos históricos, sociais, ideológicos e econômicos que revestem os signos linguísticos.

Deslinearizar o significante implica rearranjá-lo, interpretando-o de acordo com as *condições de produção* de seu significado. Esse processo envolve reconhecer a *posição* discursiva específica do sujeito, relacionada a uma formação discursiva e filiada a outras formações, como a *formação ideológica*, por exemplo. As formações são os espaços em que os sentidos são formulados e se encontram sedimentados, já que, segundo a

análise do discurso, o significado não emana da frase, mas a antecede; é processado em outro lugar alhures e está implicado em processos que são sociais e culturais. As formações estão em contato dinâmico entre si e podem ser identificadas pela posição assumida pelo sujeito no discurso, aferida a partir de seu dizer, sempre em relação a um conjunto de outros dizeres. Trata-se de uma estratificação sistematizada por Pêcheux e posta a cabo pelos analistas de discurso brasileiros, que procuram tornar visíveis os diferentes níveis de determinação de um enunciado nas esferas de produção que o afetam.

Um sujeito toma partido, assume uma posição num discurso, a partir da identificação com os saberes advindos de uma formação discursiva (FD), e a formação discursiva, por seu turno, determina o que é possível ser dito. De outro lado do mesmo esquema, a formação ideológica orienta o processo de materialização de uma ideologia por meio da linguagem no interior de uma FD; ela regionaliza as possibilidades de significação para um sujeito inserido numa conjuntura social dada. Identificar essas formações e como elas operam, combinando interpretação e descrição para buscar um significado possível para os enunciados em destaque é o próximo passo metodológico posto em ação pelo analista do discurso. Reflete-se, assim, numa análise, sobre a relação entre linguagem e mundo, buscando esclarecer o papel da ideologia e do inconsciente na formação de significados entre sujeitos, fornecendo uma leitura possível para as complexidades do discurso. Tomemos o enunciado a seguir:

Figura 1 –Primeiro enunciado. Fonte: Site X, acesso em abr. 2024



A Figura 1 é um tweet com uma fotomontagem que mostra um grupo de seis pessoas, todas elas formuladas a partir de alterações da imagem da *drag queen* Pablllo Vittar, que foi editada para parecer ter características tanto masculinas quanto femininas, algumas delas de maneira exagerada ou caricatural. Os termos “Tonho” e as paráfrases possíveis nesta situação, “Tonhão”, “Tonhão de calcinha” e “Maguila de tanga”, são exemplos de expressões que têm sido utilizadas dentro da comunidade LGBTQIAPN+ no X, com intenção subversiva e/ou humorística.

Esses termos, especificamente, informam sobre concepções de identidade de gênero, expressão e resistência cultural.

“Tonho” representa, na formação social brasileira, uma forma abreviada do nome próprio Antônio; como gíria, pode variar em significado dependendo da situação comunicativa e da região geográfica. Em alguns lugares, é meramente um apelido coloquial para pessoas chamadas Antônio; em outros, pode ser usado de forma depreciativa, como uma referência a alguém visto como ingênuo, simplório ou fora de moda. “Tonhão”, na situação de produção elencada, é um termo pejorativo usado para descrever *drag queens* de maneira depreciativa, insinuando falta de feminilidade conforme os padrões heteronormativos. O acréscimo “de calcinha” evolui como extensão de Tonhão, e é geralmente usado para descrever homens gays prototipicamente masculinos que se vestem de maneira feminina ou que assumem papéis femininos em sua expressão de gênero. Note-se que ao pôr em funcionamento uma expressão de gênero filiada ao imaginário feminino, o sujeito não admite haver aproximação com o que seja considerado pertencente ao imaginário masculino, o que fira o *protótipo* de homem.

Esta composição pode ser entendida nos mesmos termos empregados pela semântica aos protótipos, ao assumir um modelo em que os conceitos são “estruturados de forma gradual, havendo um membro típico ou central das categorias e outros menos típicos ou mais periféricos”, como o afirmou Márcia Cançado, em seu *Manual de Semântica* (Cançado, 2022, p. 108). Neste caso, no entendimento dos protótipos, algumas características são definidas como típicas, representativas de um grupo, e outras comparecem como periféricas a esse mesmo recorte. Cançado argumenta que, no caso das aves, um membro prototípico seria o pardal, ao passo que o pinguim, por exemplo, é periférico a este grupo, e isso porque existe um número muito mais expressivo da repetição da imagem dos pardais em relação à imagem dos pinguins. O que significa dizer que, por repetição e volume de informação, é mais comum encontrarmos um pardal

do que um pinguim, de maneira que essa associação ocorre por previsibilidade: é mais frequentemente *imaginarmos* um pardal ao falar de aves, do que um pinguim. Além disso, características como [+ voar], [+ penas] são centrais ao perfil prototípico desta categoria.

A compreensão linguística de protótipo se coaduna, assim, à ideia de *formação imaginária* defendida por Pêcheux (1990), na medida em que estabelece a associação categórica como mecanismo constitutivo da representação de uma *imagem*. Na análise do discurso, formação imaginária refere-se ao conjunto de imagens, representações e projeções que um grupo social ou um sujeito possui sobre algo ou alguém, e que orienta a maneira como ocorre a interpretação. Essas representações são moldadas por fatores históricos, sociais e ideológicos e influenciam na maneira como as pessoas compreendem seu mundo e comunicam essa compreensão nos discursos a que se filiam. Ao vermos uma mulher de véu e projetarmos sobre ela um sentido possível (de que ela é muçulmana, ou que está em tratamento de câncer, por exemplo), estamos acionando um imaginário específico sobre a forma de apresentação do corpo feminino que, na conjuntura social brasileira, aloca o véu como elemento periférico ao ordinário. Além disso, essa projeção informa sobre o conhecimento do próprio sujeito sobre determinadas regiões de sentido.

Suzu Lagazzi, em *Paráfrase da imagem e cenas prototípicas*, de 2015, estabelece conexão semelhante à formação imaginária, ao abordar o conceito de *cena prototípica*. A ideia é a de definir algo já-visto, nos moldes de um já-dito. O já-dito é aquilo a que todo mundo tem acesso, o que comparece no dizer como sabido; o já-visto é, por seu turno, o que todo mundo já viu. Essa cena atua como domesticadora da interpretação e remete à memória de algo reconhecido, um pré-construído de tipo imagético. É o caso, por exemplo, da identificação visual (de um logotipo, tipografia, identidade visual) de uma determinada marca em outro produto do mesmo gênero. Ou, ainda, quando vemos duas torres juntas

numa cidade e remetemos à imagem do World Trade Center, em Manhattan.

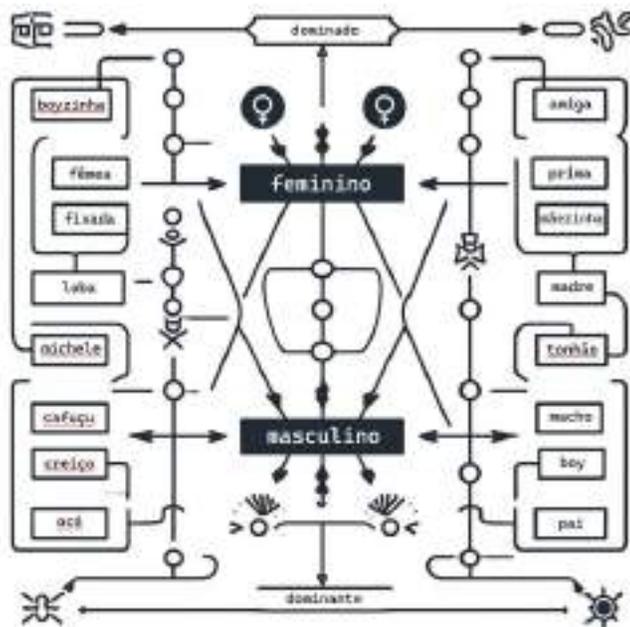
Como o afirmou Pêcheux (1990), a categoria de formações imaginárias opera com a representação de lugares sociais presentes, mas transformados, e isso, se me é permitido o arremedo, por intermédio da ação ideológica de uma *formação cultural* que cristaliza uma série de imagens significantes prototípicas de uma posição em dominância. Dois esclarecimentos são necessários aqui. Primeiro, com “posição presente, mas transformada” nos referimos ao comparecimento de uma imagem que informa sobre um lugar social efetivamente ocupado pelo indivíduo, mas que é transformado pela linguagem. Uma coisa é ser professor, outra coisa é o que se imagina que o professor seja (ou faça, ou diga, ou como se vista etc.); esse lugar social está presente na língua, mas é transformado pelo imaginário. Segundo, “formação cultural”, como definido por Leandro Ferreira (2011), refere-se ao conjunto de práticas, crenças, valores, tradições e conhecimentos que caracterizam um determinado grupo social e que fornecem um quadro de referência a partir do qual os membros desse grupo produzem e interpretam discursos. Essa formação cultural influencia a linguagem e as formas de expressão, contribuindo para a maneira como significados são sedimentados pela cultura.

No exemplo apresentado, a posição prototípica da formação cultural masculina reúne em torno de si as marcações [+ barba], [+ macho], [+ músculos] como centrais, [- barba], [- macho], [- músculos] como periféricas. Note-se que o binarismo aponta para uma formação discursiva vinculada à formação ideológica de gênero, que comporta, por oposição, formações discursivas não-binárias. Nesse esquema, as formações culturais funcionam como espaços de discursivização dos protótipos imagéticos constituídos pelas formações imaginárias. A cultura e a ideologia entram em contato nas formações culturais, estas que servem de base para visualização da forma sujeito de uma formação discursiva dada.

Daí ser possível dizer que a saia jeans e os cabelos longos são signos associados a uma forma discursiva específica, a posição dominante evangélica, atrelada à formação discursiva cristã. Ainda nesse exemplo, um indivíduo pode ser significado como evangélico a partir de uma associação imagética operacionalizada por um sujeito; [+ cabelo longo], [+ saia jeans] são conceitos prototípicos de uma imagem feminina e periféricos da imagem masculina na formação cultural brasileira. Nesse esquema de representações, em que entram em cena as diferentes formações para compreensão da significação, podemos estabelecer uma relação de oposição entre termos associados ao feminino e aqueles associados ao masculino, o que pode ser ilustrado a partir de um quadro sinóptico⁵ como o que segue.

⁵ A palavra *sinóptico* está relacionada à sinopse. Ambos os termos têm raízes no Grego, onde *syn* significa junto e *opsis* significa ver. Assim, sinóptico pode ser interpretado como uma visão geral ou resumo, que permite uma compreensão conjunta de diferentes partes ou aspectos de um tema, enquanto sinopse, da forma como a conhecemos, refere-se a um resumo ou uma visão geral de um conteúdo, destinado a fornecer uma compreensão rápida do todo. No caso de um esquema sinóptico, a ideia é justamente essa: oferecer uma visão conjunta, estruturada e visual das principais ideias ou conceitos de um tema, permitindo uma compreensão rápida e integrada.

Figura 2 - Esquema sinóptico. Elaborado pelo autor com ajuda do Canva



O esquema explora conceitos de gênero e de dominação no interior das condições de produção fornecidas pela conjuntura social brasileira. No centro, há dois eixos principais que cruzam o diagrama horizontal e verticalmente. O eixo horizontal está marcado com “feminino” de um lado e “masculino” do outro, sugerindo a divisão convencional de gênero preconizada pela formação discursiva da binaridade. O eixo vertical tem “dominado” na parte superior e “dominante” na parte inferior, indicando uma hierarquia ou distribuição de poder, e isso com relação à condição de dominação que discute Bourdieu, notadamente em *A dominação masculina*, de 2020.

Bourdieu (2020) analisa as estruturas subconscientes que perpetuam a desigualdade de gênero numa sociedade, examinando a maneira como a dominação masculina está profundamente arraigada nas práticas cotidianas, instituições e no próprio discurso, frequentemente mascarada como a ordem

natural das coisas. Em discurso, dizemos que este é o trabalho da cultura, o de consagrar aquilo que é ideológico como cultural, natural. A dominação dos homens sobre as mulheres, para Bourdieu, é um paradigma simbólico que está entrelaçado no tecido social, sustentado por um conjunto de pressupostos, expectativas e crenças compartilhadas que atravessam todas as culturas, um fenômeno que ele chama de *violência simbólica*. Esta forma de ação é onnipresente e internalizada, o que significa que o sujeito, inconscientemente, perpetua e reforça as estruturas existentes de poder e dominação, e isso por intermédio da ação ideológica que fornece esses produtos como a realidade. “É assim porque tem que ser”.

Bourdieu detalha, ainda, como as distinções de gênero são reproduzidas e reforçadas em várias esferas da vida, como a linguagem, a educação e o trabalho, onde as diferenças físicas são transformadas em iniquidades sociais. A isso podemos associar, no quadrante superior esquerdo de nosso esquema, o aparecimento de termos enquadrados como “feminino” e “dominado”; neste caso, “boyzinha” e “loba”, utilizados pela comunidade em cena, nas situações em que o recorte por tema orienta as postagens no X. Na parte inferior esquerda, associada ao masculino e dominado, encontram-se termos como “cafuçu” e “ocó”, paráfrases possíveis de Tonhão, relacionadas ao *pajubá*, conjunto de termos utilizados por sujeitos *queer* no início dos anos 2000.

Através das conexões entre os termos e os eixos, o diagrama ilustra como os atributos de gênero são percebidos e valorizados socialmente, e como isso se relaciona com as noções de dominação e hierarquia. Os termos sublinhados indicam uma análise sobre como certas identidades de gênero são estigmatizadas ou depreciadas em determinadas posições – dominadas, se femininas; dominadoras, se masculinas. A curiosidade está em perceber, entretanto, que no caso da performance *drag queen*, de um ponto de vista do senso comum, o que se quer emular é o protótipo feminino, de maneira que parecer mais másculo incorre

em incongruência ao imaginário estabelecido para aquela posição. Daí decorrem os usos pejorativos, que seriam neutros ou até positivos em uma situação em que a performance feminina estivesse em posição periférica, como, por exemplo, as situações em que o *desejo sexual* é posto em cena.

O segundo enunciado que destaco nesta breve análise é uma conversa que ocorre entre dois usuários, um que reposta um vídeo de Gabriel Santos (@gabrielsantsofc), e outro que comenta o que foi legendado nessa postagem. No topo do tweet, o usuário @vhsariel comenta: “três palavras que explicam isso: fetiche em masculinidade”. Este é seguido por um retweet de @kidsustag que diz: “beleza eh um bglh mto relativo né, pras mulheres ele é um 3 enquanto pros viados ele é 300”.

Figura 2 –Segundo enunciado. O conteúdo foi retirado do X, acesso em abr. 2024.



O vídeo incorporado⁶, apresenta uma interação repetitiva onde uma pessoa oferece beijos de forma progressiva, dobrando a quantidade cada vez que a oferta é passada para a próxima pessoa. O diálogo é construído em torno da escolha entre aceitar o número atual de beijos oferecidos ou “dobrar e passar” para a próxima pessoa. A progressão continua aumentando a oferta de beijos, mostrando como a pessoa é frequentemente rejeitada pelas mulheres com quem se comunica. O tweet, por seu turno, discute a percepção da beleza masculina e como ela pode variar drasticamente dependendo do gênero ou orientação sexual da pessoa que avalia. O termo “viado”, utilizado no *retweet*, é uma gíria em português frequentemente dirigida de forma pejorativa a homens gays, mas que também pode ser reutilizado pela própria comunidade LGBTQIAPN+ em um contexto diferente, muitas vezes subvertendo sua conotação negativa original.

O tweet de @vhsariel menciona um “fetiche em masculinidade”, que sugere uma reflexão sobre como características masculinas são valorizadas ou desejadas pelo sujeito gay. Essa interação entre usuários é particularmente interessante porque reúne as características imputadas ao exemplo anterior, de masculinidade e dominância, mas, desta vez, em viés positivo, em elogio à masculinidade. O mesmo pode ser constatado no terceiro enunciado elencado para esta leitura, o vídeo⁷ de Victor Martyn, que discute com humor as expectativas e percepções sobre sua solteirice, especialmente relacionadas à sua orientação sexual. Ele compara como ele é visto por amigos heterossexuais e pelo público gay. Vitor menciona que para os heterossexuais ele é “bonitinho” e está acima do padrão de beleza, enquanto para o público gay, ele está apenas na média, inclusive com uma aparência física comum.

⁶ Disponível em: https://youtu.be/OV1_EP2mjHE. Acesso em abr. 2024.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cw7Wbyiu2wP/>. Acesso em abr. 2024.

No interior do cumprimento da imagem prototípica do masculino, assim, o sujeito se coloca como periférico, já que os termos que circundam essa matriz de sentido se aproximam da heterossexualidade, signo com o qual não há superidentificação por parte do sujeito gay. Ressalte-se, ainda, que a posição de identificação do sujeito gay com a formação discursiva da masculinidade é periférica, pois descumpre-se, no interior dessa FD, com este princípio (o da heterossexualidade). Como dissidente, na tentativa de pertencer ao grupo socialmente lido como masculino, o sujeito inconscientemente almeja ser como a posição em dominância, mas ao seu modo; por isso mesmo, o mecanismo de identificação do monstro não corresponde à realidade ocupada pela posição dominante, mas é *imaginário*, precisa ser imaginário e, assim, é frequentemente formulado para não corresponder à realidade, mas à imagem. O corpo precisa ser como uma imagem irrealizável e hipermasculina, que “compensa” o descumprimento da heterossexualidade por meio da reduplicação de signos prototípicos [+ barba], [+ músculos], [+ virilidade].

Nesses termos, contraditoriamente, o sujeito monstruoso rejeita a masculinidade e a deseja com a mesma força e intensidade. Os dois funcionamentos são, inclusive, complementares e parecem indicar para a união monstruosa do desejo que repudia e tenta replicar o masculino por intermédio do simbólico, da linguagem, de padrões corporais e culturais próprios à posição dominante. O desejo do sujeito monstruoso é o de parecer, tanto quanto possível, com aquilo que o oprime e, no limite, com o que ele próprio emula, sobretudo ao oprimir, à sua maneira, a tentativa de expressão feminina ao rotulá-la como “Tonhão”, valorando negativamente o outro, espelho de si próprio.

Lacan ([1966] 1998), ao reinterpretar e expandir as ideias de Freud, introduz uma dimensão linguística e simbólica à compreensão do desejo. Segundo essa concepção, o desejo é fundamentalmente o desejo do Outro. Essa afirmação implica que

o desejo não é direto ou simples; ele é mediado pelo que percebemos que o Outro deseja ou valoriza. Isso não se refere apenas a desejar algo que o Outro possui, *mas a um desejo mais profundo de ser desejado pelo Outro*, de ocupar um lugar significativo no campo do Outro. Essa dinâmica coloca a linguagem e a estrutura simbólica como mediadoras essenciais do desejo, onde o sujeito busca reconhecimento e valor dentro de um sistema de símbolos compartilhados.

Nesse esquema, Lacan introduz o conceito de *falo*, não como um órgão genital, mas como um significante central na economia psíquica do desejo. O falo simboliza mais do que poder e potência sexual; ele representa a própria possibilidade do desejo e da falta que o motoriza. Nesse sentido, o falo é “destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante” (Lacan, 1998, p. 697), o que sugere que ele ocupa um papel central na ordenação simbólica e na articulação do desejo. Através deste conceito, Lacan reenquadra a apreciação ou rejeição ao feminino (ou ao masculino) como parte de uma luta mais ampla pela posição e reconhecimento dentro da ordem simbólica, onde o que é valorizado ou rejeitado é vinculado ao que o falo representa em termos de desejo e poder.

Além disso, é central para a compreensão do desejo em Lacan a ideia de que a falta é o que motiva o desejo, e não a presença ou a plenitude. Esta noção subverte ideias preconcebidas sobre a motivação e a finalidade do desejo. Em Lacan, o desejo é intrinsecamente insaciável, não porque busca constantemente mais do mesmo, mas porque o que busca está fundamentalmente ausente. Esta falta é o que impulsiona o sujeito a desejar, movendo-se continuamente em direção a algo que está sempre além do seu alcance. O desejo, então, é caracterizado por uma perpetuação da falta, uma busca sem fim que define a trajetória do sujeito no campo simbólico. O desejo é, ele mesmo, impossível de ser realizado.

A diferenciação entre os objetos de desejo é um aspecto crucial em Lacan, especialmente no que tange à sexualidade. Lacan distingue entre o “objeto a” (o objeto causa do desejo, que pertence ao campo do real, e por isso não é formulável) e os objetos substitutivos que povoam o mundo fenomênico do sujeito. O objeto a é o que está sempre ausente, o que nunca pode ser plenamente alcançado ou possuído, enquanto os objetos substitutivos representam as tentativas falhas de alcançar essa plenitude. Podemos pensar que o desejo, sempre que ganha um nome, move-se em direção daquilo ou de outra coisa: “não era bem isso o que eu queria”, essencialmente porque “isso não tem nome”.

Esta distinção é vital para entender a dinâmica da falta na sexualidade. O desejo é movido pela busca do objeto a, embora essa busca esteja fadada à insatisfação permanente, pois nenhum objeto substitutivo (seja uma pessoa, uma prática sexual ou um símbolo) pode resolver a falta estrutural do sujeito. Esta dinâmica da falta é o que impulsiona o desejo adiante, mantendo o sujeito em constante movimento em direção a novos objetos, novas fantasias e novas formas de satisfação.

Nessas vias, podemos afirmar que o desejo do monstro é construído através de uma interação complexa entre o real da falta e os mecanismos simbólicos da linguagem, tornados materiais pelo discurso do sujeito, ou seja, a partir da tomada de posição desse sujeito em meio às formações a que está determinado. De um lado, a formação masculinista, que prediz heterossexualidade e exclusão do feminino; de outro, e análoga a esta, as formações imaginárias que sustentam o ideário do que é ser homem e a formação cultural que informa o que é natural para esta categoria fabricada. O monstro, nestas condições, não é apenas uma figura de alteridade, mas um espaço de representação para desejos não normativos e, frequentemente, marginalizados. Este é um sujeito cuja premissa é a de pertencer, e que precisa fazê-lo replicando um padrão que ele, ao mesmo tempo em que repudia, almeja e admira. Este desejo contraditório, que reúne

asco e ânsia, é formulado por meio da linguagem, espaço em que o sujeito busca reconhecimento e legitimação, num campo simbólico que é, por natureza, restritivo e heteronormativo.

A linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um campo de batalha onde significados são negociados. O que comparece como contradição – repudiar e desejar ser masculino – é, em si, o motor desse sujeito cujo desejo é submetido àquilo que falta e ao que interfere na estrutura regular do sentido. O sujeito monstruoso utiliza a linguagem para articular um desejo que desafia a normatividade, busca existir nos espaços subalternos em que é permitido agir. O real, conforme discutido por Pêcheux e Milner, é crucial na formação desse desejo, porque representa o que é excluído da simbolização mas que, paradoxalmente, é essencial para a constituição do sujeito. Essa exclusão cria uma lacuna, um espaço para o não-dito, que o sujeito monstruoso procura preencher com seu desejo. O simbólico, por sua vez, oferece os meios através dos quais esse desejo pode ser articulado, ainda que de forma sempre incompleta e insatisfatória. Ainda que o sujeito seja sempre e permanentemente encarado como monstro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto propus uma reflexão sobre a natureza e o propósito do desejo do sujeito gay. Parto da ideia de que não podemos simplesmente aceitar o óbvio, mas, sim, explorar os processos subjacentes que produzem esses significados aparentemente claros e óbvios. Isso envolve um deslocamento do foco da sintaxe e da semântica para os aspectos da linguagem que são quase ditos ou completamente desconhecidos. A linguagem é vista aqui não apenas como um veículo para a comunicação de ideias pré-formadas, mas como um campo onde significados são constantemente negociados e redefinidos.

Apoio-me no conceito de real, que é descrito como aquilo que é sistematicamente excluído da simbolização na linguagem, mas que, paradoxalmente, é essencial para a constituição da própria

linguagem e do sujeito falante. Este conceito psicanalítico é transposto para a análise discursiva para argumentar que a linguagem sempre carrega falhas e lacunas que indicam a presença de um real inacessível diretamente, mas que deixa rastros no simbólico, como lapsos, erros ou sonhos.

Nesse sentido, a conscientização dessas limitações e da presença do real deve levar o analista a uma reflexão sobre a produção da significação nas falhas e contradições da língua, na interferência de outra ordem no ordinário da significação. Ainda assim, é importante reconhecer que a análise do discurso é um campo distinto da psicanálise, apesar de suas intersecções. Isso é importante para entender que, embora ambos os campos tratem de aspectos inconscientes e não ditos da experiência humana, eles operam em modalidades diferentes e com diferentes objetos de estudo.

Finalmente, discuto a ideia de que o discurso é um espaço onde os significados não são fixos ou dados, mas são o resultado de processos contínuos de negociação que envolvem tanto o simbólico quanto o real. Interessa saber de que forma o sujeito assume uma posição em um discurso influenciado por formações discursivas e ideológicas, moldando o que ele pode expressar linguisticamente em uma dada situação social. Essas formações determinam os limites dentro dos quais os sujeitos operam, configurando as maneiras pelas quais eles se engajam no mundo e interpretam sua realidade. Ao considerar essas formações, o analista de discurso busca entender não apenas o que é dito, mas também o porquê, a estrutura subjacente que guia o discurso e como este se relaciona com a ideologia e o inconsciente.

No exemplo apresentado, vimos de que forma termos como “Tonho” e “Tonhão”, variam em sua recepção e significação dependendo da determinação cultural e da posição dos sujeitos envolvidos. Através da semântica e do conceito de formações imaginárias, também destaco como categorias e conceitos são formados e percebidos no interior de uma formação discursiva. Esses conceitos não são estáticos, mas moldados por fatores históricos e sociais que influenciam como são interpretados e

utilizados em diferentes situações. Isso se estende ao modo como vemos e entendemos os outros, o que nos indica como preconceitos e suposições podem influenciar a percepção antes mesmo de uma interação verbal ocorrer.

Este enquadramento teórico permite uma análise sobre como os discursos são formados e a função que desempenham na manutenção ou resistência às estruturas sociais existentes. Ao reconhecer as nuances dos discursos e das formações que os informam, pode-se começar a desvendar as complexidades das interações humanas e da formação de identidades queer em um mundo socialmente construído e ideologicamente saturado. Um mundo em que é preciso lutar para definir uma realidade possível, influenciar como a sociedade percebe e trata seus membros e seus monstros. É neste momento, sobretudo, que não se pode deixar de olhar, nem de olhar-se; de entender a alteridade como particularidade subjetiva. Sublinhar o indisciplinado e a resistência na gramática do desejo, sem dúvidas, mas também o perdão e o privilégio da ternura. *A gente se tem.*

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 18. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2022.
- HENRY, Paul. “Nunca conseguimos encontrar nosso lugar nessas instituições” – Entrevista com Paul Henry concedida ao Grupo Contradit. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana (org.). **Encontros na análise de discurso: efeitos de sentido entre continentes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019, p. 205-244.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução de Maria Fausta Pereira Castro. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

INDURSKY, Freda. Que sujeito é este? *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele; SILVA SOBRINHO, Helson (org.). **Silêncio, Memória, Resistência**. A Política e o Político no Discurso. Campinas: Pontes, 2019.

LACAN, Jacques. **Escritos** [1966]. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAGAZZI, Suzy. Paráfrase da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória do equívoco. *In*: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange. **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 177-189.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O lugar social e da cultura numa dimensão discursiva. *In*: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 55-64.

MILNER, Jean-Claude. Da linguística à linguística. *In*: **Lacan, o escrito, a imagem**. Tradução de Yolanda Vilela. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b, p. 33-52.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua** [1978]. Tradução de Paulo César de Souza Júnior. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012a.

PAVEAU, Marie-Anne. “É preciso repolitizar a análise do discurso recolocando-a numa perspectiva materialista” – Entrevista com Marie-Anne Paveau concedida ao Grupo Contradit. *In*: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana (org.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentido entre continentes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019, p. 275-306.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69) [1969]. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. Questões iniciais (Julho, 1979). *In*: CONEIN, Bernard *et al.* (org.). **Materialidades discursivas** [1980]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi, 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

SAFATLE, Vladimir. **Alfabeto das colisões**: Filosofia prática em modo crônico. São Paulo: Ubu, 2024.

VINHAS, Luciana Iost. Precisamos falar sobre Temer: o estranhamento na voz. **Forum linguistic**, Florianópolis, v. 14, n. esp., p. 2482-2491, nov. 2017.

CAPÍTULO 4

O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NA ESCOLA

Silvio Nunes da Silva Júnior (UPE)¹

Resumo: Realidades de escolas públicas de ensino básico têm mostrado a necessidade da exploração de questões como gênero e sexualidade para estudantes de diversas faixas etárias. A multiplicidade em que se situa o mundo contemporâneo tem exigido das instituições de ensino posturas que desconstruam os tipos de preconceito que surgem de maneira gritante na sociedade. Isso está condicionado ao modo como as abordagens sobre a sexualidade são feitas em sala de aula e tem chegado aos estudantes, seja através das mídias sociais ou por intermédio de materiais didáticos, como os livros. Com base nisso, proponho, com este estudo, analisar como a temática da sexualidade se apresenta em um livro didático de Língua Portuguesa para o ensino médio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de vertente documental. Em linhas gerais, o estudo evidenciou que a temática da sexualidade não se apresenta explicitamente na construção discursiva do livro didático analisado. Além disso, essa não-presença pode revelar questões diversas, a exemplo da tentativa de neutralidade de um documento de comercialização nacional.

Palavras-chave: Sexualidade. Escolas. Livro Didático.

¹ Professor adjunto da graduação em Letras e do Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Garanhuns. Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tendo realizado pós-doutorado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na UPE. E-mail: silvio.nunesj@upe.br

1. INTRODUÇÃO

Antes de me colocar enquanto professor universitário que atua no curso de licenciatura em Letras há alguns anos, início este texto como o professor de educação básica que ainda sou, atuando no campo das linguagens no ensino médio, embora tenha vivenciado experiências memoráveis em outras fases da escolarização de crianças e jovens. Ao mesmo tempo, sou aquele estudante que, até 2012, estive na educação básica e presenciei diferentes práticas discursivas relacionadas à sexualidade nas escolas pelas quais passou. Estes esclarecimentos vêm como um modo de esclarecer o porquê de a temática da sexualidade ser cara ao sujeito que sou hoje: aquele que se inquieta com qualquer que seja o tipo de discriminação, e que, como parte de uma educação plural, deve agir para a desconstrução dessas questões.

Durante meu ensino médio construí uma visão de sexualidade muito fechada mediante a situações tidas como normais na instituição em que estudei. Alunas lésbicas eram intocáveis pelas meninas “que gostavam de meninos”, alunos gays eram alvos de ofensas e humilhações públicas e, conseqüentemente, expressavam diferentes reações, as quais só preocupariam o topo da hierarquia se frutificasse algum tipo de lesão corporal. O tempo passou. Voltei quatro anos depois à educação básica como professor e passei a perceber uma mudança significativa nas práticas discursivas que se estabeleciam no seio da escola pública do interior do estado de Alagoas. Anos depois, agora pensando o tempo presente, os estudantes se mostram orgulhosos de suas orientações sexuais e seus pares têm contribuído para isso. Que alívio ver situações desse tipo! Ao mesmo tempo, me questiono o que aconteceu para que uma mudança paradigmática tão forte tenha acontecido nas escolas, mesmo que não em todas.

Embora tenha havido alterações nos paradigmas que norteiam os discursos e as práticas construídas colaborativamente

nas escolas, não é nesse nem será em outro momento que discussões sobre sexualidade, bem como sobre gênero, vão desaparecer das práticas de ensino como se o problema tivesse acabado. Pesquisas têm apontado que a homofobia e outras fobias que afetam diretamente a questão da sexualidade são frequentes e precisam da comunhão de forças para que deixem de existir (Jomar *et. al.*, 2021; Vasconcelos *et. al.*, 2023). São essas perspectivas que me impulsionam a questionar cada vez mais as práticas das quais faço parte e observar como os discursos institucionais têm ou não contribuído para uma compreensão mais ampla em relação à sexualidade nas escolas. Entre esses discursos estão aqueles que integram livros e outros materiais didáticos que chegam às escolas com frequência anual, bianual e/ou trienal. Tal especificidade me preocupa justamente porque, como coloquei em Silva Júnior (2018), o livro didático, por muitas vezes, é tomado como um instrumento ditador daquilo que o professor *deve fazer*.

Por mais que discussões, em especial aquelas que ocorrem no meio acadêmico, destaquem que o funcionamento discursivo e prático do livro didático é de dar amparo ao professor, as realidades de sala de aula revelam outras vertentes, o que motiva a produção de estudos como o que estou propondo neste capítulo. Desse modo, tenho como objetivo geral analisar como a temática da sexualidade se apresenta em um livro didático de Língua Portuguesa para o ensino médio. Como objetivos específicos estão: compreender se as atividades propostas no livro escolhido abordam de alguma maneira a sexualidade; e investigar de que maneira o livro didático estimula uma compreensão ampla e democrática de sexualidade. Para dar conta desses objetivos, estruturo o capítulo, além de considerações iniciais e finais, em tópicos como: a temática da sexualidade no mundo contemporâneo; questões metodológicas que orientam a pesquisa; e a abordagem da sexualidade no livro didático de Língua Portuguesa.

2. A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Sexo e sexualidade são termos historicamente escondidos no senso comum, pois, há algum tempo, discussões a esse respeito eram tomadas como ofensa ao Cristianismo e àqueles que preservam a chamada moral social. Entretanto, os avanços obtidos com pesquisas, em especial nas ciências humanas e sociais, reelaboraram muitos modos de conceber sexo e sexualidade, embora nem todos os sujeitos sociais compreendam o que realmente significa a sexualidade do ser humano, por exemplo.

De modo geral,

Sexo é coisa muito simples. Eu explico os essenciais em poucas linhas. [...]. Pra se entender o sexo há de se entender a música que ele toca. [...] A música que o corpo quer tocar se chama prazer. [...]. Os instrumentos da orquestra-corpo são os seus órgãos [...] todos têm uma utilidade. Além disso, esses mesmos órgãos e membros são lugares de prazer. [...] Entre os órgãos da orquestra-corpo estão os órgãos sexuais. Não há nada de especial que os distinga dos outros. Como os demais órgãos eles são fontes de prazer. Os prazeres do sexo são variados. Vão desde uma sensação muito suave que mais parece uma coceira de bicho-de-pé e que chega a provocar riso, até um prazer enorme, explosão vulcânica, que tem o nome de orgasmo, e que deixa aqueles que por ele passaram semimortos. [...]. Mas eles anunciam o fim da brincadeira. [...] Complicados são os pensamentos dos seres humanos sobre ele (o sexo). Os homens por razões que não entendo, passaram a considerar o sexo uma coisa vergonhosa (Alves, 1999, p. 91-92).

Por ser o sexo algo condicionado ao corpo humano e à relação que o corpo do eu tem com o corpo do outro, foi construído um tabu social no qual sexo seria um tema restrito a poucos sujeitos, todos de maior idade, uma vez que poderia levar crianças e adolescentes a comportamentos comuns a pessoas

casadas. Nessa linha de pensamento, a associação de sexo à vergonha perpassa décadas e séculos, principalmente pela influência religiosa cristã que remete à prática da relação sexual entre corpos como algo permitido apenas dentro do matrimônio. Essa visão arcaica predominou nas práticas sociais por muitos anos em decorrência da tradição que norteou a compreensão de sexo e sexualidade nas famílias, nas escolas e em outros contextos formativos.

Ao longo do tempo, esse conceito foi sendo mudado e o meio educacional se destacou por ter dado alguns passos para a desconstrução da ideia de que o debate social sobre sexo é compromisso de todas as instâncias desde a infância, considerando as fases da formação humana. Isso pode ser motivado por discussões que emergem das realidades dos sujeitos. Para Foucault (1990),

O sexo, esta instância que parece dominar-nos, esse segredo que nos parece subjacente a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, ao qual pedimos revelar o que somos e liberar-nos o que nos define, o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento. (...) O sexo é, ao contrário, o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres (Foucault, 1990, p. 145).

O sexo enquanto materialização da construção do prazer do ser humano é, assim, intimamente relacionado a outro conceito, também considerado *tabu* por muitos sujeitos, em especial devido aos seus desdobramentos. Esse conceito é o de sexualidade, que tem legitimado práticas corporais de prazer antes tomadas como ilegítimas ou taxadas como obras do pecado para o discurso religioso. Em relação à sexualidade, ela “supõe mais do que corpos, nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizados ou postos em ação para expressar desejos e prazeres” (Louro, 2007, p. 209).

Muitos caminhos foram e estão sendo trilhados para que a temática da sexualidade possa ser considerada comum a todos os sujeitos, visto que a expressão do desejo é algo muito centrado naquilo que a sociedade aceita como correto.

Um exemplo disso é a construção de discursos sobre a condição do sujeito homossexual, bissexual, transexual, entre outros, que entram em atrito com a tradição heteronormativa da sociedade. Isso transcende aquilo dado como natural e imposto pela religião, desafiando contextos Formativos, como a escola, a ensinar que nada relacionado às performances de sexualidade pode ser dado como errado ou fora do comum. Contribuindo com esse debate, Figueiró (2006, p. 67) afirma que “o significado do ensino da sexualidade está em formarmos jovens e adultos com conhecimento seguro de si mesmo e das questões da sexualidade, para que possam viver de maneira feliz, segura e responsável a sua sexualidade”. Com isso, os impactos de um ensino centrado na desconstrução de preconceitos dos mais variados, no que toca à sexualidade, são diversos e podem provocar a saída de muitos estudantes de zonas conflito com a própria identidade.

Por um lado, tal realidade provoca a aceitação de uma condição inerente ao ser humano, mas, por outro, acaba incomodando as chamadas racionalidades niveladoras (De Certeau, 2014), que tentam impor padrões diversos nas práticas sociais, dentro de uma tentativa maior de promover a construção de um único raciocínio para todos os sujeitos seguirem. É essa intenção que pode povoar discursos que atravessam o cotidiano social e chegam às casas, às igrejas, às escolas etc. Discursos como “*menino veste azul e menina veste rosa*”, popularmente disseminados por uma representação política de extrema direita, podem funcionar como verdade absoluta em variados contextos de formação humana, gerando estranhamento caso esses sujeitos vejam, por exemplo, uma *menina com trajes azuis* e um *menino vestindo rosa*. Questões aparentemente pequenas podem causar impactos violentos em contextos sociais de interação humana.

Ainda sobre o ensino da sexualidade nas escolas, Costa (1994) explica que a sexualidade começa a se definir no ato da fecundação, passando a gestação até a hora de nascer. Nesse processo, o sujeito passa por transformações fisiológicas e bioquímicas, que "reforçaram" a estrutura masculina ou feminina (Costa, 1994). Essa percepção, considerada natural quando se pensa a constituição biológica do ser humano, apresenta uma significativa multiplicidade de interpretações, quando, a título de ilustração, a estrutura masculina levaria, obrigatoriamente, o homem a ser heterossexual. Assim, o caráter social que norteia o chamado ensino da sexualidade precisa chegar às escolas para ampliar as reflexões que destaquem que a sexualidade vai muito além de uma estrutura biológica inerente a todos os sujeitos; que a sexualidade faz mais parte da estrutura social desse sujeito.

Dessa maneira, pensar sobre a necessidade e o potencial social que tem o ensino da sexualidade nas escolas é de grande utilidade para a formação de novas gerações. Entretanto, com a estrutura política atual, que tem caminhado em busca da legitimação de outras formas de compreender e viver no mundo, é preciso que se problematize os diferentes discursos que têm atravessado os estudantes no contexto escolar, a exemplo dos livros didáticos.

A seguir, apresento a metodologia que orienta este estudo.

3. QUESTÕES METODOLÓGICAS QUE ORIENTAM A PESQUISA

A metodologia do trabalho em tela é de abordagem qualitativa (Chizzotti, 2003), uma vez que tem como fio norteador o caráter interpretativista (ou interpretativo), estabelecendo uma ponte entre pesquisador e pesquisa. Além disso, o estudo é de vertente documental. Parto da interpretação de um documento específico, neste caso, o livro didático, para investigar questões relacionadas ao objeto de estudo – a sexualidade. Para chegar ao

material de análise, alguns critérios foram estabelecidos, quais sejam:

- livro didático de Língua Portuguesa publicado entre 2020 e 2024;
- publicado por Editora nacional;
- articulado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- em uso pedagógico em escolas da rede pública.

A partir dos critérios elencados, foi escolhido o livro *Linguagens em Interação – Língua Portuguesa*, de Juliana Vegas Chinaglia, publicado pela Editora Moderna, em 2020, em uso pedagógico em diferentes escolas públicas do Brasil e aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Figura 1 – Capa do livro didático escolhido.



Fonte: Editora Moderna.

O livro é direcionado ao Ensino Médio, englobando as três séries em volume único. Para o recorte desta pesquisa, utilizo os capítulos 1, 2 e 3. Optei por tais capítulos por serem os únicos, na estrutura temática do livro didático, que pensam a questão da cultura. Por essa razão, parece ser um espaço para a observação mais concreta de como a sexualidade é tratada em sua integridade.

4. A ABORDAGEM DA SEXUALIDADE NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ultimamente, pesquisas documentais que focalizam a análise de materiais didáticos têm se dedicado às atividades que os livros e outros materiais comportam e os impactos que elas têm na vida dos estudantes. Entretanto, em relação à temática da sexualidade, dentro e fora das escolas, é muito pouco provável que se encontrem materiais didáticos que dediquem ao menos uma questão de suas atividades para a sexualidade, dadas as razões que já foram expostas na construção discursiva deste capítulo. Dessa maneira, foi necessário ampliar os horizontes de análise e pensar na elaboração de uma reflexão analítica acerca das construções multimodais (que articulam texto e imagem) que de alguma maneira envolvam a sexualidade, mesmo que de modo singular, como se pode observar na Figura 2.

Figura 2 – Charge de atividade (p. 113).



DUKE. Sem título. O tempo, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.oterape.com.br/charges/charge-o-tempo-20-03-2020-1,2313606>. Acesso em: 10 maio 2020.

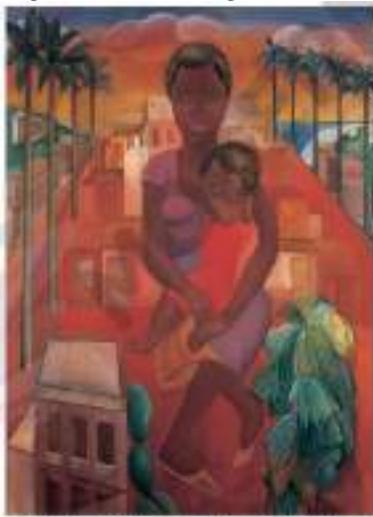
Fonte: Editora Moderna.

A atividade da qual a charge foi retirada é direcionada a uma reflexão sobre a pandemia e as implicações que o isolamento social trouxe para a vida das pessoas. Alguns elementos chamam a atenção, como: casal heterossexual, filho recém nascido, sem condições financeiras para viver. Outras questões poderiam ser observadas e outros modos de compreender a figura poderiam ser empreendidos, inclusive abordando as próprias problemáticas que surgiram com a pandemia mundial. No entanto, em toda a estrutura do livro didático, esta é a única imagem que representa um casal de pessoas. Em nenhum outro momento há menção ao termo casal. Dialogando com a discussão teórica estabelecida, percebo que essa observação demonstra que as ideologias dominantes na composição do livro didático compreendem o sexo como algo simples (Alves, 1999) e até mesmo arbitrário. Conseqüentemente, se a representação deveria ser de casal, o “normal” seria um homem e uma mulher.

Desse modo, retomando Foucaut (1990), se o sexo e a sexualidade em si são tomados, por muitos, como um segredo,

algo que foi colocado dentro de uma visão fechada pela sociedade ao longo dos anos, é comum que se privilegie aquele segredo ideal, que todos estão adaptados a contactar. Caso sejam ultrapassados os limites impostos pelas construções sociais, há algum tipo de risco. Em outra parte do livro, expõe-se o conceito de família, dando espaço, também, para uma observação analítica, dessa vez, envolvendo uma imagem e uma atividade específica.

Figuras 3 e 4 – Imagem e atividade sobre o conceito de família (p. 62-63).



1. O que você achou do livro Memórias de Lázaro Saad, e do retrato pintado ali? Como, como cores, formas, plano da família e a aparência, das pessoas retratadas?
2. O que se pode dizer sobre o contexto retratado em Memórias? Qual contexto de família pode ser inferido a partir dessa pintura? De que maneira a obra dialoga com os temas sociais recorrentes nesses livros, conforme você vai estudando?
3. O conceito de família apresentado na obra é o mesmo para todos os tempos, em qualquer época e lugar do mundo?
4. O que é família para você? Por quê?
5. Quem você considera como parte da sua família?
6. Dizer: é a sua família ou não, família? O que contém de fazer parte? O que não é possível de mostrar?
7. Como você compreende a sua família? Faça um relato dela, utilizando elementos, pintura ou fotografias. É possível ter como referência os recursos estéticos utilizados por Lázaro Saad em Memórias ou em outras obras. Compartilhe sua produção com os colegas, fazendo-a, para a sala de aula ou publicando-a em algum grupo ou perfil de mídia social da escola.
8. Se optar por fazer um desenho ou pintura, selecione o suporte por exemplo, tela, madeira, tecido, papel e materiais que você utilizar por exemplo, tinta a óleo, tinta acrílica, giz, lápis, corante, guá. Apresente ou faça um relato sobre alguns traços de desenho ou pintura a partir de Memórias de Arte e faça a sua produção. Coloque nela os seus sentimentos sobre a família e como podem ser associados ao retrato de cores, formas e traços.
9. Desenhe por fazer uma fotografia, pleneja qual pode ser o enquadramento do cenário, a iluminação, a posição de fundo do ambiente e quais integrações de família ou família para participar de região. Como você acha que a família ou família pode ser vista em família a respeito da família. Você pode optar por imprimir a fotografia compartilhá-la no seu digital.

Fonte: Editora Moderna.

Considerando que o conceito de casal e de construção da sexualidade é limitado no livro didático analisado, algo que chama a atenção é uma atividade relacionada ao conceito de família acompanhada por uma imagem que representa uma mãe que compõe sua família com uma filha. Tal espaço do livro didático representa um significativo avanço quando comparado à Figura 2, que percebe a formação do casal heterossexual como a única possível. A atividade apresentada, em especial na terceira questão – que questiona a diversidade das construções familiares – é relevante para que haja, no contexto de ensino, um espaço de

reflexão sobre a multiplicidade de culturas que implica diretamente o respeito às condições de sexualidade humana.

Com base na discussão de Figueiró (2006), fica clara a responsabilidade social que tem a instituição escolar em ampliar o leque de conhecimentos dos sujeitos acerca da diversidade que existe acerca de conceitos como família e sexualidade. Somado a isso, partindo da discussão de Foucault (1990), percebo que a visão de corpo como algo dotado de significação - suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres (Foucault, 1990) - possibilita uma percepção de que cada sujeito abriga suas preferências, suas vontades internas, seus modos de compreender o mundo, e que tudo isso se coloca num jogo de pluralidades. Com isso, todos os sujeitos podem constituir núcleos familiares dentro ou fora daquilo que a sociedade tradicional impôs como padrão a ser seguido.

De modo geral, o apagamento de textos e imagens que de alguma maneira revelem ideologias sociais que norteiam o livro didático pode entregar sentidos implícitos voltados tanto para o seguimento de padrões relacionados à sexualidade, como para uma possível tentativa de neutralidade ideológica, uma vez que se trata de um material comercializado nacionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentando contribuir para o debate sobre a sexualidade nas escolas, este trabalho tomou o livro didático de Língua Portuguesa, que é um componente curricular de maior carga horária no currículo das escolas brasileiras, como espaço para uma discussão sobre como a temática da sexualidade tem chegado aos estudantes. Como achados de pesquisa, compreendi que a sexualidade é uma temática ausente em termos explícitos na construção discursiva do livro didático em tela. A problemática mais ampla se situa no plano da formação do professor que, ao identificar que o material didático da instituição não explicita aquilo que se entende no mundo como sexualidade, acaba não

ampliando o debate social a esse respeito. Esse fato gera consequências desanimadoras que podem oprimir os sujeitos durante os seus processos de constituição identitária, social, educacional e cultural.

Assim, por mais que haja um direcionamento para a compreensão da diversidade das constituições familiares, observo que a sexualidade precisa de um espaço maior nos textos que compõem o material didático e até mesmo nas atividades que possam, a partir do estudo da linguagem, perceber as nuances que as práticas sociais evidenciam acerca da sexualidade nas escolas e também no mundo. A escola é o contexto formativo em que o estudante da educação básica passa mais tempo e, conseqüentemente, pode construir conhecimento de maneira mais efetiva. Dessa forma, este estudo pode implicar a produção de espaços mais frequentes de debates educacionais e acadêmicos acerca da sexualidade e de como essa temática tão pertinente tem chegado e pode chegar aos estudantes nos diferentes níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **E aí? Cartas aos adolescentes e a seus pais**. São Paulo: Papirus, 1999.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga-PT, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COSTA, R. P. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Editora Gente, 1994.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; Londrina: Eduel, 2006.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce que la Critique?. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, Paris, t. LXXXIV, année 84, n.2, p.35-63, avr./juin. 1990.

JOMAR, R. T; FONSECA, V. A. O; RAMOS, D. O; MARINHO, G. L; GUIMARÃES, R. M; GOMES, M. C. A. Prevalência de discriminação percebida por orientação sexual nos serviços de saúde do Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Cad Saúde Colet*, v. 29, n. esp, p. 187-198, 2021.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p.201-218, dez. 2007.

SILVA JÚNIOR, S. N. Letramento e ensino de língua portuguesa: táticas para a articulação de saberes teóricos e práticos em sala de aula. **Memento (Três Corações)**, v. 9, p. 1-17, 2018.

VASCONCELOS, N. M.; ALVES, F. T. A.; ANDRADE, G. N.; PINTO, I. V.; SOARES FILHO, A. M.; PEREIRA, C. A.; MALTA, D. C. Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Rev. bras. Epidemiol.**, v. 26 (Suppl 1), n. 21, p. 1-8, Abr., 2023.

CAPÍTULO 5

ABJEÇÃO E PERSONAGENS TRAVESTIS EM NARRATIVAS BRASILEIRAS

Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes (UFAPE)²

Resumo: Neste capítulo, objetivamos investigar como personagens travestis são representados em diferentes obras, destacando os fatores que perpetuam ideologias machistas e preconceituosas na construção dessas figuras literárias. Além disso, pretendemos discutir como essas personagens, marcadas pela violência, exclusão familiar e pobreza, refletem as tensões socioculturais enfrentadas por sujeitos dissidentes de gênero, propondo uma reflexão sobre a crítica e denúncia dessas realidades através da ficção. Propomos, assim, três eixos principais para examinar essa representação: violência sofrida, exílio da família e das cidades de origem e condições socioeconômicas. Caminhamos para concluir que a literatura, especialmente a de vertente (neo)realista, registra as experiências trágicas dessas personagens, refletindo as injustiças e preconceitos que elas enfrentam na sociedade. Narrativas como as de Adelaide Carraro em *O Travesti* (1980) e Cassandra Rios em *Georgette* (1956) retratam desfechos trágicos marcados por assassinatos, suicídios e discriminação, descortinando a marginalização social das travestis.

Palavras-chave: Abjeção. Personagens travestis. Literatura brasileira. Subalternidade. Gênero e sexualidade.

² Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do curso de Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. E-mail: eduardo.fernandes@ufape.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Não é preciso revisar toda uma história e crítica literárias para chegar à conclusão de que as dissidências sexuais e de gênero tiveram representações marcadas pela omissão ou negativismo. Desse modo, quando o tema das representações das minorias sexuais na literatura entra em pauta, tornou-se costumeiro encontrar o tom de denúncia e de revelação de agruras sofridas contra essas, seja no âmbito da construção das personagens, seja numa reflexão mais ampla do mercado editorial envolvendo autoria, oportunidades, espaço de divulgação e resgate dos textos. Parece ser um consenso que a discriminação de determinados grupos não-hegemônicos tenha sido configurada nas literaturas, como um modo de registrar as dores, as injustiças e as desigualdades das subjetividades à margem.

Judith Butler (2010; 2013), constrói uma reflexão a respeito da inteligibilidade dos gêneros e da abjeção causada pelo não reconhecimento do gênero ou transgressão do papel tradicional dele. Segundo a teórica feminista, antes de nascermos, somos identificados como pertencentes a um gênero e essa identificação com caráter de imposição é também o que define nossa legitimidade de ser considerado humano. Tanto é assim que o corpo não tem uma existência significável anterior à marca do seu gênero, como afirma Le Breton (2008, p. 24): “nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres”. Isso é tão forte, que apenas nos referimos a alguém por meio da palavra “corpo”, quando esta pessoa já não possui vida, algo muito comum na linguagem jornalística ao se referir a cadáveres encontrados nos casos de notícias e reportagens policiais.

Por essa lógica, quando a genitália de um feto ou recém-nascido não apresenta regularidade binária (pênis ou vagina), como ocorre com os intersexuais, é preciso intervir para que o corpo corresponda a um gênero inteligível. Assim, tal correspondência obedece ao esquema vagina-mulher-feminino *versus* pênis-homem-masculino que toma a heterossexualidade

como eixo norteador a fornecer certo grau de coerência final à naturalização e binarismo do gênero. O caso de Herculine Barbin, divulgado por Foucault (1982), também é tomado como exemplo por Butler (2010), sobre as consequências de se adotar ou ser um gênero não inteligível.

E, assim, verificamos claramente a construção de uma “ideologia de gênero”, também evocada por Lauretis (1994), que seria uma imposição ou uma regulamentação para a formação de corpos normais ou, no dizer de Butler (2013), *corpos que importam*. E é nesse ponto que a autora investiu em discussões que possibilitem pensar “os corpos que não importam” para a lógica patriarcal, os corpos excluídos, corpos indóceis ou, como ela nomeia, “os corpos abjetos”:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito [...] (Butler, 2013, p. 155)

Dessa maneira, os sujeitos que compõem o rol das dissidências sexuais, como gays, lésbicas, travestis, transexuais, drag queens, drag kings, bissexuais e muitas outras formas de dizer e ser diferentes no campo do gênero e da sexualidade têm seus corpos considerados como abjetos, evidentemente com graus e níveis de abjeção diferenciados, segundo a cultura e as relações socioeconômicas que cada subjetividade enfrenta, bem como as subversões que cada uma evoca.

Butler (2013) os percebe como seres abjetos, tendo em vista que eles não reproduzem a inteligibilidade da norma heterossexual e binária. Assim, marcados pela abjeção, tanto atraem como horrorizam muitos dos que os cercam, trazendo à tona rejeições: “se certas vidas não se qualificam como vidas, ou, desde o princípio não

são concebidas como vida, dentro de certos marcos epistemológicos, então, tais vidas nunca se considerarão vividas ou perdidas no sentido pleno de ambas as palavras.” (Butler, 2013, p. 63).

Vale ressaltar que as visões desconstrucionistas dos binarismos e essencialismos, formuladas por Butler (2010; 2013), tornaram-se motores para as pesquisas nos estudos de gênero e de sexualidades. As etnografias que se propuseram a estudar as travestis no Brasil, às quais recorreremos como base teórica, sempre tomam como ponto de encontro essas mesmas críticas em torno do corpo, do gênero, do sexo e da abjeção. Nosso estudo, nesse mesmo panorama, procura observar como esse sistema excludente chega ao espaço literário, por meio da configuração das personagens. Não que as ideias de Judith Butler estejam dissociadas disso, pelo contrário, como aponta Salih (2012, p. 208) “as críticas de Butler (2010) sobre a natureza excludente das categorias de identidade são úteis na análise da construção dos estudos literários feministas”.

Dessa maneira, parece ser bastante produtiva a análise da relação estabelecida entre a experiência da travestilidade como abjeta na cultura brasileira. Embora em pequena proporção, as travestis encontram um “lugar” na produção literária brasileira³ – como personagens de romances, novelas e contos – motivando discussões, como a que ora propomos, que buscam investigar quais os fatores determinantes na maneira como as personagens travestis foram configuradas, como as ideologias machistas se perpetuam na cristalização de preconceitos incrustados na criação dessas personagens e também quais as saídas e subversões que estas promovem na barreira discursiva que insiste em tornar o tema tabu e nefando.

A literatura homoerótica⁴ no Brasil, segundo Silva (2010) e Fernandes (2015), tem mantido uma relação de proximidade

³ Ver o panorama de obras literárias com protagonistas travestis apresentado em Fernandes & Schneider (2017).

⁴ Apesar de polêmica, estamos empregando essa expressão e outras – literatura *gay*, *lésbica*, *homoerótica*, *homoafetiva* – como forma de agrupar textos literários que

estilística com o Realismo do século XIX e com a Geração de 30 do século XX, quando o Regionalismo, apoderando-se de uma vertente Neo-realista, problematizou os conflitos do povo nordestino principalmente. É preciso contextualizar que a definição de literatura homoerótica que adotamos aqui é a de textos literários que centralizam a temática da diversidade sexual, nas mais variadas facetas, incluindo a manifestação das travestilidades como subjetividade associada ao rol das múltiplas experiências de modos de vida homoeróticos.

Talvez por essa perspectiva (neo)realista, as narrativas brasileiras que possuem protagonistas travestis têm representado muitos dos conflitos vividos por esses sujeitos na “vida real”, como a violência e a discriminação, os espancamentos por parte de terceiros que não aceitam as transformações de seus corpos.

A proposta desse capítulo objetiva analisar a condição de subalternidade e de abjeção de sujeitos ficcionais travestis na literatura brasileira do século XX, a partir de um recorte de narrativas em que tais personagens aparecem e refletir sobre ou, nos termos de Spivak (2010), “medir os silêncios”, evidenciar a “obscuridade” a que essas personagens estão submetidas. Fazemos menção a alguns contos e romances brasileiros do século XX, para discutir a condição de subalternidade e de abjeção dessas protagonistas, que dividimos em três eixos de representações recorrentes nas obras estudadas: violências sofridas, exílio da família e de cidades de nascimento, situação socioeconômica.

2. PERSONAGENS TRAVESTIS, VIOLÊNCIAS E MORTES SOFRIDAS

Um dos aspectos mais comuns às personagens travestis de nossa literatura é a aproximação dessas com a violência. Sem

centralizam as relações íntimas, afetivas ou o desejo entre pessoas do mesmo sexo. Sobre caracterização da *literatura homoerótica*, ver a discussão promovida por Silva (2010) e Barcellos (2006).

exceção, todas as personagens sofrem agressão seja física ou verbal e, costumeiramente, morrem pelas mãos de seus agressores ou ainda por suicídio atrelado a tais tensões. Em sociedade a experiência de vida das travestis tem a violência como relação constante, como assegura Kulick:

A violência é o eterno pano de fundo de suas vidas. Apesar de viverem habitualmente em trajes femininos, usarem cortes de cabelos, maquiagem, acessórios femininos, a maioria das travestis não passa por mulher, é evidente, sobretudo, quando se apresentam a luz do dia [...] Elas sabem que, a qualquer momento, podem tornar-se alvo de agressão verbal e/ou violência física por parte daqueles que se sentem ofendidos pela simples presença de travestis [...] (Kulick, 2008, p. 47).

A afirmação de Kulick (2008) enfatiza a recepção negativa que muitas pessoas têm das travestis, como se apenas sua presença já incomodasse. É também histórica, no Brasil, a violência praticada por policiais contra travestis: torturas, prisões coletivas, espancamentos até a morte e tiros à queima roupa são apenas algumas das estratégias de repressão contra as travestis em grandes centros urbanos.

Assim como a prostituição, a violência é tão marcadamente associada às travestis que a literatura brasileira também incorporou ao seu imaginário, na construção das personagens travestis, desfechos trágicos e situações de violência, como veremos mais à frente. As personagens travestis da literatura brasileira refletem esses dados sociais, talvez mais pela evidente recorrência do elo entre elas e a prostituição em nossa sociedade, do que por uma relação de poder transposta do mundo externo para o literário.

Daí acreditarmos na investida (neo)realista da literatura homoerótica. Talvez por essa perspectiva, as narrativas brasileiras que possuem protagonistas travestis têm representado os conflitos vividos por esses sujeitos na “vida real”, como a violência e a

discriminação, os espancamentos por parte de terceiros que não aceitam as transformações de seus corpos. E essa representação, a nosso ver, não incide, de uma maneira geral, numa postura negativa e mantenedora de estereótipos, mas numa postura típica do realismo literário, que plasma e problematiza a realidade, nos fazendo refletir sobre ela.

Nesse âmbito, podemos citar, como um dos principais exemplos, o romance *O travesti*, de 1980, de Adelaide Carraro. Nele, encontramos a estória de Rubens Moraes Barros que se transforma na travesti Jaqueline e penetra no mundo da prostituição de rua. Um dos aspectos mais marcantes da narrativa de Carraro (s.d) é a violência perpetrada por policiais e civis opressores contra travestis, quase sempre resultando em mortes.

As agressões são resultantes do profundo preconceito enraizado e das ações do estado, especialmente no período da ditadura, para exterminar as travestis, como prisões furtivas sob a desculpa de vadiagem e de comportamento imoral. Além de agressões, também havia as prisões arbitrárias e as decorrentes punições do encarceramento. Logo no início do romance, Jaqueline é presa e estuprada por um colega de cela, o motivo da prisão, segundo o policial esclarece, é o que segue: “[...] Lembre-se que você foi detida por vadiagem e em flagrante!” (Carraro, s.d, p. 20). Essas passagens da obra recordam os relatos de Trevisan (2000), Green (2000) e do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) sobre as táticas de regulação dos corpos travestis que se prostituíam nas ruas paulistas, acusando-os por vadiagem e atentado ao pudor.

A morte das personagens travestis no romance também está associada à AIDS e à devastação de vidas que tal doença causou direta e indiretamente: direta devido ao contágio e complicações da doença e indireta porque ao associar a figura dos sujeitos homoeróticos à AIDS, formaram-se grupos de extermínio de gays e travestis, conforme expõe Trevisan (2000). Ao todo, oito personagens travestis morrem ao longo do romance, por várias

causas. Para sintetizar os dados sobre esse tema, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 1 - Personagens travestis e mortes em *O travesti*, de Adelaide Carraro (s.d)

Personagens mortas	Contexto	Citação
Simone, Mara e Patrícia	Assassinato – armas de fogo – por civis	“[...] eles apontaram quatro revólveres e atiraram gritando: - Abaixo os homossexuais, abaixo os travestis e a Aids! [...] Simone tinha levado quatro tiros na barriga. Mara, um tiro na garganta, e Patrícia, um na cabeça e três no peito. Estava morta com os belos cabelos empapados de sangue.” (p. 25).
Rafaela	Agressão por civis	“Vi quando ela enfiou a cabeça para dentro do carro e o homem abraçou seu pescoço e gritou: - Corra! O carro saiu em toda velocidade arrastando as pernas da Rafaela pelos paralelepípedos [...]” (p.28)
Carla	AIDS	“- O que houve com a carla? - Morreu, a Aids a engoliu.” (p. 40)
Gringa	Enforcamento por civis	“[...] vi dois homens encapuçados arrastarem a Gringa para a igreja abandonada [...] E o sino batia. Batia sem parar. [...] levando amarrado pelo pescoço em suas cordas o cadáver [...]” (p.68-69)
Xuxa	Espancamento por civis	“Xuxa com dezoito anos estava morta, a socos. Ela estava nua e no meio das pernas escancaradas, aquele buraco [...] vi em sua mão direita [...] um pedaço de qualquer coisa. Peguei naquele pedaço de carne e vi que era o pinto da Xuxa.” (p. 86)

Marion	Espancamento por policiais	“[...] cercada por um monte de policiais; foi violentamente espancada a ponta-pés e chutada por todos os lados. [...] No fim, dois policiais jogaram Marion dentro do carro, já inconsciente.” (p. 104)
--------	----------------------------	---

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O vasto panorama de personagens assassinadas no romance, bem como a variação da causa de morte delas demonstram uma clara intenção de registro na ficção do que acontecia na realidade e de sensibilização do leitor para com o sofrimento da minoria travesti. Embora citemos o romance de Carraro (1980) como exemplo principal, não podemos deixar de mencionar outras protagonistas que seguem por caminhos trágicos, como se essa fosse a condição minimamente natural e esperada para todas elas: Ana Maria, de *Uma mulher diferente* (2005) é assassinada com uma garrafa de leite, Monique, de *O fantasma travesti* (1988) é estuprada e agredida até a morte na cadeia e Joselin, de “O Milagre” é atropelada por um caminhão.

A morte também visita as personagens Lina, do conto “Amor grego” (1975), de Aguinaldo Silva, assassinada em um incêndio, e *Georgette* (1956), que comete suicídio se jogando em frente ao trem. Vale considerar aqui que Spivak (2010), ao comentar sobre o papel do suicídio no que se refere aos sujeitos subalternos indianos, afirma que culturalmente, apesar de ser repreensível, em determinados contextos, o “sujeito compreende a insubstancialidade [...] de sua identidade” (SPIVAK, 2010, p. 99) e comete suicídio como forma de admissão da própria subalternidade e por reconhecer que não há mais sentido no espaço sociocultural em que está inserido, uma forma evidente de internalização da abjeção, no dizer de Butler (2010).

Por um lado, podemos enxergar a violência contra as travestis representada nas obras em tela como um modo de sensibilizar o/a leitor(a) para um problema social enfrentado por essa minoria. Segundo o *Relatório de violência homofóbica no Brasil*

(2016), documento produzido pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, temos o maior número de assassinatos de pessoas transgênero do mundo, mais de 600 mortes entre 2008 e 2014. Essa dura realidade se faz presente também na literatura, com desfechos trágicos e enredos dolorosos para essas personagens e seus destinos.

3. PERSONAGENS TRAVESTIS, EXÍLIO DA FAMÍLIA E DE CIDADES DE NASCIMENTO

Pelúcio (2009) argumenta que a mobilidade é uma categoria-chave para analisar o fenômeno da travestilidade. Segundo ela, as travestis brasileiras evidenciam movimento: “Mover-se na busca de um corpo, de um lugar habitável, de uma vida longe da abjeção, da pobreza e da violência doméstica é um enredo comum. [...] Essa fluidez pelos espaços se relaciona diretamente às mudanças no corpo”. (Pelúcio, 2009, p. 47,48).

As imagens evocadas por Pelúcio (2009) nesse trecho estão presentes em boa parte das narrativas brasileiras com personagens travestis. A busca por melhores condições estabelece um constante movimento, uma frequente mudança geográfica, assim como ocorre diuturnamente uma mudança em seus corpos. Dessa forma, notamos que a experiência de exílio, por causa da discriminação frequentemente a ela atrelada, está incrustada na experiência travesti e o exílio na literatura, como afirma Said (2003, p. 46), é uma tristeza que “jamais pode ser superada”, ocorra este por qual motivo for.

Nesse sentido, as narrativas com protagonistas travestis problematizam essa questão, promovendo talvez uma sensibilização para o sofrimento desses sujeitos. Ao pensar essa condição, não poderíamos deixar de mencionar a relação entre exílio e literatura postulada pelo crítico Edward Said (2003), segundo o qual o exílio é uma das experiências mais angustiantes representadas poeticamente, sendo geralmente caracterizado por um desprendimento forçado de um sujeito de sua pátria/local/

cultura de origem para outra estranha, seja como forma de sobrevivência, seja como forma de buscar por diferentes oportunidades de vida; o exílio, nas palavras dele, é uma “fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar.” (Said, 2003, p. 45). Entendemos que essa “fratura”, esse corte metaforicamente mencionado como uma separação consiste não só num deslocamento geográfico, mas em um desprendimento da família, dos valores locais e até mesmo de seu próprio “eu”.

Dentre as obras literárias existentes no cenário nacional que possuem protagonistas travestis, encontramos o conto “A grande atração”, de Raimundo Magalhães Jr., publicado em 1936, pioneiro por ter como protagonista uma travesti, como já bem mencionamos. O narrador explica que Bianchi estudara em Milão e sonhava em ocupar a posição de soprano em alguma companhia de ópera:

Mas nas óperas quase só havia papéis de tenor, de barítono e de baixo. Só no “Orfeu”, de Gluck, havia um bom papel masculino, mas para contralto, sempre representado por mulheres. [Bianchi] Quis interpretá-lo. Não lhe deram o papel. E o professor declarou: – Isso seria uma confissão vergonhosa para você... Mude de vida... Pode ser que um dia venha a ser tenor... Bianchi, porém, preferiu o travesti. Andou primeiro na *variété*. Depois no circo. (Magalhães Júnior, 1967, p. 207-208).

A ideia de fracasso se torna evidente pelo sonho frustrado de Bianchi, ocasionado pela rígida ordem dos papéis que se querem assumidos na sociedade patriarcal. A organização de uma ópera, como na sociedade, também impõe limites baseados na identidade sexual dos indivíduos, de acordo com as vozes. Assim, contralto e soprano são vozes femininas e, portanto, exclusivamente mulheres deviam executar esses papéis, por supostamente possuírem vozes adequadas para os gêneros. Bianchi, por ser homem, tinha como opções cantar como baixo, barítono ou tenor.

Contudo, o protagonista não se “enquadra” em nenhum dos “moldes pré-estabelecidos” dos papéis musicais para as vozes de homens e mulheres: era homem, mas sua voz e seu agir eram femininos e, por isso, o rejeitaram, por ser estranho e, portanto, destinado à exclusão naquele contexto de rígidas normas quanto às posições de sujeitos e de suas identidades de gênero, interferindo na identidade profissional.

Vale mencionar que esse lugar no mundo do canto foi historicamente e mundialmente um espaço ocupado por alguns poucos homens com habilidades vocais diferenciadas, como a história da arte e música nos confirma. O exílio de Bianchi no mundo do circo é forçado pela ausência de oportunidades de realização de seu desejo. Como sujeito interdito, ele prefere burlar a ordem e manter-se no palco do que adequar-se à voz e ao corpo imposto a ele.

Outro texto literário que exemplifica de forma bastante evidente essa relação entre travestilidade e exílio é o conto “Ruiva”, de 1978, de Julio César Monteiro Martins (2007), como já havíamos comentado. Esse fluxo de migração de personagens travestis verificado nos dois contos citados é bastante comum nas narrativas brasileiras - elas migram porque não encontram lugar em sua cidade natal, onde são alvos de preconceitos e violências, o mesmo ocorre a personagens como Joselin, ou mesmo, Eduardo/Stella Manhattan, exilada em Nova York na obra de Silviano Santiago (1991).

A relação de perda e separação do lar/família é também um modo de se pensar o exílio, mesmo que vivendo na mesma cidade de sempre. Essa história de vida se repete bastante na condição sociocultural de travestis brasileiras, conforme apontam as etnografias. É o que ocorre, por exemplo, no romance *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios, em que Ana Maria vive na mesma cidade que a irmã, mas não mantém nenhum contato com ela. A separação familiar também é repetida no romance *Georgette*, de 1956, de Cassandra Rios. Roberto sai de casa justamente para

transformar-se na travesti Georgette, e nunca mais retorna, uma vez que comete suicídio anos depois de sua transformação.

Portanto, pelos exemplos literários que expusemos acima, fica evidente o isolamento a que, tanto social quanto narrativamente, os indivíduos marcados pela travestilidade eram (e são) expostos. Podemos sintetizar um quadro com as personagens na literatura brasileira que sofrem essa experiência do exílio:

Quadro 2 – Panorama da condição de exílio de personagens travestis em narrativas brasileiras

Obra e autor	Ano	Personagem	Situação de exílio
“A grande atração”, Raimundo Magalhães Jr.	1936	Luigi /Bianchi	Expulsa da ópera de Milão, exila-se em um circo decadente que circula por cidades do interior.
<i>Georgette</i> , Cassandra Rios	1956	Bob/ Georgette	Foge da cidade natal, Aquidauana - MS, onde vivia na casa dos pais para poder montar-se como Georgette, numa cidade grande.
<i>Uma mulher diferente</i> , Cassandra Rios	1965	Sergus/ Ana Maria	É expulsa da casa da irmã, mas vivem na mesma cidade.
“Ruiva”, Júlio César Monteiro Martins	1978	Juarez/ Gina	Sai da cidade de Montes Claros para São Paulo.
“O Milagre”, Roberto Freire	1978	Joselin	Expulso de Ponte Alta, tenta a vida em São Paulo.
<i>O Travesti</i> , Adelaide Carraro	1980	Rubens/ Jaqueline	Passa por Santos, São Paulo e Registro. Depois retorna para São Paulo.
<i>Stella Manhattan</i> , Silviano Santiago	1985	Eduardo/ Stella	É mandado (a) por seu pai para Nova York devido ao homoerotismo do filho(a).

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

É interessante perceber que a maioria dos destinos dessas personagens exiladas se dá em grandes centros urbanos, principalmente em São Paulo, cujo porte e aspecto cosmopolita atraiu subjetividades homoeróticas de todo o país após a segunda metade do século XX⁵. Diante disso, parece-nos que as obras literárias plasmam esses nuances da realidade por intermédio das hipóteses aqui lançadas por nós, já que aos poucos vai se confirmando em nossas análises a ideia de que as obras possuem forte relação com o realismo literário quando se têm em seu escopo personagens travestis.

O aspecto da violência que essas personagens sofrem como apontamos no tópico anterior, a inconformidade com suas subjetividades por parte da sociedade é o motor que determina o exílio em espaços de reclusão. Tal particularidade é bastante comum em personagens como Georgette que, além de exilar-se, não expõe sua travestilidade, vivendo trancafiada em um apartamento, ou mesmo, Timóteo, de *Crônica da casa assassinada*, que passa a maior parte da narrativa trancado em seu quarto, vestindo roupas femininas.

O exílio da família, a incompreensão dos mais próximos, é experimentada pelas pessoas e pelas personagens travestis de forma que a existência delas passa a ser vista como abjeta ou como “corpos que não importam”, segundo Bultler (2013), uma vez que eles não reproduzem a inteligibilidade da norma heterossexual e binária. Assim, marcados pela abjeção, tanto atraem como horrorizam muitos dos que os cercam, trazendo à tona rejeições e atrações, de forma concomitante.

⁵ Green (2000) faz um relato detalhado do aumento populacional na capital paulista, apontando também o quanto isso promoveu mudanças significativas nos modos de vida homoeróticos em centros urbanos de grande porte.

4. QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS TRAVESTIS

Segundo Candido (2007), toda personagem de ficção é moldada segundo uma *convencionalização* de características físicas, sociais e culturais. Xavier (2007), por sua vez, aponta que toda personagem também nos possibilita uma leitura de seus corpos como forma de subversão e de dominação e no que se refere às personagens travestis de nossa literatura, temos apostado nessa premissa, uma vez que constantemente nos deparamos com descrições físicas de seus corpos e investidas de poder que aparecem em marcas linguísticas sobre elas no discurso do narrador e demais personagens.

Um outro aspecto de convencionalização de personagens travestis na literatura brasileira diz respeito a uma recorrente configuração de subalternidade ligada à situação socioeconômica dessas protagonistas: normalmente criadas como sujeitos em situação de pobreza, com necessidade alimentar, de moradia e de condições dignas de vida.

As personagens já mencionadas nos tópicos anteriores demonstram esse aspecto: Bianchi, de Magalhães Jr. (1967) vive praticamente de pequenas quantias como retirante de cidade em cidade num circo decadente; Jaqueline, de Carraro (s.d), por sua vez, sofre bastante com as expulsões das casas de prostituição e dificuldades de conseguir emprego. Na novela “O milagre” (1978), de Roberto Freire, lemos uma descrição do local de moradia da protagonista Joselin, quando esta chega após uma noite de prostituição:

O corredor estava escuro e fétido como sempre. Dali a uma hora ia amanhecer e entrar luz pelos vidros de seus janelões. [...] Joselin se incomodava com o som, que agora achava meio esculhambado, dos próprios saltos altos sobre o chão de cerâmica do corredor. Esculhambado porque o ouvia às cinco horas da manhã, quando tinha as pernas moles de tanto bater calçada. Às onze da noite, hora

em que saía, aquele era um som pontilhado, rápido, cheio de vida, até bonito, alegre, parecendo dança espanhola. (Freire, 1978, p. 13).

Neste espaço ficcional, figura-se um corredor fétido em um prédio que indica o baixo padrão socioeconômico dessa personagem travesti. Tal representatividade espacial ainda assim nos mostra algo bastante recorrente nas obras discutidas até o momento: o fato de as personagens travestis estarem no espaço público à noite e encerradas no espaço privado durante o dia. Silva (2007) afirma em sua etnografia que no cotidiano das travestis que se prostituem “há um ciclo que inverte a ordem cosmológica – manhã, tarde, noite – para a ordem [...] – tarde, noite, manhã. (SILVA, 2007, p. 42). Pelúcio (2009, p. 73) também afirma: “O ‘dia’ é uma categoria temporal que encarna um tipo de sociabilidade com o qual as travestis não parecem à vontade em lidar”. Essa “inversão” temporal, segundo os antropólogos, ocorre devido ao fato histórico de a prostituição estar associada à noite, ao proibido, ao que deve estar distante dos olhares da normalidade dituturna.

Com base nisso, não é incomum que historicamente as travestis estivessem vinculadas ao anormal e ao imoral, estando-lhes reservados o horário da noite como mais propício para a circulação, quando os olhares da vigilância e da “normalidade” estão no espaço privado, o que também revela certa faceta de subalternidade.

No quadro abaixo, fazemos outra síntese, a partir das obras estudadas, em que apresentamos relatos de vulnerabilidade socioeconômica das personagens travestis:

Quadro 3 – Situação socioeconômica de protagonistas travestis em obras brasileiras

Obra e autor	Ano	Personagem	Situação socioeconômica
“A grande atração”, Raimundo	1936	Luigi /Bianchi	Vive como retirante em circo decadente e precisa vender até os cães adestrados para poder

Magalhães Jr.			alimentar-se.
“O Milagre”, Roberto Freire	1978	Joselin	Expulsa de casa, vive da prostituição em São Paulo, com moradia decadente.
“Dias dos namorados”, Rubem Fonseca	1978	Viveca	Relata episódios de pobreza na família ao se justificar do roubo ao cliente.
<i>O Travesti</i> , Adelaide Carraro	1980	Rubens/ Jaqueline	Jaqueline vive em casas de prostituição, devido ao fato de morar na rua e precisa mudar-se constantemente dessas casas, vivendo nas ruas paulistas.
“Noites de Rosali”, de Darcy Penteado	1978	Rosali	Em frente ao espelho, a protagonista vai retirando a maquiagem e relatando a vida de pobreza e deterioração, em que passou fome.

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A relação entre travestilidade, prostituição e pobreza tornou-se um estereótipo que vem sendo quebrado ao longo do tempo, mas que foi predominante durante toda segunda metade do século XX, estando presente nos textos literários como relatamos⁶. A configuração de personagens em situação de vulnerabilidade socioeconômica indica uma cadeia de consequências das discriminações sociais, gerando a subalternidade e a consequente abjeção desses sujeitos: expulsão dos lares, não acesso à educação formal, dificuldade de aceitação em empregos devido ao rechaço sociocultural das pessoas. Esses passos são encadeados para formar sujeitos à margem ou corpos que não importam (Butler,

⁶ No entanto, embora recorrente, não é unânime. Há personagens que fogem dessa lógica, Ana Maria, de Rios (2005), por exemplo, possui casa própria e é das dançarinas mais requisitadas nas boates paulistanas, todavia não podemos deixar de perceber a grande recorrência de construir personagens travestis em situação de pobreza.

2013), isto é, excluídos das zonas de acesso das políticas públicas, da preocupação social. Acreditamos que as travestis se firmam culturalmente como um dos grupos sociais não-hegemônicos mais rechaçados e resistentes.

Enfatizamos esse aspecto da resistência porque, mesmo com tanta dificuldade, podemos citar nomes de travestis que conseguiram se sobressair escapando ao estigma negativo e da repressão, como Rogéria, personalidade conhecida da TV brasileira, que ganhou em 1980 o troféu Mambembe de atriz revelação pelo Instituto Nacional de Artes Cênicas, bem como a atriz travesti Cláudia Wonder, famosa por suas atuações marcantes no teatro.

Segundo Trevisan (2000), em 1993 foi eleita a primeira travesti do Brasil, a vereadora Kátia Tapeti, da cidade de Colônia, no Piauí, re-eleita em 1996. Ainda temos de mencionar a travesti cearense Luma Nogueira de Andrade, que enfrentou os preconceitos institucionais e culturais, se tornou doutora em Educação e professora universitária, um marco e ícone para as conquistas dessa minoria, sendo a primeira travesti brasileira a conquistar tal feito (Andrade, 2015).

De fato, temos assistido a uma progressiva mudança de olhar em relação à experiência travesti, como argumenta Hélio Silva (2007), mudança que inclui aceitação, ainda que parcial, revolta contra as violências sofridas por elas e reavaliação de valores tradicionais a respeito de suas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações a respeito da construção de protagonistas travestis em narrativas brasileiras, acreditamos existir uma força de denúncia nessas construções literárias. É preciso considerar que escrever e publicar obras tidas como marginais ou imorais e subversivas sempre foi uma atividade difícil. Se pensarmos nos textos com protagonistas travestis veremos a resistência empregada pelos escritores e escritoras, a

exemplo de Cassandra Rios e Roberto Freire que tiveram suas obras censuradas, sofreram perseguições e até torturas. Nos parece, afinal, que criar personagens travestis é um esforço para retratar o proibido, especialmente no período da ditadura militar, produzir subversão no discurso, evocar a liberdade contra a normatização, apontando para um Realismo literário sensível e problematizador das formas como lidamos com essa diferença.

Acreditamos existir uma força de denúncia nessas construções trágicas. Se lembrarmos que quando *Bom-Crioulo* – segundo romance brasileiro a abordar o amor entre dois homens em 1895 –, de Adolfo Caminha, foi apresentado à sociedade, causou escândalo e, mesmo sendo permeado pelo pensamento decadentista do naturalismo, apresentando a relação homoerótica como doentia, segundo Carvalho (2006), impactou os críticos, o que atrapalhou a recepção do livro. A obra de Caminha só voltou a ser estudada em 1950 quando estudiosos brasileiros resgataram as obras do autor.

Nesse plano, queremos evocar Prado (2007) o qual afirma que, ao se analisar uma personagem, é preciso levar em consideração vários ângulos de observação sobre ela: (a) o que a personagem revela sobre si; (b) as ações dela; e (c) o que os outros sujeitos ficcionais dizem sobre ela, fazem com ela. Essa tensão entre as *vozes do texto* parece ser particular em cada obra, exigindo atenção aos elementos narrativos e às falas das personagens e dos narradores. Por exemplo, quando uma personagem travesti é assassinada, como acontece com Ana Maria (RIOS, 2005) e com Monique (ORTHOF, 1988), tal experiência demonstra que personagens secundárias configuram uma parcela da sociedade discriminatória e intolerante quanto a não-inteligibilidade de gênero desses seres de papel. Na esfera ficcional, essas vozes repressoras tentam ofuscar a subversão construída pela personagem travesti; no entanto, o fato de as matarem não exclui a *convencionalização* do que elas revelam por si mesmas. Se isolarmos a postura dessas protagonistas, veremos quão transgressoras e inovadoras elas podem ser quanto às questões de

corpo, de gênero e de sexualidade, especialmente se levarmos em conta o período em que foram construídas por seus criadores.

A condição de exílio é outro reflexo de violência bastante comum conforme demonstramos. Vidas no exílio ou experiências de viver no exílio constituem um aspecto muito próximo da experiência da travestilidade, gerando uma nuance de dor, de perda, de lamento e de desagregação que se transforma em matéria fértil para o discurso literário na construção das personagens travestis, recorrentemente moldadas sob um viés realista de sofrimento.

Portanto, a questão da subalternidade e da abjeção, aqui postulada pelos três eixos que explicitamos, a saber, violência sofrida, exílio e situação socioeconômica, envolvendo sujeitos ficcionais travestis não deve ser vista como um aspecto negativo dessa construção, mas enxergado pelo viés da denúncia do que sofreu e que sofre essa minoria e que tem sido plasmado no universo ficcional das obras elucidadas.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, J. C. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In.: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANDIDO, Antonio [et. Al.]. **A Personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- CARRARO, Adelaide. **O travesti**. São Paulo: Loren, s.d.
- CARVALHO, Gilmar de. Literatura e homoerotismo: alteridade de paixão. In: VALE, Alexandre Fleming Câmara.; PAIVA, Antonio Crístian Saraiva (orgs.). **Estilísticas da sexualidade**. Campinas: Pontes, 2006, p. 229-239.
- FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. **O desejo homoerótico no conto brasileiro do século XX**. São Paulo: Scortecci, 2015.
- FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque; SCHNEIDER, Liane. **Personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX** – Uma leitura sobre corpo e resistência. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- FONSECA, Rubem. Dia dos namorados. [1975] In.: RUFFATO, Luiz. (Org.) **Entre nós**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007, p. 125-136.
- FOUCAULT, M. (Org.) **Herculine Barbin** - O diário de um hermafrodita. Trad. De Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982
- FREIRE, Roberto. O Milagre. In.: _____. **Travesti**. São Paulo: Símbolo, 1978
- GREEN, James. **Além do carnaval** – homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- KULICK, Don. **Travesti** – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Trad. Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2008.
- LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA. Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. A Grande Atração. In.: DAMATA, Gasparino (Org.). **Histórias do amor maldito**. Rio de Janeiro: Record, 1967, p. 202-211.
- MARTINS, Julio César Monteiro. Ruiva [1978]. In.: RUFFATO, Luiz. (Org.) **Entre nós**. Rio de Janeiro: Língua geral, 2007, p. 241-256.
- ORTHOFF, Sylvia. **O fantasma Travesti**. São Paulo: Espaço e tempo, 1988.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo* – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: FAPESP, 2009.

PRADO, Décio de Almeida. A personagem no teatro. In.: CANDIDO, Antonio [et. al.]. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 81-101

RIOS, Cassandra. **Uma mulher diferente**. [1965]. São Paulo: Basiliense, 2005.

PROENÇA FILHO, Domício. **Estilos de época na literatura**. Rio de Janeiro: Linceu, 1969.

RIOS, Cassandra. **Georgette**. São Paulo: Record, 1956.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In.: _____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46-60.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria Queer**.

SILVA, A.P.D. Incursões teóricas sobre o conceito de literatura gay. In.: **SocioPoética** – Vol. 1, Nº 7, 2010.

SILVA, Helio R. S. **Travestis** – entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica a alteridade? In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org). - **Tendências e impasses** – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 187-205.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

CAPÍTULO 6

LINGUÍSTICA, PEGAGOGIA E CURRÍCULO QUEER: PROBLEMATIZANDO QUESTÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA

Jomson Teixeira Da Silva Valoz (UPE)¹

Larissa Fernanda De Almeida Amorin (UPE)²

Resumo: O presente capítulo aborda a Linguística Queer (Santos Filho, 2020; Borba, 2022, Melo, 2024) e sua relação com processo educacional formal no ambiente escolar, destacando a importância de uma Pedagogia Queer (Louro, 2001) no ambiente educacional. A Linguística Queer, fundamentada na Teoria Queer (Butler, 2008), questiona normas hegemônicas de gênero e sexualidade, propondo uma visão crítica sobre como a linguagem reflete e reforça, mas também pode desestabilizar essas normas. O texto defende que a Pedagogia Queer é subversiva e tem o objetivo de questionar práticas educacionais tradicionais que reforçam padrões estabelecidos socio-historicamente, promovendo uma educação inclusiva que reconhece a diversidade e questiona a naturalização da cisheteronormatividade. O objetivo do capítulo é discutir como os pressupostos epistemológicos Queer podem ser integrados ao ensino por meio de um currículo que desafia os padrões

¹ Professor de Linguística na Universidade de Pernambuco, campus de Garanhuns. Professor permanente do Mestrado Profissional e Letras (ProfLetras/UPE). Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa em Variação Linguística, Ensino de Língua Portuguesa e Teorias Linguísticas - VAELP-TL (CNPq/UPE) e do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais - NuQueer (CNPq/UFRPE). E-mail: jomson.silva@upe.br.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras-Português e suas Literaturas da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus de Garanhuns. Bolsista Voluntária do PIBIC (2023-2024), sob a orientação do Prof. Dr. Jomson Teixeira da Silva Valoz. Membro integrante do VAELP.TL (CNPq/UPE). E-mail: larissa.fernanda@upe.br.

normativos de gênero e de sexualidade em sala de aula. O texto encerra que a educação deve não apenas tolerar a diversidade, mas compreendê-la como parte essencial das relações sociais e subjetivas, como forma de propiciar uma transformação no modo como essas questões são abordadas institucionalmente em sala de aula.

Palavras-chave: Linguística Queer. Pedagogia Queer. Currículo Queer. Gênero e sexualidade. Ensino.

1. INTRODUÇÃO

A Linguística Queer (LQ) é considerada uma vertente recente no campo de estudos da linguagem que se pauta na relação entre a Linguística e os estudos *queer*, mais especificamente, a Teoria Queer (TQ) - Butler (2008 [1990]), Louro (2001). Essa vertente vem se firmando como uma abordagem crítica que busca desafiar as normas e estruturas tradicionais de gênero e de sexualidade pautadas numa visão segundo a qual o CISTema heteronormativo se apresenta como o padrão de normalidade em detrimento a outras performances de gênero e sexualidade. A noção de CISTema diz respeito ao conceito de cisheterossexualidade ou cisheteronormatividade e se refere a um sistema de normas que pressupõe a heterossexualidade e a “coerência” entre o sexo biológico e a identidade de gênero – cissexualidade - como a única forma natural, legítima e aceitável de vivência de gênero e de sexualidade.

Esse conceito – CISTema - abarca o sistema socialmente estruturado que privilegia a cisgeneridade e heterossexualidade, marginalizando e invisibilizando identidades de gênero e orientações sexuais que fogem desses padrões. Louro (1997) explora essa ideia ao abordar como a heteronormatividade está intrinsecamente ligada às instituições sociais, como a escola e a mídia, que perpetuam normas e expectativas de gênero e sexualidade.

A autora ressalta que essas instituições ratificam a ideia de que a cisheterossexualidade é a norma "natural" para todos os

sujeitos, invisibilizando e marginalizando outras performances e identidades de gênero e de sexualidade. Nessa perspectiva, a LQ busca propor uma interpretação subversiva e contestatória das discursividades e práticas linguísticas com vistas a desestabilizar e desontologizar a lógica de gênero pautada nesse CISTema que toma a cisbinaridade heterossexual como norma e relega à marginalidade performances de gênero e de sexualidade que fogem/se desviam dessa norma.

Neste texto, então, buscamos articular os pressupostos epistemológicos da LQ com o que vem sendo denominado de Pedagogia Queer e, conseqüentemente, com a defesa de um Currículo Queer. Seguindo os passos de Louro (2001), defendemos que uma Pedagogia e um Currículo Queer são subversivos e provocadores. Visam a subverter as práticas educacionais normativas, pois objetivam promover uma educação inclusiva e crítica que acolhe as diferenças e as entende como constitutiva do humano. Intentamos, dessa forma, uma articulação entre o *Queer* e o ambiente educacional por meio da relação com as questões de gênero, entendido enquanto configurações discursivas e como repetição de atos performativos. A interseção entre LQ e o campo da Pedagogia levanta questões fundamentais sobre como a linguagem não apenas reflete, mas também reforça ou desafia as normas de gênero e de sexualidade em contextos educativos.

Dessa forma, o objetivo geral deste capítulo é discutir como Linguística Queer pode ser integrada ao ambiente educacional formal, por meio da Pedagogia Queer e de um Currículo Queer. A intenção é incitar o debate sobre uma educação que valorize a diversidade e desconstrua as normas hegemônicas de gênero e de sexualidade não apenas de forma a levar sujeitos que performam a heterossexualidade a tolerar sujeitos que destoam dessa norma, mas levá-los a entender a diferença como constitutiva das relações do “eu” com o “outro” (Louro, 2001). Para tanto, este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica crítica, com objetivos descritivos-exploratórios.

Seguimos aqui o estado da arte que comprova uma crescente discussão no meio acadêmico sobre o tema do gênero e da sexualidade e sua entrada em diversos âmbitos sociais, seja por meio da linguagem (linguagem neutra, não binária, inclusiva) seja por meio de pautas políticas (se é que é possível separar as duas coisas nesse caso). Nesse caminho argumentativo, exploramos como o ambiente escolar pedagógico pode se apresentar como o lugar de problematizações de discursos normativos de gênero e de sexualidade, abordando o modo pelo qual esses discursos podem ser reproduzidos ou subvertidos em diferentes contextos que envolvem a linguagem.

Mobilizamos em especial dois textos que abordam questões queer e o ambiente educacional: *Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação* (2001), de Guacira Lopes Louro, que apresenta uma importante reflexão sobre a influência da Teoria Queer em relação às práticas educativas e o texto de Daniel Mazzaro, *Por uma Educação Linguística Queer: Estranhando Conceitos e Práticas* (2021), que defende uma educação linguística queer e propõe uma abordagem linguística que estranha as normas estabelecidas e questiona as práticas pedagógicas que silenciam temas e exclui pessoas.

2. LINGUÍSTICA QUEER: BREVE DESCRIÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL

Como já bem historicizado por autores/as como Louro (2001), Borba (2015; 2020), Safatle (2015), o termo *queer*, oriundo da língua inglesa, pode ser traduzido inicialmente como bizarro, excêntrico, estranho, esquisito, ridículo, extraordinário. Esse termo se popularizou como uma ofensa aos homossexuais, principalmente aos homossexuais masculinos, por meio de uma polêmica relacionada ao relacionamento amoroso entre o famoso escritor Oscar Wilde e o filho do 9º Marquês de Queensbury, Alfred.

Durante o processo judicial decorrente dessa relação amorosa que levou Wilde à condenação, o Marquês de Queenbury utilizou

a expressão *snob queer* para se referir ao escritor. Como destaca Borba (2020), a popularidade do caso ajudou a disseminar o significado de *queer* como um insulto homofóbico ou como mais associado a uma “disfunção” de gênero e de sexualidade.

Interessante notar com Preciado (2009) que já no fim do século XIX, a palavra *queer*, embora não tivesse um conteúdo específico, poderia se referir como insulto a qualquer corpo que sugerisse uma afronta à “heteronormalidade”, tais como “a bicha, a lésbica, a travesti, o fetichista, o sadomasiquista e o zoófila [...] pretendia reunir todas as cifras do abjeto” (Preciado, 2009, p. 15).

Entretanto, durante as décadas de 1980/90, em meio à disseminação da Aids, movimentos sociais relacionados a “minorias sexuais”, especialmente grupos ativistas norte-americanos, como o Queer Nation e o Act Up, reivindicaram para si o termo *queer*, não mais como um insulto, mas como uma forma de produzir resistência à heteronormatividade, como modo de produzir um efeito reverso, processo que Butler (1997) chamou de inversão performativa da injúria.

Nessa perspectiva, conforme Borba (2015), o termo *queer* é também reapropriado por um campo denominado de Estudos Gays e Lésbicos e, dessa forma, passa tanto a designar de um modo geral gays, lésbicas e transgêneros, quanto um campo de estudos sobre essa população.

Contudo, é a partir da obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de Judith Butler, publicada originalmente em 1990, que o termo *queer* passa a designar uma teoria, a Teoria Queer, que rompe com os Estudos Gays e Lésbicos, uma vez que esses estavam empenhados em defender uma normalidade essencialista de gays e lésbicas, uma identidade a ser assimilada, sem, contudo, contestar a matriz heterossexual como a ordem natural do desejo.

Num caminho inverso, defende Louro que

Este termo [queer], com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais

precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (2001, p. 546).

Como podemos inferir das palavras de Louro, a Teoria Queer objetiva a desnaturalização da construção discursiva da heterossexualidade/heteronormatividade. Essa heteronormatividade é constituída discursivamente através da repetição e manutenção de atos performativos que relegam à marginalização os sujeitos que não se adequam a essa matriz de inteligibilidade.

Em conformidade com o pensamento teórico de Butler (2008 [1990]), o conceito de performatividade, que a autora “toma emprestado” de Austin (1962), sugere que o gênero não se caracteriza como algo que se é, mas como algo que se faz, na medida em que está em constante devir sem origem nem fim. Sobre isso, retomando a discussão de Simone Beauvior em relação ao termo “mulher”, Butler afirma que

nunca se pode torna-se mulher em definitivo, como se houvesse um telos a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (2008 [1990], p. 54).

Por meio desses “atos repetidos” é que os sujeitos criam suas identidades de gênero que são performativamente constituídas, pois o gênero é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” (Butler, 2008 [1990], p. 48). Esses atos performativos podem ser entendidos como um conjunto de atos discursivos, capazes de mobilizar recursos

linguísticos e semióticos e, dessa, forma, apreender a identidade de gênero dos sujeitos no contexto social em que estão inseridos. Ao afirmar que gênero é constituído performativamente, Butler teoriza que o gênero não pode ser pensado de forma ontológica, uma vez que é fabricado discursivamente, ou seja, é um efeito discursivo sobre o corpo.

Borba (2020), por sua vez, argumenta que a performatividade da linguagem na perspectiva *queer* vai além da simples repetição de normas sociais. Ela também abre espaço para subversões e resistências, em que os sujeitos podem usar a linguagem para desafiar e reconfigurar as normas de gênero e sexualidade. A performatividade, portanto, não é apenas um mecanismo de reprodução de normas, mas também um campo de possibilidades para a transformação social.

É dessa relação entre os estudos da linguagem e os estudos relacionados à Teoria Queer que a Linguística Queer vai se estabelecer. A LQ, dessa forma, se interessa pelo modo como esses atos performativos de linguagem produzem e reproduzem sentidos sobre identidades de gênero e de sexualidade.

A LQ é um campo muito recente nos estudos da linguagem se consideramos que seu início se dá na década de 90 com a publicação do texto de Livia e Hall, *Queerly Phrased: Language, Gender, and Sexuality*. Essa obra se constitui como uma coletânea de artigos que tratam do processo de construção de discursos de sujeitos cujas identidades sexuais são pensadas a partir de um ponto de vista performativo, ou seja, fazendo referência à teoria dos atos de fala de Austin (1962).

Em seu início, a LQ foi pensada como uma área que se debruçava sobre o modo como como os sujeitos dissidentes de gênero - para utilizar as palavras de Butler (2008 [1990]) -- gays, lésbicas, drag queens, travestis - utilizavam o código linguístico. Segundo o autor

Estudava-se, assim, como pessoas que, por suas vivências sexuais e corporais, relegadas à zona de ininteligibilidade social, faziam uso

estratégico de códigos linguísticos dissonantes na negociação de suas identidades e de sua existência cultural. Ou seja, as investigações tentavam explicar como esses indivíduos faziam uso de recursos linguísticos que, à primeira vista, não estariam autorizadas usar e como essa combinação de distintos códigos, registros, sotaques, léxicos etc. construía e (des)legitimava seu lugar social (Borba, 2015, p. 93).

Em relação a esse momento inicial, Barret (2002) define a LQ, como “o estudo da linguagem em uso incrementado com ideais da teoria queer” (p. 26). Contudo, num segundo momento, a LQ passou a ser conceituada com “o estudo crítico da heteronormatividade a partir de um ponto de vista linguístico” (Motschenbacher, 2011, p. 150 *apud* Borba, 2015, p. 94).

Ainda em conformidade com Borba (2015), passou-se, então, a investigar como discursos deixam traços na língua, discursos esses que realizados em performances linguísticas promovem a ação social que sustentam ou subvertem outros discursos. Em suma

a linguística queer tem se configurado como uma área de investigação que estuda o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e. heteronormatividade) e a performance linguística situada e tem-se mostrado, assim, como um campo promissor para o estudo de como fenômenos macro-sociológicos que produzem certos indivíduos como seres abjetos, inferiores ou patológicos são sustentados e/ou desafiados nos detalhes mais ínfimos de nossa vida social, notadamente, a linguagem-em-uso (Borba, 2015, p. 94).

É assim que podemos mesmo generalizar e afirmar que os estudos queer em qualquer âmbito em que seja realizado é perpassado por questões de linguagem e mais especificamente, pelos discursos. Discurso no sentido mesmo como o que apresentando por Foucault (2013), ou seja, uma forma de produzir e transmitir conhecimentos e poder. Assim, discurso não é apenas uma forma de expressão ou comunicação, mas também uma

prática social que molda nossa compreensão do mundo e das relações de poder que existem nele.

Com esse conceito de discurso em vista, podemos entender que a LQ busca desnaturalizar o discurso heteronormativo como normal e evidente, discurso esse propagado pelas principais entidades que detém o poder de comunicação e político na sociedade, indo de encontro a esse discurso social de dominação heteronormativa. As “práticas discursivas que envolvem indivíduos (homoeróticos ou não) são entendidas como parte de uma estrutura de dominação que limita as ações discursivas de maneiras variadas” (Borba, 2015, p. 99).

No que toca ao conceito de performatividade, entende-se com Kulick (2000), Santos Filho (2019), Butler (2003 [1990]) e Livia e Hall (1997), todos esses partindo de Austin (1962), que esse conceito diz respeito ao fato de que ao usarem a linguagem, os sujeitos não apenas se enunciam, mas praticam ações, agem no mundo a partir do que falam e, assim, constroem suas experiências.

Os estudos em LQ, então, se dedicam à investigação das identidades e da ideologia como um todo, assim como aos discursos sobre práticas sexualizadas que surgem em contextos socioculturais determinados por discursos regulatórios heteronormativos que são repetidos continuamente e passam a controlar, negociar e estruturar as sexualidades e as identidades.

Bucholtz e Hall (2004, p. 470)³ afirmam que a sexualidade é “um conjunto de sistemas de ideologias, práticas e identidades mutuamente constituídas que dão significados sociopolíticos aos corpos como lugares erotizados e/ou reprodutivos”. Borba (2015) ressalta que esse conceito indica que a sexualidade não nos é inerente, mas produzida em nossos corpos por meio de práticas encerradas em ideologias locais.

Faz-se mister ressaltar com Borba (2015) que, para além de entender que a sexualidade não é pré-formada, mas performada,

³ Estamos utilizando a tradução de Borba (2015).

sendo essa uma primeira faceta de onde se pode partir para se fazer um estudo em LQ, não se é a única, pois a Linguística Queer, no que tange aos seus aspectos teórico-metodológicos, pode se travestir de conceitos advindos da Sociolinguística, da Antropologia Linguística e das análises do discurso, uma vez que esses campos teóricos assumem o papel essencial da linguagem como mediadora entre estruturas de poder e atividades humanas.

Tendo em foco a função mediadora da linguagem, a LQ também analisa a linguagem em relação às normas e padrões de gênero e de sexualidade dominantes, procurando entender como a linguagem, por meio do discurso, é usada para reforçar as normalidades heteronormativas, mas também como pode ser usada para resistir e contestar essas normas. A LQ, então, tenta promover a conscientização sobre a diversidade de gênero e sexualidade, bem como o respeito à liberdade e à autodeterminação dos sujeitos e de suas identidades.

A Linguística Queer também toma por objeto de análise os discursos produzidos em contextos institucionais e políticos, como a mídia, a educação, a política e a igualdade de oportunidades. Por isso, faz-se necessário problematizar como a LQ pode contribuir no espaço educacional formal como uma importante forma mitigar preconceitos e entender como ideologias dominantes usam a linguagem para se disseminar, mas também como forma de resistência de sujeitos marginalizados, seja por suas identidades sexuais e de gênero, seja por questões raciais, religiosas, sociais, dentre outras. Defendemos que é por meio de uma Pedagogia Queer e de um Currículo Queer que isso pode ser possível. É sobre isso que passamos a tratar adiante.

3. POR UMA PEDAGOGIA E UM CURRÍCULO QUEER NO ENSINO DE LÍNGUA

Em sua obra *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*, Louro (1997) afirma que a escola, desde seu início, exerceu uma ação distintiva em relação aos sujeitos,

produzindo diferenças, distinções e desigualdades. A autora ainda destaca que a escola foi capaz de participar de processos que naturalizaram as divisões de raça, classe, etnia e gênero como se tudo isso, de algum modo, tivesse inscrito na ordem das coisas (Louro, 1997, p. 64). Diante dessa afirmação, Louro se questiona:

Afinal, é "natural" que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que "naturalmente" a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se misturem" para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão "características" de cada gênero? (Louro, 1997, p. 63).

Ao fazer essas indagações, na verdade, a autora está propondo que é necessário e urgente desconfiar de tudo que é considerado como natural, voltando a atenção para as práticas rotineiras e comuns, geralmente banalizadas, palavras "inocentes", pois é exatamente aí que se regulam e se mantêm as aparentes naturalidades.

Como exemplo, Louro (1997) traz a questão dos livros didáticos e paradidáticos que se apresentam como o *locus* em que essas naturalidades são impostas. As análises desses livros em relação a problemáticas no que tange as representações de gênero, classe, etnia, mostram dois grandes polos: um mundo masculino e um mundo feminino, sendo o primeiro um mundo público e o segundo um mundo doméstico. A análise desses materiais, segundo Louro (1997), também mostra uma concepção de família constituída de pai, mãe e filhos (um menino e uma menina), assim como profissões que seriam específicas de pessoas brancas e de pessoas negras. Dessa forma,

A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados (Louro, 1997, p. 70).

A partir dessa constatação, Louro (1997) orienta que devemos estar atentos/as para o uso da linguagem que utilizamos em sala de aula. Em conformidade com a autora, devemos ainda problematizar as teorias que orientam o trabalho docente para não reproduzir uma linguagem que normaliza o sexismo, o racismo e o etnocentrismo.

Em relação ao sexismo, de forma mais específica, Louro (1997) cita casos referentes à disciplina de educação física. Segundo a autora, enquanto em outras disciplinas escolares, a questão da identidade de gênero é tratada a partir de discursos implícitos, na disciplina de educação física isso parece se dá de forma mais explícita, já que é nessa disciplina, alicerçada numa base biológica e de saúde, que são acentuadas as características que seriam naturais a pessoas do sexo masculino e a pessoas do sexo feminino em relação, principalmente, às habilidades físicas, como por exemplo, a aceitação da ideia de que mulheres são fisicamente mais frágeis do que os homens e de que existem esportes que são naturalmente masculinos, como o futebol.

Louro (1997), então, argumenta que os currículos, as normas, os procedimentos de avaliação e os materiais didáticos são meios pelos quais as diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe são reproduzidas e, que, por isso, precisam ser colocados em constante questionamentos, apontando que se faz mister questionar não só o que ensinamos, mas o modo como ensinamos (Louro, 1997, p. 64).

Defendemos aqui que esse questionamento e essa problematização podem ser realizados através de uma Pedagogia Queer, entendida como uma proposta educacional crítica e subversiva, que busca questionar e desconstruir as normas tradicionais de gênero e de sexualidade que permeiam a educação formal.

Com alicerce teórico pautado na Teoria Queer, essa abordagem busca questionar as noções essencialistas de identidade com vistas a propor uma educação que não apenas

reconhece e tolera, mas entende as diferentes identidades de gênero como constitutivas das identidades humanas, desestabilizando as noções tradicionais de sujeito como essência e naturalidade. No âmbito escolar, essa desestabilização é crucial para repensar as práticas pedagógicas que, muitas vezes, ratificam discursos excludentes sobre gênero e sexualidade, reforçando estereótipos e exclusões.

Louro (2001), por sua vez, destaca que a Pedagogia Queer não se limita à denúncia de questões relacionadas à identidade de gênero, como a polarização heterossexual/homossexual que deve ser questionada a partir da naturalização da heterossexualidade. Para uma Pedagogia Queer, “não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento dos/as homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados” (Louro, 2001, p. 550), ou seja, é necessário transformar as próprias bases sobre as quais o conhecimento é construído e transmitido. A educação, sob a perspectiva da Pedagogia Queer, deve ser entendida como um espaço de contestação e de abertura para novas formas de ser sujeito, desafiando as normas impostas pelo CISTema dominante.

Assim, a proposta de uma Pedagogia Queer vai além da inclusão de temas e conteúdos *queer* ou de um processo de ensino-aprendizagem voltado para pessoas *queer*. Para Louro (2001), a Pedagogia Queer deve promover um ambiente educacional em que a diferença seja vista não como uma ameaça ou excentricidade, mas como um processo de entendimento das diferenças, de modo que essas diferenças não estejam do lado de fora “alheia ao sujeito [mas] compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu” (Louro, 2001, p. 550).

Louro (2001) argumenta que a Pedagogia Queer tem o potencial de transformar a educação em um espaço de liberdade e criatividade, em que todos os sujeitos possam expressar suas identidades sem serem considerados/as anormais ou abjetos/as. Para isso, é necessário que a educação seja vista como um

processo em constante construção, processo este em que as normas sejam constantemente questionadas e renegociadas.

Daniel Mazzaro (2021), por seu turno, em sua obra *Por uma Educação Linguística Queer: Estranhando Conceitos e Práticas*, retoma a discussão de Louro, mas a amplia para o campo da educação linguística. O autor propõe que a linguagem seja entendida como um processo de subversão das normas hegemônicas de gênero e de sexualidade e defende o conceito de "estranhamento" como primordial na prática pedagógica *queer*. Estranhar é, para Mazzaro (2021), questionar o que é tomado como natural, assim como também defende Louro (1997).

Retomando o conceito educação linguística de Travaglia (2004), Mazzaro destaca que estranhar significa desconstruir os conceitos de norma linguística, identidade e expressão, que frequentemente excluem ou marginalizam aqueles/aquelas que não se encaixam nos padrões normativos, seja de que espécie for. A educação linguística *queer* deve ir além do ensino da norma culta ou do "bom uso" da língua; ela deve ser um processo em que se abre espaço para a pluralidade de vozes e formas de expressão que desafiam as normalidades. Esse processo envolve, por exemplo, em relação à linguagem, o direito de expressão e representação linguísticas das identidades *queer*.

Mazzaro (2021) enfatiza a importância de se criar um ambiente educacional em que os sujeitos possam ser livres para questionar e ressignificar suas experiências com a linguagem e com suas identidades. Ao "estranhar" os conceitos tradicionais de linguagem, os/as educadores/as podem fomentar um espaço de resistência e de criação, onde novas formas de subjetividade possam emergir. A educação linguística *queer*, portanto, não é apenas uma questão de conteúdo, mas de método e de atitude pedagógica.

Embora as premissas de questionamento e subversão da Pedagogia Queer sejam consideráveis, sua aplicação se depara com diversas dificuldades. Conforme Louro (2001) destaca, um dos principais enfrentamentos é a oposição das instituições

escolares, que, muitas vezes, estão fundamentadas em valores convencionais e heteronormativos. A adoção de uma abordagem pedagógica que questiona tais padrões pode ser interpretada como uma ameaça à ordem vigente, resultando em resistência por parte daqueles/as que constituem a comunidade escolar, assim como daqueles/as que fazem parte da sociedade em geral.

Mazzaro (2021) acrescenta que o desafio também se estende ao material didático, que muitas vezes reflete e reforça normas hegemônicas. Os livros didáticos e outros recursos pedagógicos raramente contemplam a diversidade de gênero e de sexualidade de forma crítica, o que limita o alcance da Pedagogia Queer. Para superar esse obstáculo, Mazzaro sugere que os/as educadores/as *queer* criem ou adaptem materiais que reflitam a diversidade e que encorajem os alunos a questionar as normas estabelecidas.

Nessa linha de pensamento, Louro (1997) corrobora que muitos/as professores/as não receberam formação adequada para lidar com as questões de gênero e de sexualidade de forma crítica e inclusiva. Para que a Pedagogia Queer seja efetiva, é necessário um investimento na formação continuada dos/as educadores/as, para que eles/elas possam se apropriar dos conceitos da Teoria Queer e aplicá-los em suas práticas pedagógicas. Isso inclui não apenas o conhecimento teórico, mas também o desenvolvimento de sensibilidade e empatia para com as experiências diversas de seus/suas estudantes, o que pode ser feito por meio de um Currículo Queer.

Para Silva (2007),

Um currículo inspirado na teoria queer é um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído (Silva, 2007, p.109).

Explorar aquilo que ainda não foi construído nos remete mais uma vez a Louro (2001) quando afirma que a Pedagogia e

Currículo Queer não se pretendem a dar respostas, mas querem “desmantelar” a lógica que legitima as normas estabelecidas, uma vez que se alicerçam na ideia segundo a qual o conhecimento é interminável.

Em relação ao currículo, Silva (2010) na obra *O Currículo como Fetice: A Poética e a Política do Texto Curricular*, aborda o tema a partir de uma análise crítica e sociológica, destacando suas implicações ideológicas, culturais e políticas. Segundo o autor, o currículo não é um simples documento ou uma sequência de conteúdos a serem ministrados, mas sim uma construção social complexa que reflete e reforça relações de poder. Silva (2010) divide as concepções de currículo em quatro visões. São elas: a tradicional, a tecnicista, a crítica e a pós-crítica.

Centrado no/a professor/a, o currículo na visão tradicional, é entendido como um conjunto de conteúdos e conhecimentos a serem transmitidos para os/as alunos/as, esses/as considerados/as como receptores/as passivos/as que devem absorver esse conjunto de conteúdos e conhecimentos. O/a aluno/a é avaliado/a por meio da mensuração de quanto conteúdo conseguiu reter, já que o objetivo da escola é garantir que esses conteúdos sejam dominados pelos/as estudantes.

De acordo com a visão tecnicista, por sua vez, o currículo é compreendido como um processo técnico, que objetiva a preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento de habilidades técnicas, práticas e produtivas. O/a professor/a é um/a operador/a que se guia cegamente por um conjunto pré-definido de conteúdos procedimentais.

Na visão crítica, o currículo é visto como um campo de disputa ideológica e política. Nessa perspectiva, essa visão busca questionar a suposta neutralidade do currículo e destaca que ele reflete os interesses de grupos dominantes ao reproduzir as estruturas de classes da sociedade capitalista, numa proposta que perpetua as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

De forma contrária, o currículo crítico problematiza e questiona o que é ensinado e defende que o currículo deve ser um

espaço de resistência e desconstrução das normas estabelecidas. Tem como objetivo a formação de sujeitos críticos, capazes de agir para transformar sua realidade

A visão pós-crítica entende o currículo como uma construção cultural, rejeitando a assunção de que o currículo pode ser totalmente libertador ou neutro. Reconhece que ele está sempre em constante negociação por meio da influência de diferentes discursos. Dessa forma, mantém relação direta com a constituição de identidades e subjetividades.

O currículo numa visão pós-crítica, assim, está preocupado não apenas com o que os/as alunos/as aprendem, mas também com quem eles/elas se tornam. Ele também explora a interseção entre currículo, poder e questões de raça, gênero e sexualidade e como essas questões se relacionam com aquilo que é tomado como conhecimento válido. É nesta visão que Silva (2007) enxerga a possibilidade de inserção da Teoria Queer como prática de estranhamento no currículo.

Essa concepção pós-crítica do currículo se coaduna com a concepção crítica de educação defendida por Manfredi (1993). A concepção crítica da educação pode ser compreendida como uma estratégia que tem como objetivo assegurar o processo de reflexão crítica sobre a realidade em que se vive com vistas a uma tomada de consciência dessa realidade e de sua transformação. Assim, “reinventam-se estratégias, e reconstroem-se procedimentos para estranhar o que é tido como normal: binarismos, fronteiras, limites e neutralidades, seja das identidades humanas, seja das disciplinas (escolares ou não)” (Mazzaro, 2021, p. 1068).

Mazzaro (2021) sugere que a Pedagogia Queer pode também contribuir para a formação de sujeitos críticos e engajados, que sejam capazes de reconhecer e desafiar as estruturas de poder que moldam suas vidas. Ao promover o estranhamento e a subversão, a Pedagogia Queer capacita os/as estudantes/as a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, utilizando a linguagem e a educação como ferramentas para a transformação social.

A Pedagogia Queer, portanto, não é apenas uma abordagem pedagógica, mas uma prática política que busca criar um mundo mais justo e igualitário. Ela desafia as normas e as hierarquias estabelecidas, promovendo a diversidade e a inclusão como valores centrais da educação.

Com Marazzo (2021), assumimos que a Pedagogia Queer, segundo nossa interpretação, pode ser entendida a partir de um Currículo Queer, ou seja, aquele que se volta para o processo da produção das diferenças e das instabilidades e para o trabalho com as identidades precárias, marginalizadas e colocadas como da ordem das patologias ou, a partir de um discurso religioso, da demonização. Essa pedagogia enfatiza, mais do que repassar discursos dominantes e conteúdos estritamente pedagógicos, a importância do pensamento crítico e questionador das suposições dominantes em relação à sexualidade e ao gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, tivemos o objetivo de discutir como Linguística Queer pode ser integrada ao ambiente educacional formal, por meio da Pedagogia Queer e de um Currículo Queer. Conforme destacamos deste a Introdução, nosso interesse foi incitar o debate muito em voga hodiernamente sobre uma educação que valorize a diversidade para problematizar e (quem sabe) desconstruir as normas hegemônicas de gênero e de sexualidade não apenas de forma a fazer com que as identidades de gênero que destoem da norma socialmente estabelecida do CISTema binário heterossexual não apenas seja tolerada ou adaptada e esse CISTema, construir também como forma de constituir uma pensamento segundo o qual a diferença é constitutiva das relações humanas, seja essa diferença qual for.

Para tanto, apresentamos o recente campo denominado de Linguística Queer, em sua articulação com a Pedagogia Queer, defendendo que essa abordagem propõe uma visão crítica e

subversiva das normas de gênero e sexualidade que permeiam tanto a sociedade quanto a educação e a escola.

Discutimos, então, que ao se apoiar na teoria performativa de gênero, a Linguística Queer desestabiliza as noções tradicionais de identidade ao evidenciar que estas são socialmente construídas e reiteradas por meio de atos discursivos repetitivos. Nesse sentido, a escola se apresenta como um campo fértil para a desconstrução de normas hegemônicas, abrindo espaço para a valorização de identidades plurais e dissidentes.

Caminhamos para concluir que a construção de um Currículo Queer que toma por base as epistemes da Linguística e da Pedagogia Queer, conforme discutido, não se limita a incluir temas de diversidade de gênero e de sexualidade, mas propõe uma reestruturação das bases educacionais. Essa pedagogia visa não apenas promover a inclusão, mas também incentivar uma reflexão crítica sobre as relações de poder que sustentam normas heteronormativas e excludentes.

Assim, ao reconhecer a linguagem como ferramenta performativa e de resistência, o processo de ensino e aprendizagem que leva em conta as epistemes *queer* pode contribuir significativamente para uma educação mais inclusiva e transformadora, em que a diferença não é apenas tolerada, mas entendida como constitutiva das relações humanas e do próprio sujeito. Através da problematização de discursos normativos e da criação de espaços de subversão, a Linguística Queer oferece uma alternativa poderosa para repensar o papel da educação e da linguagem na formação de identidades e na promoção de uma sociedade mais justa e diversa.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BARRET, R. Is queer theory important for sociolinguistic theory? In: K. CAMPBELLKIBLER et al. (eds.), **Language and Sexuality**:

Contesting meaning in theory and practice. Stanford, CSLI Press, pp. 25-43, 2002.

BORBA, Rodrigo. **Discursos transviados: por uma linguística queer.** 1. ed. — São Paulo: Cortez, 2020.

BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitárias para os estudos da linguagem. **Entrelinhas.** vol. 9, n. 1, jan./jun., 2015.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity. In. A. DURANTI (ed.), **A Companion to Linguistic Anthropology.** Oxford, Basil Blackwell, p. 268-294, 2003.

BUTLER, Judith. **Excitable Speeches.** New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1990].

currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France,** pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

KULICK, D. Gay and Lesbian language. **Annual Review of Anthropology,** vol. 29, pp. 243-285, 2000.

LIVIA, A; HALL, K. **Queerly Phrased: language, gender and sexuality.** New York: Orford University Press, 1997.

LIVIA, Anna e HALL, Kiria. “E uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In. OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos.** São Paulo: Parábola, 2010.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas,** v. 9, n. 2, 2001, p. 541-553.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Género e Sexualidade.** Porto Editora. Porto: Portugal, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópoles, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MANFREDI, Sônia. **Educação e crise do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 1993.

MAZZARO, Daniel. Por uma educação linguística queer: estranhando conceitos e práticas. **Gragoatá**, Niterói, v.26, n.56, p. 1052-1084, 2021.

PRECIADO, Beatriz. **“Historia de una palabra: queer”**. Parole de Queer, Barcelona, 2009. Recuperado de: <https://www.scribd.com/fullscreen/79992238>. Acesso em: 15/09/2024.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. O corpo em cenas iniciais de (re)construção da sexualidade entre homens: uma perspectiva queer de leitura. **Revista X**, volume, 14, nº 4, pp. 158–183, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do**

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: Ensino plural**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CAPÍTULO 7

DISCURSO, DOMINAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA NO FILME CLOSE, DE LUKAS DHONT

John Kevin Lopes de Araújo da Silva (UPE)¹

Isaac Itamar de Melo Costa (UPE/UFPE)²

Resumo: Este estudo analisa performatividade, formação imaginária, posição sujeito e dominação no filme *Close*, de Lukas Dhont, através da análise materialista do discurso. A pesquisa destaca como a interpretação, moldada historicamente e socialmente, sustenta normas sociais e propõe uma abordagem crítica para promover a emancipação, resistindo à homogeneização ideológica. O filme é visto como um meio de examinar a formação discursiva de sujeitos e sentidos masculinistas, especialmente no contexto escolar, onde práticas educacionais reforçam o binarismo de gênero. A narrativa focaliza a amizade entre Leo e Rémi, cuja intimidade suscita dúvidas sobre a sexualidade dos garotos. Esse processo é analisado sob a ótica da formação imaginária, mostrando como expectativas sociais influenciam a percepção de gestos e comportamentos, reforçando a heteronormatividade e a masculinidade

¹ Graduando do curso de Letras na Universidade de Pernambuco. É membro e monitor do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso (GepAD/UPE), liderado pelo Prof. Dr. Erasmo Ferreira. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1859-9779>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2625771402902984>. E-mail: johnkevin.letras@gmail.com.

² Professor colaborador do Programa de Mestrado em Letras da Universidade de Pernambuco (PROFLETRAS - UPE) e professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Linguística pela UFPE. É membro do Grupo de Pesquisa Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento, liderado pela Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso Pecheutiana (GepAD/UPE). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4635-2824>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0452353225402463>. E-mail: isaac.itamar@upe.br.

dominante. O estudo ressalta a necessidade de uma interpretação crítica da educação em gênero, sugerindo uma abordagem que desafie normas estabelecidas para fomentar um ambiente escolar mais inclusivo.

Palavras-chave: Dominação; Formação imaginária; Performatividade; Masculinidade.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo buscamos investigar a relação entre os conceitos de performatividade, formação imaginária, posição sujeito e dominação no longa-metragem belga *Close*, dirigido por Lukas Dhont (2022). A base teórico-metodológica segue os princípios da Análise Materialista do Discurso que guia, além disso, a forma como os cortes das cenas serão executados e descritos. Utilizam-se os estudos de Orlandi (1996) para tratar da interpretação, levando em consideração que ela:

Está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (Orlandi, 1996, p. 9).

Desta forma, é inerente ao ser humano o ato de interpretar, uma vontade constante de atribuir significação; ainda que essa atribuição seja, do ponto de vista histórico-social, socialmente determinada, isto é: orientada para uma única torrente de sentido, uma que opera com a manutenção de um estado de coisas na conjuntura social em que se origina. Este estado de coisas, que guia a ordem do ordinário, do sentido tornado óbvio, faz com que o sujeito deixe de se indagar sobre pontos e derivas, que se acomode; corrobora com a preguiça do pensamento e com o adestramento da resistência. Na contramão desse movimento, o princípio que seguimos neste estudo se insere nas vias que

encaram a interpretação e o ensino dela como comprometimento ético e docente: orientamo-nos em direção à emancipação da interpretação.

A proposta é a de lançar um olhar sobre a materialidade analisada com vistas a fazer com que a multiplicidade de sentidos que a compõem seja percebida em seus meandros, desde a produção até as possibilidades de participação e percepção da constituição subjetiva, tido que sujeito e sentido são constituídos num mesmo ato, segundo a tradição da análise do discurso (Orlandi, 1996).

Como pesquisadores pertencentes à Licenciatura em Letras, e como professores de Língua Portuguesa, assumimos esta análise igualmente como contribuição teórica e como gesto interpretativo lançado sobre o campo do doutrinamento, do assujeitamento e da dominação. Pensamos em formas de existir e de resistir à ação homogeneizante operacionalizada pelas matrizes em dominância porque pensamos sobre interpretações, sobre o que pode a linguagem. Esta é a justificativa do trabalho.

A materialidade analisada é um longa-metragem. Faremos um gesto de interpretação diferente da análise que faríamos de um livro, por exemplo, pelo fato de estas materialidades possuírem, cada uma, especificidades decorrentes da modalidade utilizada. Foram adotados pressupostos de Pêcheux (2014) acerca da maquinaria discursiva e, especialmente, do conceito de formação imaginária.

O conceito surge na Análise automática do discurso, em 1969, e diz respeito ao funcionamento de projeções imaginárias utilizadas num ato enunciativo. Pêcheux (1990) aloca essas projeções no interior de um espaço de formulação, de cristalização de determinados padrões, que são as formações. Por exemplo, quando falamos com um policial, tendemos a modalizar o enunciado para atender às projeções que atendem ao imaginário que determina quem é ele para que eu lhe fale de tal forma, como e com que intenção devo falar, como me portar etc. Acrescenta Bressan (2020) que as formações imaginárias:

(...) manifestam-se, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados (Bressan, 2020, p. 90).

O conceito de formação imaginária comparece em nossa análise como indicativo do conjunto de determinações que produzem um imaginário sobre o que é ser homem e o que é ser heterossexual. Esse imaginário que é produzido no campo do simbólico é perpetuado por práticas que são de tipo cultural, isto é, se inscrevem como algo que é próprio a uma cultura ou grupo.

Além disso, sua natureza é eminentemente ideológica, porque expressa, na linguagem, um ideal sobre relações reais, quais sejam – as que acompanham a classe dominante, que em sua expressão se alinha ao binarismo e à heterossexualidade compulsória, historicamente marcada pela reprodução, na tentativa de perpetuar a posse e o patrimônio, garantindo os meios de manutenção da classe.

Os conceitos de binarismo e de heterossexualidade compulsória se alinham às formulações teóricas de Butler (2002), que aloca essa expressão binária (homem e mulher) no campo da linguagem, como ato performático. Ou seja, como conjunto orientado de re/produção de signos alinhados ao propósito de fabricação de gênero (que, para a classe dominante, se traduz como masculino e feminino, o que é compulsoriamente, culturalmente, poderíamos dizer, replicado como heterossexualidade). Para a autora, vale dizer, sexo diz respeito à determinação biológica binária enquanto gênero comparece como construção languageira, orientado por uma série de expressões

performáticas que envolvem vestuário, tom de voz, modos de caminhar, preferência por certos termos linguísticos etc.

Outro autor que nos auxilia a compreender como a expressão masculina é originada é Bourdieu (2002), para quem a dominação masculina comparece como signo cultural reproduzido por uma conjuntura social e que se coaduna com o poder, com a dominação. Expressar masculinidade é procurar dominar o outro e isso por meio de performances específicas e apropriação de artefatos culturais.

Analisar esta perspectiva é buscar pela desnaturalização da questão de que antes mesmo que o indivíduo nasça, já lhe encaixam no molde da binariedade, e impõem sobre ele as expectativas do gênero que lhe foi atribuído junto com todas as características anexas a isto, para, então, identificar direções e posições discursivas. Nesse sentido, o indivíduo, para inserir-se como sujeito masculino, precisa assumir uma posição discursiva que carrega consigo signos próprios à dominância: a agressividade e a repulsa ao feminino, por exemplo, são dois desses signos. Nesse sentido, ser homem significa, primordialmente, não ser mulher; não associar-se aos signos que integram a formação imaginária do feminino.

O filme retrata a amizade dos pré-adolescentes Leo e Rémi, que em um dado momento são questionados sobre sua proximidade por parte de colegas da escola, o que cria suspeitas quanto às suas sexualidades. Diante disto, Leo afasta-se bruscamente de Rémi, que precisará adaptar-se a uma nova rotina sem o amigo. E diante dos gestos de interpretação, espaço marcado pela incompletude, no sentido de que não há um “fim”, uma conclusão, mas sendo “o lugar próprio da ideologia” e que “é ‘materializada’ pela história” (Orlandi, 1996, p. 18), busca-se compreender o aspecto social de afetos como a vergonha e como, enquanto discurso, a homofobia regula as relações interpessoais e sociais.

Sobretudo, o que se espera com a pesquisa é abrir uma série de leituras possíveis ao lançar um olhar específico sobre os processos de constituição do sentido. Sugerimos que a interpretação, para além da compreensão da significação, se alia a estratégias de promoção da visualização, do reconhecimento da

forma como as estruturas sociais orientam a compreensão. Segundo Orlandi (1996, p. 22), “o espaço da interpretação é o espaço do possível, mas também da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, do trabalho do sujeito”.

Nossa intenção é, desta forma, a de interpretar como esse significante é afetado pela história na trama do filme e problematizar a forma como a composição do sentido e do sujeito se desenrola nesse processo, assumindo que, de acordo com a análise de discurso, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, no mesmo ato discursivo revestido pela linguagem.

2. METODOLOGIA

Em análise do discurso, a metodologia que guia o desenvolvimento da análise e a escolha do corpus em questão passa pela a) leitura do senso comum quanto ao filme; b) recorte teórico para delimitação do corpus, centrado naquilo que será analisado; c) (des)superficialização dessa leitura para, no dito, identificar o não dito presente na constituição do sentido; d) busca por possíveis dizeres cristalizadores da masculinidade.

A vista disto, a seleção do corpus desta pesquisa parte do estranhamento do modo de funcionamento dos discursos que direcionam as ações de uma das personagens após o questionamento das suas sexualidades. Esses pontos são percebidos por falas e gestos julgados pelos outros como não condizentes ao que se espera ser ou fazer em determinada situação de comunicação.

O filme, que está disponível na plataforma MUBI, possui 1h:43m:56s, foi lançado em 2022 e é dirigido por Lukas Dhont. Os recortes das cenas a serem analisadas, que compreendem os efeitos de sentido colocados a partir do estranhamento do outro em relação ao comportamento dos dois protagonistas da história, proporcionam estabelecer uma relação com o gesto de interpretação.

Estas cenas compreendem, dessarte, os intervalos entre os tempos determinados em: a) 0h:10m:50s a 0h:11m:59s; b) 0h:12m:36s a 0h:13m:52s, c) 0h:15m:40s a 0h:17m:18s; d) 0h:21m:00s a 0h:21m:37s; e) 0h:32m:40s a 0h:33m:00s e f) 0h:34m:22s a 0h:34m:50s, contabilizando 0h:04m:18s. Os recortes foram feitos por meio do aplicativo CapCut. Há uma linha interligando as ações que os recortes retratam, qual seja: situações da narrativa que associam essas cenas entre si, por meio do indicativo do estranhamento: tratam-se dos momentos em que algo do campo do estranho vem interferir na ordem da significação, como quando, por exemplo, se questiona a normalidade da relação entre os garotos.

Desta forma, destes recortes, o item B será o motor desta análise, utilizamos os demais recortes para explorar e aprofundar aquilo que está sendo investigado na leitura. A análise segue a descrição da situação ou transcrição das falas dos personagens, seguida de prints do filme e da interpretação deste material a partir das ferramentas teóricas disponibilizadas pela análise do discurso.

Como adiantamos mais acima, esses recortes são de-superficializados, postos em outra sequência ou ângulo que nos permita visualizar melhor a forma como o discurso é materializado em linguagem, como é linearizado. Dizemos que o intradiscurso é o eixo em que a linearização ocorre, e acrescenta Pêcheux (2014) que o intra é um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, no sentido de que os dizeres linearizados são provenientes do interdiscurso, espaço virtual em que se dão as possibilidades do dizer. O “dito” é uma expressão organizada do “possível de dizer”, no mesmo esquema em que o intradiscurso é a linearização do interdiscurso, sua realização em matéria de língua.

O que fazemos, então, é romper com a ordenação para, a partir da quebra e reorganização, tornar audíveis outras possibilidades de dizer que não se encerram na materialização: o que fora deixado de lado, o não-dito que sustenta a possibilidade de dizer, o que é, eminentemente da ordem do interdiscursivo.

Esse exercício, além da desuperficialização, segue a identificação de formações imaginárias, como dissemos, e, além delas, de formações discursivas, espaços em que o discurso é formulado, assentado e regulado por uma forma específica, assumida por um sujeito por intermédio de uma tomada de posição. É por meio do exame da posição desse sujeito que chegamos, assim, à identificação da formação discursiva.

As modalidades de assunção dessa posição dizem respeito à forma como os sujeitos se relacionam com os sentidos, concordando, discordando ou rompendo com eles. No nosso caso, a formação discursiva faz referência ao discurso da masculinidade e o sujeito, por seu turno, tenta replicar esses saberes para que seja reconhecido como identificado à esta rede de saberes, isto é, que seja visto como masculino, heterossexual.

O binarismo e a heterossexualidade compulsória, como dissemos, alinham-se às formas simbólicas de dominação masculina e são estes os signos que a cultura põe em ação nas formações imaginárias do sujeito da formação masculinista, foco desta investigação. É possível dizer, para tentarmos uma definição mais próxima dos estudos culturais, que essa conjunção entre formação imaginária e formação discursiva alinhada à dominação simbólica masculina aponta para o funcionamento de uma sociedade androcêntrica, ou seja, que centraliza *andros*, o homem.

3. SOCIEDADE ANDROCÊNTRICA

As sociedades modernas são estruturadas em torno da binariedade e da heterossexualidade compulsória, isto é, o conjunto de dizeres e signos segundo o qual ser hétero-cis é o padrão natural/correto, dividindo aquilo que corresponde ao homem e a mulher. Isto direciona atividades profissionais específicas a cada um, e, ainda, à forma de se divertir, portar, vestir, agir e sentir. Essa divisão de papéis dá-se pela:

Diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (Bourdieu, 2020, p. 20).

Para além disso, essa divisão “natural” de sexo, coloca a mulher em uma situação de inferioridade, enquanto aloca o homem em situação de superioridade, em que pese que as estruturas modeladoras possuem um molde masculinista. Nessas sociedades, o sexo³ masculino é tomado como definidor dessas estruturas, conceituando uma sociedade androcêntrica, isto é, feita ao molde do homem, e por ser feito ao seu molde é assim naturalizada e inquestionável. Já a mulher é vista como o “não masculino”, e por isso destinada à obediência natural aos homens. Fato naturalizado pela cultura. Surge um segundo impasse, sexo e gênero são considerados equivalentes para tais sociedades. As escolas e as famílias, como ferramentas ideológicas de Estado, desenvolvem um papel reforçador desse comportamento em inúmeras situações, interpeladas por dizeres heterocisgênero, cristalizadores e naturalizadores de certas formas de “dever” ser.

Os aparelhos ideológicos de Estado, segundo a tradição seguida pela análise do discurso, correspondem à família e às escolas, por exemplo, mas também às igrejas, à mídia etc. Althusser (1996) argumenta que a sociedade capitalista mantém e perpetua sua dominação não apenas através de meios repressivos, como o Estado em sua forma mais visível (o governo, a polícia, o exército), mas também através de instituições que parecem “neutras” e “apolíticas”. Essas instituições são os Aparelhos Ideológicos de Estado, que funcionam predominantemente pela ideologia, em contraste com o Estado, que funciona principalmente pela repressão, embora possa também funcionar

³ Sexo é utilizado neste caso em específico em detrimento do gênero, tratando-se de uma designação binária, não performativa.

pela ideologia. Na análise do discurso, o conceito de Aparelho Ideológico de Estado é útil para examinar como a linguagem e os discursos são usados para perpetuar ideologias específicas, que incluem a produção de significados. Procura-se analisar como diferentes discursos re/produzem significados que alinham os indivíduos como sujeitos a/de certas ideologias. Além disso, a reprodução das relações de poder passa pelo exame dos aparelhos ideológicos, na tentativa de observar como os discursos legitimam posições e marginalizam outras, como aquelas do âmbito do feminino, por exemplo. Um dos aparelhos que nos chama a atenção nesta análise é a escola.

4. ESCOLA E IMAGINÁRIOS

Os indivíduos, neste caso jovens mulheres, também estudantes da escola de Leo e Rémi, atravessadas pelo interdiscurso, eixo da virtualidade em que se encontram os dizeres e as possibilidades de dizeres, enunciam na atualidade (intradiscurso) o seguinte: “Posso te fazer uma pergunta? Vocês estão juntos?”, direcionada a Leo, que se encontra ao lado de Remi, obtendo um “não”, como exposto nas figuras I e II. Aparentemente, podemos pensar “não há nada aqui que está fora do lugar”, e com isso quero dizer “não é uma pergunta que possui um problema”.

Figura I – Recorte de Close, de Lukas Dhont (2002); disponível na MUBI. Acesso em abr. 2024.



Figura II – Recorte de Close, de Lukas Dhont (2002); disponível na MUBI. Acesso em abr. 2024.



Contudo, ao nos atentarmos, algumas questões geram a inquietação que move esta análise: as risadas (Figura III) seguidas da resposta ao ponto questionado, que incomodam Leo, e o que acontece logo em seguida: “Eu só estava pensando porque vocês

são muito próximos como amigos. Eu não quero dizer isso de uma maneira ruim”. Ora, Leo inconscientemente se encontra afetado por um imaginário de leitura homossexual, como visto posteriormente no mesmo diálogo: “Quando você se senta ao lado um ao outro, você se senta tão perto” (Figura IV), utilizando das ferramentas de visualização, dizendo “você vê” que isto seria óbvio. Isto se dá porque “trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível” (Leandro-Ferreira, 2013, p. 78).

Figura III – Recorte de Close, de Lukas Dhont (2002); disponível na MUBI. Acesso em abr. 2024.



Figura IV – Recorte de Close, de Lukas Dhont (2002); disponível na MUBI. Acesso em abr. 2024



As investidas, permeadas pela implicação e revestidas de aparente naturalidade, são frutos do pensamento androcêntrico, e influem para que Leo esteja também sob os efeitos deste, já que, após este diálogo, perceberemos o seu distanciamento de Rémi, que agora personifica a situação pela qual ele não deseja mais passar: o questionamento, e, por conseguinte, a vergonha. Com o apoio da semântica, como descrito por Cançado (2012), podemos pensar nas relações de implicação entre as sentenças, que podem ser exploradas considerando as inferências que uma permite sobre a outra. Os dois enunciados são “você estão juntos?” e “quando vocês se sentam um ao lado do outro, vocês se sentam tão perto”.

A primeira sentença refere-se a uma pergunta que busca confirmar ou negar um estado ou condição de estar “juntos”, que pode implicar uma proximidade física ou uma relação mais íntima ou formal entre as pessoas mencionadas. Já a segunda sentença é uma afirmação que descreve uma situação específica onde a proximidade física entre os meninos é destacada. A sentença sugere que, habitualmente, quando se sentam um ao lado do

outro, a proximidade é notavelmente próxima, o que pode apontar uma intimidade ou conforto entre as partes.

De acordo com Cançado, se aceitarmos a verdade da segunda sentença (quando vocês se sentam um ao lado do outro, vocês se sentam tão perto), podemos inferir que existe uma proximidade física habitual entre os sujeitos quando estão juntos. Essa proximidade física pode levar um observador a questionar se eles estão “juntos” num sentido mais íntimo ou relacional, levantando assim a pergunta da primeira sentença (vocês estão juntos?).

No entanto, a verdade da primeira sentença (vocês estão juntos?) não implica necessariamente a verdade da segunda. Mesmo que a resposta à pergunta fosse “sim” (indicando que estão juntos), isso não garante que eles sempre se sentam “tão perto” um do outro. Eles poderiam estar “juntos” em um sentido não físico ou em uma relação que não exige proximidade física constante.

Neste caso, a implicação pode ser vista principalmente em uma direção: a observação específica de proximidade física na segunda sentença pode levar a perguntas sobre a natureza de sua relação, como expresso na primeira sentença. No entanto, a relação não é bidirecional em termos estritos de implicação semântica, pois estar “juntos” não necessariamente implica em “sentar tão perto” em todas as ocasiões. Logo, a pergunta que se faz e o que verdadeiramente se comprova durante o exame das relações de implicação é: vocês são um casal? Note-se ainda que, mesmo que a resposta seja negativa, o levantamento da dúvida, sua existência mesmo, coloca os personagens em situação de suspensão e alerta, e isso porque, especialmente para Leo, ser gay se equipara a não ser homem. O personagem passa a se indagar sobre a própria performance e busca, além disso, performar de acordo com os padrões informados pela formação masculinista.

Assim, podemos perceber que a performatividade de gênero, seriam “os atos que regem a formação da identidade do gênero” e são performativos “porque são fabricados tanto por

sinais corporais quanto por meios discursivos” (Butler, 2018, p. 14).

Dizer que a realidade de gênero é performativa significa, de maneira muito simples, que ela só é real na medida em que é performada. É justo dizer que certos tipos de atos são geralmente interpretados como expressão de um núcleo ou identidade de gênero, e que esses atos ou estão em conformidade com uma identidade de gênero esperada ou questionam, de alguma forma, essa expectativa – expectativa que, por sua vez, é baseada na percepção do sexo, sendo o sexo entendido como dado factual e distinto das características sexuais primárias. Essa teoria implícita e popular sobre os atos e gestos como expressivos do gênero sugere que o gênero em si existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais ele é dramatizado e conhecido (Butler, 2018, p. 14).

A escola, como um Aparelho Ideológico de Estado no sentido althusseriano, desempenha um papel crucial na reprodução e manutenção das estruturas de poder e das normas sociais, incluindo a perpetuação do sistema binário de gênero em sociedades androcêntricas. O sistema binário de gênero classifica as pessoas em duas categorias mutuamente exclusivas e culturalmente definidas: masculino e feminino. Essa classificação é ensinada e reforçada nas escolas por meio de várias práticas, incluindo a segregação de atividades (como esportes), a aplicação de códigos de vestimenta, e até mesmo na organização curricular, que enfatiza diferentes habilidades e comportamentos para meninos e meninas.

Como adiantamos, Butler (2018) argumenta que o gênero não é uma essência fixa ou uma qualidade biológica, mas sim algo que é performado repetidamente através de atos, gestos e desejos. Essa performatividade implica que o gênero é uma construção social reforçada pelas repetições e rituais diários. Nas escolas, essa repetição ocorre através de regras e práticas que ensinam e reforçam comportamentos adequados para cada gênero. As

crianças aprendem a performar seu gênero de maneiras que correspondam às expectativas sociais, reforçando o binarismo de gênero. Uma das formas possíveis de romper com a repetição dos signos nesta estrutura é atentar para o seu funcionamento, informando o sujeito sobre o seu processo de constituição (e o de perpetuação do binarismo por meio da dominação simbólica). O desengessamento da interpretação destas situações é, assim, um dos focos de ação para a transformação social.

Na mesma esteira de pensamento, Leandro Ferreira (2013), em sua abordagem sobre o corpo, destaca como as instituições sociais moldam e controlam os corpos dentro de determinados parâmetros culturais e sociais, inclusive no interior dos aparelhos. No ambiente escolar, o corpo não só é um local de inscrição de normas de gênero através de uniformes e condutas físicas, mas também um espaço de resistência e de negociação. As políticas corporais da escola podem reforçar a ideia de que existem maneiras corretas de ser homem ou mulher, perpetuando, assim, o sistema binário de gênero.

O papel da escola na perpetuação desse sistema binário de gênero está enraizado em práticas educacionais e administrativas maiores do que o ambiente escolar, e isso porque a escola representa apenas um dos aparelhos à disposição para reprodução dos meios de produção, um de uma série de outros aparelhos ideológicos sustentados por estruturas cada vez mais complexas, todas elas atravessadas pela linguagem. Ao entender o gênero como uma performance, como sugere Butler (2018), e ao reconhecer a regulamentação dos corpos dentro do espaço escolar, como propõe Leandro Ferreira (2013), podemos começar a questionar e desafiar as normas que sustentam o sistema binário de gênero e as estruturas de poder que refletem as práticas simbólicas da masculinidade e da virilidade, principal expressão do homem como dominador, segundo Bourdieu (2020).

5. LEO, UM JOVEM VIRIL/PODEROSO

Para Leo, é necessário se desidentificar com o imaginário do feminino, formação imaginária que não diz “respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções” (Bressan, 2020, p. 90), e, para isso, afastar-se de Remi é fundamental. Nessa busca pela identificação no imaginário de homem hétero, Leo recorre aos esportes, culturalmente associados ao sexo masculino. A prática de atividades esportivas é parte constituinte da diversão dos demais meninos de sua sala de aula, e, desta forma, o jovem que antes brincava de imaginar cenários com seu amigo, agora joga hóquei no gelo sem nem compartilhar sua nova atividade com ele.

Leo busca ser realocado no poder destinado aos “machos”, pois “a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher” (Bourdieu, 2020, p. 30). Com isso, não pretende-se alocar esta situação no interior de uma cadeia lógica que equipara não ser másculo a ser gay. Estar inserido neste ambiente já proporciona uma quietação, posto que não será questionado, pela naturalização do imaginário desse ambiente que o proporciona se sentir “normal”, assumir uma nova imagem, a de um homem viril, um “macho”. Vê-se, aqui, a âncora social da definição daquilo que corresponde a cada gênero. Para Butler (2018):

As normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2018, p. 156).

Leo busca então performar tudo aquilo que se espera de um homem para pertencer àquele ambiente masculinista, do regular, do que não é questionado. Mesmo que isso signifique uma busca incansável por um ideal inalcançável de masculinidade, uma ideia

que o oprime e que termina por matar Remi no meio do filme. Uma armadilha, portanto, pois ao tentar se encaixar, os homens se tornam vítimas da representação dominante (Bourdieu, 2020, p. 63), ao mesmo tempo em que marginalizam as pessoas que não estão enquadradas nesse padrão, por sua função de ditador de modos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de um recorte de Close, de Lukas Dhont (2022), que tem sua narrativa focada em Leo, foi possível compreender como a opressão funciona, munindo-se de uma naturalidade da dominação do macho, incrustando o padrão de gênero e performance, para impor a vergonha aos desviantes daquilo esperado, e, neste caso, do que é esperado dos homens na percepção androcêntrica, isto é, que seja um sujeito ativo e viril, interpelando aos disformes a se encaixarem no molde pré-pronto para o homem.

Refletir sobre estas questões que perpassam o espaço escolar nos possibilita, enquanto educadores, repensarmos as nossas práticas educacionais, e como estamos também nós, atravessados por dizeres que buscam regulamentar e padronizar não somente os homens, mas tratando-se da perspectiva deste estudo, regulamentá-los e padronizá-los, alocando-os em uma formação imaginária específica. Fazer este processo por meio da Análise de Discurso Pecheutiana é também entender que embora façamos esse movimento de deslize ou ruptura com um discurso, não possuímos controle sobre nossos dizeres, pois aquilo que dizemos não pertence a nós. Ao enunciarmos, o fazemos de uma forma e não de outra, pois somos assujeitados pelo discurso, temos meramente a ilusão de autonomia sobre posicionamentos.

Os sentidos não são únicos, e não se constroem em si; a língua, e por conseguinte as palavras, as sentenças, e o corpo enquanto materialidade discursiva, estão cobertos de polissemia, de uma espessura semântica, possibilitando que um dizer seja compreendido de diversas formas, e, assim, interpretado. Seja

pelo senso comum, que reproduz as formações imaginárias, seja pelo gesto de interpretação na teoria de discurso, que nos permite ir além das aparências, desnaturalizando, e, desta forma, retirando o efeito de obviedade das ações, gestos e formas de ser, contrapondo-se aos estereótipos organizados por formações que modelam e redigem comportamentos.

A normalidade buscada por Leo, caracterísca naturalizada na heterossexualidade compulsória, direciona, de forma não opcional – para evitar a vergonha – para a posição de dominante; contudo, um dominante dominado pelos padrões da dominação, da sexualidade, do gênero e do sexo. A vergonha, nesta situação de produção, é utilizada como uma ferramenta de controle social que influencia as performances de gênero, conduzindo sujeitos a se conformarem às expectativas normativas para evitar o estigma.

No âmbito da masculinidade, a vergonha atua, então, como um mecanismo que molda comportamentos e rege identidades. No caso de Leo, a personagem busca desesperadamente aderir à “normalidade”, entendida aqui como a heterossexualidade compulsória. Essa busca é motivada pelo medo da vergonha que acompanha o desvio das normas de gênero. A heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um requisito para o reconhecimento social e aceitação dentro de um paradigma de masculinidade dominante.

Leo se vê forçado a adotar uma postura de dominância, uma característica frequentemente associada ao ideal de masculinidade. No entanto, essa dominância é paradoxalmente submissa, pois está enraizada e restrita pelos mesmos padrões que busca reforçar. Assim, ele é, como dissemos, um dominante dominado, controlado pelas estruturas rígidas de dominação sexual, de gênero e de sexo, que ditam não só como ele deve se comportar, mas também como deve entender e expressar sua sexualidade.

As escolas, como instituições de formação, podem ser espaços de transformação em que as estruturas de gênero são identificadas, questionadas e reinterpretadas. Para quebrar o ciclo

de vergonha e heteronormatividade, é preciso integrar currículos que abordem a diversidade de gênero e sexualidade de forma aberta e informativa. O que inclui exibir e discutir filmes como esse, destacando a normalidade e a legitimidade de todas as experiências. Com isso, espera-se contribuir com a formação de um ambiente escolar que não apenas tolere, mas celebre a diversidade, encorajando a explorar e expressar identidades de forma autêntica, sem o medo da vergonha ou represália. Isso pode ser feito por meio de atividades artísticas, escritas, e outras formas de expressão pessoal. Onde se encontram a ética e a inclusão, onde procurá-las, se não na batalha entre o que não é questionado e o que precisa ser dito?

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Notas para uma investigação [1970]. *In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 18. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BRESSAN, Mariele Zawierucka. Formação imaginária. *In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). Glossário de termos do discurso*. 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020, p. 90-93.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. 2. ed. Editora Contexto, 2012.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. **REDISCO**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69) [1969]. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma Análise*

Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

CAPÍTULO 8

UMA INVESTIGAÇÃO SÓCIO ONOMÁSTICA SOBRE ANTROPÔNIMOS DE TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS: UMA AGENDA DE TRABALHO

Marcus Garcia de Sene (UPE/Profletras/Garanhuns)¹
Diego Fernando Alves de Andrade (UPE)²

Resumo: Neste capítulo, apresentamos uma proposta teórico-metodológica para investigar os antropônimos escolhidos por pessoas transsexuais e travestis, analisando suas motivações sociais e culturais a partir da socio-onomástica e da Linguística Queer. Nosso objetivo principal é compreender como essas escolhas refletem identidades de gênero e performatividades que questionam as normas binárias tradicionais. A pesquisa utiliza entrevistas semiestruturadas com participantes trans e travestis, numa perspectiva qualitativa de análise dos dados por meio de relatos pessoais e práticas discursivas. Além disso, realiza-se um levantamento bibliográfico para integrar perspectivas teóricas relevantes. Os resultados esperados indicam que os nomes escolhidos por esses sujeitos não apenas simbolizam resistência e afirmação identitária, mas também desestabilizam as normas tradicionais de nomeação e gênero. Concluimos que esses

¹ Professor Adjunto do Departamento de Linguística e Práticas de Ensino da Universidade de Pernambuco, campus de Garanhuns. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Letras (Profletras). Líder do Grupo de Pesquisa em Variação Linguística, Avaliação subjetiva, Ensino de Língua Portuguesa e Teorias Linguísticas. E-mail: marcus.sene@upe.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2715-5294>.

² Graduando em Letras – Português e suas Literaturas pela Universidade de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa em Variação Linguística, Avaliação subjetiva, Ensino de Língua Portuguesa e Teorias Linguísticas. E-mail: diego.fernando@upe.br.

antropônimos funcionam como ferramenta de empoderamento, ao mesmo tempo que desafiam convenções sociais e ampliam as discussões acadêmicas sobre a relação entre linguagem, identidade e gênero.

Palavras-chave: Socio-onomástica; Linguística Queer; Antropônimos; Identidade de gênero; Performatividade.

1. INTRODUÇÃO

O nome de um homem não é algo como um manto, que pende simplesmente de seus ombros e que pode ser esticado e puxado a esmo; antes, é um traje que o veste perfeitamente, é como a própria pele, que cresce com ele e recobre seu corpo inteiro e que não se pode arranhar nem arreganhar, sem deixar alguém machucado. Goethe (De minha vida: poesia e verdade)

Este capítulo tem início com uma citação extraída da autobiografia de Johann Wolfgang von Goethe, célebre poeta, romancista e dramaturgo alemão, cuja obra se destacou no movimento romântico, ainda que sua versatilidade tenha transcendido os limites desse estilo literário. Na referida passagem, Goethe enfatiza a relevância do nome de um homem, sugerindo, de maneira metafórica, que o nome envolve a pessoa assim como a pele recobre o corpo humano por inteiro. Essa reflexão serve como um ponto de partida para considerações acerca da origem do debate sobre os nomes próprios, questionando em que momento a ciência começou a se debruçar sobre a escolha dos nomes e as motivações subjacentes à atribuição de designações pessoais, bem como o significado que tais nomes adquirem para os indivíduos e seus familiares.

Platão (2001) já indicava que o ato de nomear suscita questões de natureza ontológica, sendo que atribuir um nome implica o reconhecimento da existência de algo. Desde o nascimento, somos nomeados por nossos pais, e esses nomes

podem refletir diversas motivações que permeiam sua escolha, como as circunstâncias do nascimento, homenagens a entidades religiosas, ou expectativas quanto ao futuro da criança nomeada, entre outros fatores. Assim, a investigação acerca dos nomes próprios exige uma abordagem que transcenda os limites da linguística estrita, incorporando também perspectivas extralinguísticas, uma vez que a motivação para a escolha de um nome está frequentemente imbricada em contextos sociais e culturais que se situam além do idioma.

O estudo dos nomes próprios, ou antroponímia, configura-se como uma área interdisciplinar que estabelece interfaces com diversos campos do conhecimento, incluindo a Linguística, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Literatura, entre outros. Conforme assevera Guérios (1973, p. 16), “os nomes de pessoas e os sobrenomes podem ser estudados sob dois aspectos: sob o aspecto linguístico, da sua origem ou criação (etimologia), e sob o aspecto social ou psicossocial, o da sua escolha ou das razões por que são ou foram sempre empregados (cresiologia)”. Dessa forma, o estudo antroponímico possibilita não apenas uma análise etimológica, mas também uma investigação social e cultural pautada em dados empíricos de frequência e incidência, permitindo um entendimento mais abrangente das dimensões simbólicas e pragmáticas dos nomes próprios.

Diante dessa perspectiva, o presente capítulo visa a apresentar algumas reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto “Perspectivas e epistemes de gênero, sexualidade e linguagem: da sociolinguística à linguística queer” liderado pelos professores Marcus Sene (UPE) e Jomson Valoz (UPE), mais especificamente apresentando uma proposta e uma agenda de trabalho para a investigação socio-onomástica do antropônimo de pessoas transexuais e travestis. Para isso, discutir-se-á as proposições teóricas que fundamentam essa investigação, a saber a socio-onomástica e a linguística queer, bem como a metodologia que será utilizada para investigação da motivação social do público

trans e travesti, além dos componentes teóricos que serão mobilizados para a pesquisa.

2. SÓCIO-ONOMÁSTICA: PERFILANDO O CONCEITO

O estudo dos nomes cabe à área da Lexicologia, ciência que trata, então, de estudar a categorização e estruturação dos nomes das coisas e dos objetos, especificamente, destacando um significado para o fato nomeado (Biderman, 1998). A Lexicologia, enquanto campo de estudo da Linguística, abrange uma diversidade de objetos de investigação, incluindo a formação de neologismos, os processos de criação de palavras e o estudo dos substantivos próprios, os quais englobam os nomes de pessoas e lugares. Dentro desse escopo, destaca-se a Onomástica, uma linha de pesquisa dedicada à análise dos nomes próprios, com ênfase particular nos antropônimos — os nomes atribuídos a indivíduos.

No Brasil, os estudos onomásticos ainda são relativamente recentes quando comparados aos avanços observados em outros países. Conforme apontado por Dick (1992), existem duas subáreas principais no âmbito dos estudos dos nomes próprios: a Toponímia e a Antroponímia. A Toponímia concentra-se na investigação dos nomes de lugares, como ruas, cidades e outros estabelecimentos geográficos. Já a Antroponímia se dedica ao estudo dos nomes próprios de pessoas, abrangendo prenomes, sobrenomes, alcunhas, nomes de guerra, pseudônimos, entre outros. De acordo com Dick (1992), a antroponímia é definida como “a ciência que estuda os nomes próprios individuais, em suas origens e alterações” (Dick, 1992, p. 190).

O estudo dos antropônimos, portanto, não se limita à análise linguística dos nomes, mas também envolve uma compreensão mais ampla de suas origens, usos e variações contextuais. Isso permite uma exploração dos aspectos culturais, históricos e sociais que influenciam a escolha e a evolução dos nomes próprios. Assim, a investigação dos nomes próprios oferece um panorama rico e multifacetado, que vai além das características meramente

linguísticas, contribuindo para um entendimento mais profundo sobre como os nomes se inserem e se transformam na sociedade ao longo do tempo.

Por ser o ato de nomear algo que remonta a humanidade, é importante compreender, então, que ele pode ser investigado do ponto de vista morfológico, sintático e até semântico, ou seja, unicamente linguístico, mas também pode ser investigado com base na prática nomeadora dentro de um contexto social. Van Langendonck (2007), estudioso precursor da área, afirma que “os nomes próprios são signos linguísticos ancorados socialmente e são grande parte e parcela do inventário linguístico de uma comunidade” (Van Langendonck, 2007, p. 306, tradução nossa³). Dessa maneira, os antropônimos têm suas origens profundamente enraizadas nas práticas culturais e sociais, refletindo, assim, os comportamentos e tendências presentes na sociedade. Nesse contexto, o autor também destaca:

Devido à natureza especial dos nomes próprios, eles são particularmente adequados para a investigação das alterações sociais, uma vez que estas mudanças têm um impacto direto e rápido, especialmente na estruturação da atribuição de nomes próprios em uma comunidade. Pelo menos a sociolinguística referente é capaz de produzir resultados interessantes (Van Langendonck, 2007, p. 320, tradução nossa⁴).

Nesse contexto, os estudos da Onomástica e, mais especificamente, da Socioantroponomástica, assumem uma relevância significativa no campo científico. A análise dos antropônimos vai além da mera investigação do léxico, pois eles

³ Proper names are socially anchored linguistic signs and as such part and parcel of the linguistic inventory of a society (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 306).

⁴ Due to the special nature of proper names, they are particularly well suited for the investigation of social changes, since these changes have a direct and rapid impact on the structuring of specially the name-giving of the person in a community. At least referent sociolinguistics is able to yield interesting results (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 320).

revelam aspectos sociais e culturais que transcendem a linguagem, destacando sua importância não apenas linguística, mas também sociocultural. Bramwell (2011) argumenta que, ao se conduzir pesquisas antroponímicas, é crucial examinar as motivações subjacentes ao processo de nomeação. Segundo a autora, os antropônimos não apenas identificam grupos sociais por meio de escolhas coletivas, mas também refletem preferências individuais que evidenciam motivações pessoais (Bramwell, 2011). Enquanto a nomeação de locais reflete o gosto coletivo, cada ato de nomeação revela as histórias de vida dos indivíduos que atribuem os nomes.

Todavia, Van Langendonck (2007) adverte que, ainda que o foco da investigação seja as motivações sociais e culturais, não se deve esquecer que os nomes próprios fazem parte do sistema das línguas naturais. Logo, não se deve esquecer que a investigação dos antropônimos, ainda que do ponto de vista de sua motivação social, deve receber uma atenção linguística. Nesse sentido, uma pesquisa prototípica da socio-onomástica realizada em solo brasileiro é a de Camilo (2016). Nessa pesquisa, o autor inicia seu trabalho fundamentando-se nos conceitos teóricos da Onomástica. Na sequência, Camilo (2016) explora as definições de nome, significado e função conforme apresentadas por Leite de Vasconcelos, pioneiro da Onomástica no Brasil, e Rosário Farani Mânsur Guérios.

A metodologia adotada envolve a análise documental, utilizando certidões de batismo, casamento e óbito, alinhando-se a abordagens tradicionais em estudos onomasiológicos, além de integrar métodos quantitativos e qualitativos. O objetivo central do estudo é examinar como um determinado grupo social nomeava seus filhos e, através de um recorte diacrônico, identificar como esses nomes refletiam o contexto social.

Camilo (2016) enfatiza ainda a relevância da pesquisa onomástica para a historiografia, argumentando que investigar os nomes próprios ao longo do tempo oferece insights valiosos sobre a sociedade, uma vez que os nomes não possuem significado

isolado, mas estão intrinsecamente ligados ao indivíduo que os carrega e ao contexto social em que se inserem (Camilo, 2016, p. 166). A pesquisa revela que os nomes podem servir como veículos de manutenção da cultura familiar, com prenomes frequentemente sendo reinventados. As conclusões do autor dialogam com os estudos da socio-onomástica, mas também com a antropologia, visto que a preocupação da pesquisa vai além do histórico dos nomes, ao explorar também o modo como os processos de nomeação evoluem e se adaptam ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais.

Outro trabalho revelador da abordagem socio-onomástica é o Scottini (2011), intitulado "O que o nome nos ensina? Padrões sociais e raciais de nomes e sobrenomes e performance escolar em São Paulo". A presente dissertação investiga a relação entre padrões sociais e raciais dos nomes de alunos de uma escola pública na cidade de São Paulo e o impacto do status socioeconômico associado a esses nomes no desempenho escolar. O autor utiliza dados de inscrição e notas do SARESP (Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) para sua análise. Um dos pontos iniciais destacados é a criação de um índice para avaliar o quão associado à riqueza ou à pobreza, e à branquidade ou negritude, um nome pode ser.

Note, então, que ao se considerar que a sócio-onomástica preocupa-se com questões relacionadas as motivações sociais e culturais de um nome, nota-se que Scottini (2011), mesmo sem usar explicitamente o nome sócio-onomástica, debruça-se sobre a investigação de padrões sociais que podem atuar na escolha de um dado nome. O estudo de Scottini se inspira em pesquisas da área da Economia que correlacionam nomes ao status econômico. Ele identifica dois fenômenos principais: primeiro, que "nomes possuem padrão social e racial" e podem refletir e perpetuar diferenças sociais, raciais e culturais; e segundo que "nomes e sobrenomes parecem influenciar resultados socioeconômicos dos indivíduos" (Scottini, 2011, p. 03).

A pesquisa evidencia que nomes associados a um status social mais elevado tendem a ser tradicionais, simples e alinhados com as normas da língua portuguesa, como Sofia, Clara, Bernardo e Pedro, ou ainda nomes de alto status de origem não portuguesa, como Martina, Pietra, Otto e Kenzo. Por outro lado, nomes considerados de baixo status frequentemente mostram influência da língua inglesa, refletindo a cultura de massa norte-americana, e apresentam grafias que divergem das convenções da língua portuguesa ou resultam da combinação dos nomes dos pais, como Daiane, Jéssica Aparecida, Josimar e Michael Douglas (Scottini, 2011, p. 09).

Scottini (2011) conclui que as influências socioculturais dos pais desempenham um papel significativo na escolha dos nomes dos filhos. Pais com menor escolaridade e maior exposição à cultura de massa, como filmes e televisão, tendem a optar por nomes estrangeiros; enquanto pais mais escolarizados, familiarizados com a linguagem escrita, preferem nomes mais simples e tradicionais. Esta diferença também se reflete no desempenho escolar: dados do SARESP indicam que alunos com nomes como Heitor apresentam, em média, notas superiores às de alunos com nomes como Jackson.

Note, então, que o foco de investigação de Scottini (2011) é a variável social, isto é, como questões sociais podem influir na prática de nomeação. É a partir desse ponto de vista que esta pesquisa se situa, em especial por conjecturar investigar os fatores sociais que motivam a escolha dos nomes de pessoas transsexuais e travestis e, sobretudo, investigar se há relação com o nome escolhido e o nome morto, aquele que foi dado no batismo.

Segundo Dick (1992), a escolha de um nome pode refletir aspectos geográficos, históricos e sociais tanto do indivíduo que nomeia quanto daquele que é nomeado. Sob essa ótica, observa-se que os nomes próprios não são atribuídos de forma aleatória; eles carregam traços identitários e culturais que variam conforme a comunidade. Isso ocorre porque os nomes estão inseridos no

contexto cultural de uma população, podendo revelar as características que a definem e organizam ao longo do tempo.

Em geral, conforme orienta Dick (1992), os aspectos relacionados ao nome de uma pessoa estão ligados, em partes, aquilo que motiva ou torna-se saliente em uma dada época, região ou, ainda, a necessidade de refletir costumes das civilizações envolvidas. No caso desse estudo, a compreensão da motivação social dos nomes irá reposicionar a pesquisa onomástica, dado que a relação estabelecida pelas pessoas que são dissidentes de gênero pode, em geral, refletir não costumes próprios da época, mas ao contrário disso anunciar significados que desestabilizem o polo de binaridade de gênero em que nomes são prototípicas masculinos ou femininos.

É importante destacar que as motivações sociais por trás da escolha dos antropônimos por pessoas transsexuais e travestis também podem refletir uma tentativa de se adequar ao binarismo de gênero. Mesmo com o avanço das pesquisas e discussões sobre gênero, sexualidade e identidades, o modelo cultural ocidental, no qual essas pessoas estão inseridas, tende a buscar a essencialização dos indivíduos. Esse processo de essencialização frequentemente começa pela escolha do nome, que é uma das primeiras formas de identificação pessoal e social.

Para aprofundar essa discussão, é fundamental considerar a dimensão da linguística queer, que se define como "o estudo crítico da heteronormatividade a partir de um ponto de vista linguístico" (Motschenbacher, 2011, p. 150). Em outras palavras, com o crescente reconhecimento das identidades não normativas, pesquisadores de diversas áreas têm questionado práticas tradicionais de investigação científica e integrando a essas visões antes hegemônicas as experiências e potencialidades de sujeitos que não pertencem à matriz da cisgeneridade.

No contexto desta pesquisa, até o momento, não há registros em repositórios acadêmicos de estudos que investiguem especificamente a motivação social dos antropônimos de pessoas transsexuais e travestis. As pesquisas existentes, em geral,

abordam o nome social apenas como um direito legalmente garantido, sem problematizar, ou "desnaturalizar", como sugere a linguística queer, a percepção de que o nome de uma pessoa dissidente de gênero vai além de um mero marcador social estabelecido pela lei; ele é profundamente identitário. Esse nome surge para substituir o "nome morto" (o nome de batismo), sendo, portanto, o verdadeiro antropônimo do indivíduo.

O sujeito transsexual ou travesti se posiciona sociodiscursivamente enquanto um sujeito *queer* ao definir seu nome e romper com aquele que lhe foi pensado, dentro das motivações sociais da época, mesmo que ainda não tenha realizado a retificação de seus documentos oficiais. Assim, serão apresentadas a seguir as principais tendências da Linguística Queer, incluindo uma contextualização histórica dessa disciplina e as atuais direções de investigação.

3. LINGUÍSTICA QUEER: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

A Linguística Queer representa uma abordagem relativamente nova dentro dos estudos da linguagem, tendo sido bastante utilizada nos Estados Unidos, mas também já possui um espaço significativo no cenário brasileiro com artigos (Borba, 2006; 2015; Miskolci, 2009; Melo, 2020) e livros (Bento, 2006; Pelúcio, 2009; Borba, 2020; Filho, 2021; Moita Lopes, 2024). A primeira obra com uma proposta declaradamente voltada à Linguística Queer foi a coletânea *Queerly Phrased*, organizada por Livia e Hall (1997). Desde então, discussões fundamentais sobre o tema ocorreram em vários capítulos do livro *Language and Sexuality: Contesting Meaning in Theory and Practice* (Campbell-Kibler et al., 2002), com contribuições de acadêmicos como Barrett (2002), Kulick (2002), Leap (2002), Livia (2002) e Queen (2002).

A Linguística Queer (doravante LQ) aborda, em especial, a construção linguística da heteronormatividade e o mecanismo que a sustenta: o binarismo normativo de gênero. Para isso, adapta princípios da Teoria Queer (conforme Degele 2005, 2008; Hark

2004; Jagose 1996; Kraß 2003, 2009; Sullivan 2003) ao campo da linguística. A Teoria Queer surgiu como resposta aos movimentos pelos direitos de gays e de lésbicas nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980, quando muitos ativistas começaram a questionar a ideia de que a sexualidade poderia ser a única base para uma identidade essencialista. Essa visão negligenciava a interseccionalidade da identidade, que também envolve classe, idade, etnia e gênero. No entanto, a principal motivação da Linguística Queer, conforme os teóricos dessa abordagem, foi ir além das conquistas dos ativistas gays e lésbicas, promovendo a desconstrução — ou a reconfiguração — de dois binarismos fundamentais que se reforçam mutuamente: feminino versus masculino e heterossexual versus homossexual.

De modo geral, os interessados pela LQ buscam, de algum modo, refletir sobre como seres abjetos (Butler, 1993), utilizam elementos linguísticos em diversas práticas sociais. Nas palavras de Borba (2015, p. 93),

Estudava-se, assim, como pessoas que, por suas vivências sexuais e corporais, relegadas à zona de ininteligibilidade social, faziam uso estratégico de códigos linguísticos dissonantes na negociação de suas identidades e de sua existência cultural. Ou seja, as investigações tentavam explicar como esses indivíduos faziam uso de recursos linguísticos que, à primeira vista, não estariam autorizadas usar e como essa combinação de distintos códigos, registros, sotaques, léxicos etc. construía e (des)legitimava seu lugar social.

Um exemplo emblemático desse período são as drag queens afro-americanas analisadas por Barrett (1998). Em suas apresentações, essas drags utilizavam ao menos três códigos linguísticos distintos: a linguagem associada a mulheres brancas de classe média, o Inglês Vernáculo Afro-Americano e as gírias e códigos comuns entre os gays no Texas dos anos 1990. Por meio dessa performance linguística multifacetada e polifônica (Barrett,

1999), elas construíam (e ao mesmo tempo questionavam) suas identidades e posições sociais, reguladas pela hierarquia da matriz heterossexual. Esse tipo de investigação mostra, então, uso acadêmico do termo *queer* foi originalmente concebido como um experimento linguístico, ou seja, como um significante sem um significado estável" (Barret, 2002, p. 27).

O sentido do termo, portanto, só pode ser vagamente delineado como uma posicionalidade em oposição as práticas de identidade normativa.

Queer é um dos poucos termos em inglês que estabelecem referências por oposição e exclusão, não apenas por simples descrição. Isto é, em vez de identificar propriedades que o objeto em discussão contém, chamar algo de "queer" sugere que está fora de lugar em algum sentido, que é excessivo e estendido demais, que perturba e subverte um domínio que, de outra forma, seria tranquilo. O ponto de partida para tais referências é sempre uma ordem social estabelecida, a fidelidade à qual é esperado e um comportamento adequado. Chamar algo de "queer" localiza o referente à distância dessa ordem e sinaliza um contraste com as expectativas que essa ordem mantém. (Leap, 1996, p.101)

Leap (1996, p. 101), a respeito do termo, assegurou que tais aspectos deixa o termo conceitualmente aberto. No espaço social, o termo "queer" era inicialmente usado como uma ofensa para se referir a pessoas não heterossexuais, em especial gays. No entanto, ele passou por um processo de ressignificação pelas vozes dos ativistas do movimento pelos direitos de gays e lésbicas, adquirindo uma conotação politicamente positiva e fortalecida. A abordagem acadêmica sobre o termo "queer", contudo, deve ser distinguida dessas práticas, pois elas constroem uma noção essencialista de identidade, o que é criticado pelos teóricos Queer. Em outras palavras, a Linguística Queer não se resume à "linguística gay e lésbica", que teria como foco exclusivo a defesa dos interesses dessas duas comunidades e a descrição de suas experiências. Isso não significa que não haja conexões entre

os dois campos ou que se excluam mutuamente, mas é importante deixar claro que a Linguística Queer não se destina apenas a essas duas comunidades.

A partir dessa perspectiva, a Linguística Queer questiona todas as categorias identitárias, pois elas tendem a regular e excluir indivíduos que não se enquadram plenamente nas normas estabelecidas. Isso vale tanto para as categorias "mulher" e "homem" quanto para "lésbica" e "gay". Essas últimas, por sua vez, apresentam uma diversidade interna significativa, como, por exemplo, mulheres lésbicas que podem estar "fora do armário" ou "dentro do armário", o que também ocorre com homens gays. Além disso, há diferenças explícitas entre homens gays que vivem em áreas urbanas e os que vivem em áreas rurais.

Portanto, uma abordagem estritamente "gay e lésbica" na linguística estaria voltada para o enfrentamento da homofobia e do heterossexismo, ou seja, formas explícitas de discriminação contra membros dessas comunidades. A Linguística Queer, por outro lado, foca na crítica à heteronormatividade, que é um fenômeno mais sutil. Assim, essa disciplina rejeita os mecanismos linguísticos que reforçam a heterossexualidade como a norma naturalizada, propondo desestabilizar e desafiar essa normatividade com alternativas que não se baseiam na heterossexualidade.

A heteronormatividade envolve as expectativas, exigências e obrigações sociais que partem da suposição de que a heterossexualidade é algo natural e, portanto, um pilar da sociedade (Chambers, 2003; Cohen, 2005). Esse conceito também pode ser compreendido como o resultado de um processo de materialização discursiva, uma vez que o discurso heteronormativo reforça prescrições que moldam processos sociais de regulação e controle. Nesse contexto, o discurso não é visto no sentido tradicional, como "texto", "linguagem além do nível da frase" ou "conversa", mas sim na perspectiva foucaultiana de "práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam" (Foucault, 1972, p. 49). Dessa forma, esses discursos,

muitas vezes dominantes ou hegemônicos, se materializam através da repetição e citação, ganhando uma aparência de normalidade.

Com base nessas reflexões e no passar dos anos, a definição de LQ foi ressignificada passando a ser, de certa forma, como “o estudo crítico da heteronormatividade a partir de um ponto de vista linguístico” (Motschenbacher, 2011, p. 150)”. Borba (2015), após a reconfiguração do campo, perfila que as discussões sobre LQ precisam recobrir o espaço semântico-pragmático entre os discursos fomentados pela matriz de heteronormatividade e a performance linguística situada. Nesse sentido, a LQ, nas palavras de Borba (2015, p. 94), tem se tornado “um campo promissor para o estudo de como fenômenos macro-sociológicos que produzem certos indivíduos como seres abjetos, inferiores ou patológicos são sustentados e/ou desafiados nos detalhes mais ínfimos de nossa vida social, notadamente, a linguagem-em-uso.”

Para o intento deste projeto, a LQ possibilitará a reflexão e desnaturalização de práticas que normativizam ‘falantxs transviadx em suas performances situadas’⁵ (para usar o termo de Borba, 2020). No caso de pessoas transsexuais e travestis, que são o foco deste projeto, práticas de normatividade começam a partir do batismo, em que os nomes aos serem dados aprioristicamente e, quase sempre, por remeterem aos sexos biológicos dos sujeitos, condicionam suas performances. Note, então, que o nome de batismo, por ser algo natural, quase passa despercebido pela maioria da população, isso porque os nomes estão vinculados de modo indissolúvel às nossas vidas e performance do cotidiano. Todavia, para o público-alvo em questão, as reflexões sobre os seus nomes, ou melhor, sobre como

⁵ Por falantxs transviadx entendo aqueles que, em suas ações linguísticas, justapõem registros, estilos, léxicos, gêneros do discurso, sintaxes e variedades que contradizem as expectativas de como, o que, quando, com quem, onde deveriam falar, engajando-se, assim, em práticas translinguísticas que xs colocam nas fronteiras entre gêneros e sexualidades por atravessarem normas do que é legitimamente aceito. (Borba, 2020, p. 392).

gostariam de ser chamados a partir de sua identificação e performance de gênero passa ser um denominador importante para seu reconhecimento na sociedade.

De modo geral, do mesma maneira que o léxico é um repertório cultural de uma comunidade, os antropônimos também o são. É uma das formas, inclusive, de conhecer a história de uma comunidade ou grupo social, uma vez que os nomes próprios ou qualquer outro nome que designe algo são imbuídos de motivações antropoculturais que se mostraram, em um determinado momento, importantes e relevantes para a socio história de um sujeito ou local. Para o público transsexual e travesti, o nome é identidade. Aliado ao seu reconhecimento como um corpo dissidente de gênero, os sujeitxs transviadxs (Borba, 2020) buscam a definição de nomes que são incorporados a suas identidades de gênero e sexual.

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é, então, reconhecer as motivações sociais de pessoas travestis e transsexuais na escolha de seus nomes sociais e, sobretudo, se há relação ou não com o seu nome de batismo (ou nome morto). Também intenta-se discutir o status de ‘nome social’ e de que forma ele condiciona esses sujeitos a identidades pré-existentes que, por muitas vezes, não querem ser retomadas pelo público em questão. Com isso, a seguir apresentar-se-á a agenda de trabalho e as propostas metodológicas que asseguram a realização desse projeto.

4. POR UMA ANTROPONÍMIA QUEER: UMA AGENDA DE TRABALHO

O presente projeto insere-se no projeto guarda-chuva cujo título é “Perspectivas e epistemes de gênero, sexualidade e

linguagem: da sociolinguística à linguística queer” (2023-2026)⁶. Instituído na Universidade de Pernambuco e liderado pelos professores Marcus Sene (UPE) e Jomson Valoz (UPE), o projeto em questão constitui-se sob três grandes interesses:

(i) Intenta investigar para além do entendimento das formas linguísticas (produção x percepção) e seus padrões de funcionamento dentro de comunidades *queers*, como os sujeitos transviadxs (Borba, 2020) produzem e fazem uso da língua nas práticas sociais diversas da sociedade, ou seja, uma interpretação multicamada em que se considera como esses falantes, em diferentes práticas estilísticas, combinam variáveis na construção de tipos sociais diferentes ou, ainda, o efeito de papéis sociais e práticas performativas no comportamento de alguns usos linguísticos;

(ii) Compreender as motivações sociais das pessoas transsexuais e travestis que escolhem seus próprios nomes, quais aspectos identitários e performativos são mobilizados na escolha de seus nomes, o que difere de pessoas cisgêneros em que seus nomes são dados desde o batismo;

(iii) Refletir, teórico-metodologicamente, como operacionalizar as epistemes da Sociolinguística e da Linguística Queer para a constituição de uma subárea de investigação que a Sociolinguística Queer;

Em relação ao item (ii), destaca-se que o nome é uma característica fundamental na vida dos seres humanos, pois é o primeiro elemento que nos individualiza e atua como um dos principais agentes de identificação. É através do nome que somos apresentados à sociedade, referidos no dia a dia, e registrados em documentos legais. Para pessoas transgêneras e travestis, no entanto, o nome assume uma dimensão ainda mais profunda: ele representa a ressignificação de suas vidas. Ao escolherem um nome pelo qual

⁶ Reitera-se que o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa de Garanhuns (CAAE: 80029423.9.0000.0128) para seguir todos os princípios éticos necessários.

desejam ser reconhecidos, essas pessoas não apenas adotam uma nova identidade, mas também reescrevem a própria história, afirmando sua existência de forma autêntica e corajosa.

Historicamente, a sociedade aceitou a adoção de nomes sociais em diversos contextos, tratando-os muitas vezes como apelidos ou pseudônimos que substituem os nomes de registro sem a necessidade de processos jurídicos formais. Sob uma perspectiva mais ampla, os nomes sociais deveriam gozar das mesmas proteções que os nomes de registro, pois ambos exercem funções idênticas: a identificação e o reconhecimento da pessoa. Contudo, o cenário se torna mais complexo e problemático quando tratamos das travestis e pessoas transsexuais e é sob essa perspectiva que esse trabalho se insere.

Para atender ao objetivo do projeto, será necessário a realização de uma entrevista semiestruturada com pessoas transsexuais e travestis para a compreensão da motivação social dos nomes escolhidos para darem existências a suas identidades sociais. A entrevista considerará informações sociais e culturais, bem como aspectos importantes sobre a família e o nome de batismo.

Com o fim de melhor entender a estrutura interna dos nomes a serem investigados, verificar-se-á se o prenome, antropônimo que distingue o indivíduo dentro dos grupos sociais de maior intimidade, tem alguma relação com o nome de batismo, além de colher as informações em relação a como a família recebeu não só a notícia da transição, mas também a escolha de um novo nome. Investigar-se-á, ainda, se o referido público investigado é reconhecido por algum apelido - antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que costuma aludir a uma característica física ou intelectual; ou ainda a um fato ou comportamento social (Cabeção, Coruja) - ou por um hipocorístico - antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (acrônimo, diminutivo, aumentativo etc.) de outro antropônimo (ex: Maria Izabel > Mabel).

A entrevista semiestruturada contará apenas com 13 perguntas, a saber:

1. Qual o seu nome?
2. Quais são as motivações que fizeram você optar por ele?
3. Ele guarda alguma relação com seu nome de Batismo?
4. Anteriormente, você gostava do seu nome? Qual era sua relação com ele?
5. Você tem apelido? Gosta de apelidos?
6. Seu nome foi inspirado em alguma celebridade?
7. O que seu nome representa para você em termos de sua identidade?
8. Seus pais aceitam você? Qual foi a reação deles em relação à escolha do novo nome?
9. Você consultou seus pais ou amigos para esse novo nome? Por quê?
10. Você tem alguma religião ou doutrina religiosa?
11. Essa religião ou doutrina auxiliou de alguma forma na escolha do nome?
12. O que você acha da designação de nome social? Para você, de alguma forma, essa designação lhe remete a sua identidade anterior?
13. Quando você decidiu o seu nome? Conte um pouco da história.

Todas as entrevistas serão gravadas em áudio, mas a voz das participantes não será apresentada em nenhuma ocasião. Ao contrário disso, os trechos de interesse para o estudo serão transcritos ortograficamente para preservação das identidades das participantes da pesquisa. Os dados serão analisados qualitativamente, dado que serão valorizados os discursos e os relatos apresentados pelos participantes.

Aliado a entrevista, o presente projeto irá fazer um levantamento bibliográfico nas bases de dados da Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES de pesquisas cujo escopo seja sobre Linguística Queer, Onomástica e Socio Onomástica. Após a pesquisa, selecionar-se-á apenas aquelas cujos resumos dos trabalhos possam fornecer algum tipo de

contribuição ao objetivo desse trabalho, especialmente considerando pontos teóricos importantes que possam ser mobilizados para a reflexão dos dados obtidos por meio das entrevistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar a relevância de se investigar os antropônimos de pessoas transexuais e travestis sob a ótica da socio-onomástica, especialmente no contexto das reflexões promovidas pela Linguística Queer. Ao considerarmos que o nome é uma parte fundamental da identidade de qualquer indivíduo, torna-se ainda mais crucial entender as motivações e os processos que levam pessoas trans e travestis a adotarem novos nomes que reflitam suas identidades de gênero. A escolha do nome vai além de uma simples mudança linguística: trata-se de um ato de resistência e afirmação, que muitas vezes desafia as normas sociais e culturais estabelecidas. Este estudo pretende não apenas desvendar essas motivações, mas também contribuir para um campo ainda incipiente, oferecendo uma análise robusta das intersecções entre linguagem, identidade e gênero.

Assim, a pesquisa proposta neste capítulo busca explorar como esses sujeitos negociam sua identidade através da linguagem, utilizando o nome como uma ferramenta de empoderamento e expressão. A agenda de trabalho traçada, baseada em entrevistas qualitativas, promete lançar luz sobre aspectos ainda pouco explorados nos estudos onomásticos brasileiros, ao mesmo tempo em que se alinha com discussões contemporâneas sobre gênero e linguagem. Com isso, esperamos que este projeto não só amplie o entendimento acadêmico sobre o papel dos antropônimos na construção da identidade, mas também contribua para a visibilidade e o reconhecimento social das pessoas trans e travestis.

Esse trabalho, portanto, configura-se como um esforço significativo para desnaturalizar as práticas de nomeação e

desafiar os binarismos de gênero, oferecendo uma nova perspectiva sobre o impacto cultural e social dos nomes próprios na vida de indivíduos que fogem às normas hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- BARRETT, R. Is Queer Theory important for sociolinguistic work on identities? **Journal of Sociolinguistics**, v. 2, n. 3, p. 101-117, 2002.
- BIDERMAN, M. T. C. **Linguagem e emoção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BORBA, R. Queer as a linguistic practice: The construction of subjectivities and the negotiation of identities in a Brazilian LGBT context. **Language and Sexuality**, v. 7, n. 2, p. 120-130, 2015.
- BRAMWELL, E. **Names in the economy of names: A linguistic history**. 1. ed. London: Routledge, 2011.
- CAMILO, S. F. **Nominalização e cultura: um estudo sobre as motivações socioculturais na escolha dos nomes em uma comunidade específica**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CHAMBERS, S. **Heteronormativity: Sex, politics, and ethics**. 1. ed. Cambridge: Polity, 2003.
- COHEN, D. Rethinking heteronormativity: Political theory, queer theory and sexual difference. **Theory & Event**, v. 8, n. 3, p. 76-90, 2005.
- DEGELE, N. **Queer theory and the heteronormative matrix**. 2. ed. Berlin: Lit Verlag, 2005.
- DICK, M. V. **Antroponímia e o universo social: Uma abordagem histórica**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.
- GOETHE, J. W. **De minha vida: poesia e verdade**. 5. ed. Berlim: Aufbau, 1998.
- GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

- JAGOSE, A. **Queer theory: An introduction**. 2. ed. New York: New York University Press, 1996.
- KRAß, A. **Queering identity: Subjectivity and sexuality in contemporary Germany**. 3. ed. Oxford: Berghahn Books, 2009.
- LEAP, W. **Beyond the Lavender Lexicon: Authenticity, Imagination, and Appropriation in Lesbian and Gay Language**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1996.
- LIVIA, A.; HALL, K. **Queerly phrased: Language, gender, and sexuality**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1997.
- MOTSCHENBACHER, H. **Language, gender, and sexual identity: Poststructuralist perspectives**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- SCOTTINI, J. C. **O que o nome nos ensina? Padrões sociais e raciais de nomes e sobrenomes e performance escolar em São Paulo**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.
- SULLIVAN, N. **A critical introduction to queer theory**. 1. ed. New York: New York University Press, 2003.
- VAN LANGENDONCK, W. **The theory of proper names: A survey of usage**. 1. ed. Berlin: De Gruyter, 2007

Me chamaram de Iran, me deram uma roupa lida como de menino, esperaram que eu namorasse meninas e que fosse ativo socialmente, exigiram de mim “postura de homem”. Tudo isso aconteceu por jogos de linguagem e tudo isso é também discurso de ódio na medida em que é um discurso que não abre para as possibilidades do que eu posso vir a ser. Definem-me (Melo, 2024).

